

Sobre(viver) no Musseque.

Construções Sustentáveis para a Valorização dos Assentamentos Informais de Luanda

Erika Araújo da Silva Pinto

M
2025



Sobre(viver) no Musseque.
Construções Sustentáveis para a Valorização dos Assentamentos Informais de Luanda

Erika Araújo da Silva Pinto



*"Honramos o passado e a nossa história
Construindo no trabalho um homem novo
Angola avante!"*

- Hino Nacional, 1975

Nota prévia:

A presente dissertação segue o novo acordo ortográfico. O texto de origem estrangeira foi sujeito a uma tradução livre e escrita em itálico. As expressões de origem angolana mantiveram a sua forma primitiva, não tendo sido utilizadas como estrangeiras.

(Sobre)viver no Musseque.

Construções Sustentáveis para a Valorização
dos Assentamentos Informais de Luanda

Erika Araújo Silva Pinto

Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitetura, apresentada à
Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, sob a orientação da
Prof.^a Doutora Ana Silva Fernandes

Agradecimentos

À minha orientadora *Ana Silva Fernandes*, pela disponibilidade e por ter sempre aceite as minhas ideias, desafiando-me sempre a ir por caminhos mais enriquecedores.

A todos os *professores da FAUP*, que de alguma forma contribuíram para a minha formação académica e me auxiliaram no processo desta investigação.

Aos *professores, diretores, funcionários e cidadãos* que tão bem me receberam em Luanda e tornaram o meu trabalho de campo não só num crescimento profissional, como também pessoal.

Agradeço especialmente:

À *Administração Municipal do Sambizanga*, pela receção calorosa e suporte;

Ao *Sr. Pidimi*, coordenador da Comissão de Moradores do Sambizanga, que me acompanhou na visita intensa ao terreno;

À professora *Isabel Martins*, pela partilha generosa de conhecimentos;

À *Associação Jucarente* pela luta por causas em comum;

Por último e não menos importante, à *Rosa*, por me ter acompanhado a desbravar alguns caminhos que achava serem difíceis, ou mesmo impossíveis.

Ao meu *irmão*, pelo apoio e exemplo que é;

À minha *irmã*, por me fazer ser a melhor versão de mim mesma;

Aos meus *pais*, pelo amor e trabalho que têm diariamente para que nada me falte.

À minha *família*, vianenses e portuenses, que matavam sempre as saudades de Casa e me faziam respirar fundo para continuar este percurso com ânimo.

Aos *amigos* que são *família*.

À *REAÇÃO*, pelo momento, certeza e família que são.

Às *Máquinas Afinadas de Terror*, que fizeram esta caminhada ao meu lado desde o início e cujas memórias guardarei para sempre.

À *Casa de Arquitectura*, à *Euphoria* e *Academia do Porto*, que tornaram o desconforto em Saber, Fazer e Aprender.

À *Tuna Feminina da Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto*, *TFFAUP*, que por entre melodias me fez esquecer do cansaço e me deu a conhecer pessoas muito especiais e que levo para a vida.

“(...) Não me envergonho
De viver neste sonho
Porque nele eu posso Voar”.

Resumo

“Os instrumentos jurídicos e urbanísticos implementados foram marcados por uma visão neoliberal que não incorporava a dialética do modo de produção do espaço do musseque.”¹

Desde que Angola se tornou um país independente, em 1975, que a urbanização de Luanda tem ocorrido de forma *acelerada e desordenada*. No decorrer dos anos, este processo deu origem a assentamentos informalmente organizados e sem acesso a infraestrutura básica, conhecidos como *musseques*. Atualmente, estes ocupam cerca de 40% da mancha urbana de Luanda e comportam 77% da população², sendo esta de quase 10 milhões de habitantes. Estes números revelam a precariedade habitacional da capital, onde o déficit de alojamento digno se torna cada vez mais alarmante face ao crescimento demográfico.

Durante a violenta Guerra Civil, milhares de angolanos deslocaram-se para os centros urbanos, reforçando a ocupação informal. Em paralelo, a crescente valorização do tecido urbano central tem motivado políticas de remoção de assentamentos informais, abrindo espaço para empreendimentos de alto padrão. Apesar de tudo, os musseques configuram também espaços de *memória coletiva* e um *património cultural* rico, enraizado em *práticas sociais* e um *modus vivendis* ímpar.

No *Sambizanga*, município que abrange alguns dos musseques mais centrais, esta realidade revela-se através das próprias ruas, construções e, sobretudo, dos habitantes, que carregam consigo uma *identidade cultural e histórica*, que desde sempre caracterizaram a cidade de Luanda.

Mediante este cenário, emerge a importância de fomentar *práticas construtivas sustentáveis*, adaptadas ao *contexto local*, *preservando e requalificando* os musseques. Assim, esta dissertação procura iniciar a discussão sobre possíveis soluções que contornem as limitações impostas a uma população cujo direito à habitação digna e segura é substituído por um estado de *sobrevivência* constante.

¹ BRAZ, Osvaldo; RAPOSO, Isabel. *Urbanização de Luanda, expansão dos musseques e realojamento dos seus habitantes no novo milénio*. Lisboa: CEAUT/UAL - Centro de Estudos de Arquitetura, Cidade e Território da Universidade Autónoma de Lisboa, 2021. p.54.

² MINGAS, Ângela. Apresentação de Prova de Doutoramento. *Os Signos Espaciais dos Musseques. Interpretação do tecido urbano não acreditado do Catambor*. Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa. Lisboa, junho, 2024.

Abstract

"The legal and urban instruments implemented were marked by a neoliberal vision that did not incorporate the dialectic of the mode of production of the musseque's space."

Since Angola's independence in 1975, the urbanization of Luanda has occurred in a rapid and disorderly manner. Over the years, this process has given rise to informally organized settlements lacking access to basic infrastructure, known as musseques. Today, these areas occupy approximately 40% of Luanda's urban fabric and account 77% of its population, amounting to nearly nine million inhabitants. These figures reveal the precarious housing conditions of the capital, where the shortage of adequate housing becomes increasingly alarming in the face of ongoing demographic growth.

During the violent Civil War, thousands of angolans migrated to urban centers, further reinforcing informal occupation. In parallel, the growing valorization of the central urban fabric has driven policies of musseque clearance, opening space for large-scale commercial and residential developments.

Nevertheless, these settlements also constitute spaces of collective memory and a rich cultural heritage, deeply rooted in social practices and a unique *modus vivendi*. In Sambizanga, a municipality that encompasses some of the most central musseques, this reality becomes particularly evident through the very streets, constructions, and, above all, the inhabitants, who carry with them a cultural and historical identity that has long characterized the city of Luanda.

Given this scenario, it is important to promote constructive, sustainable practices that are adapted to the local context and integrate renewable energias, preserving and redeveloping the musseques. This dissertation does not claim to offer a definitive response to the crisis it exposes, but rather seeks to open the discussion on possible solutions to overcome the limitations imposed on a people whose right to dignified and secure housing has too often been replaced by a constant state of survival.

Sumário

CAPÍTULO 0: INTRODUÇÃO	1
0.1. Motivação e Objetivos	2
0.2. Estrutura e Metodologia	3
CAPÍTULO 1: LUANDA E O MUSSEQUE	5
1.1. Pobreza e Multidimensionalidade do termo Informal	7
Pobreza como Denominador Comum entre várias Cidades do Mundo	7
A Pluralidade do Informal	8
Reflexões	14
1.2. Linhas de Pensamento Crítico	15
Prática Incremental	15
Reflexões	19
Valor Patrimonial	20
Reflexões	23
Políticas Governamentais	24
Reflexões	26
1.3. Do Tempo Colonial à Dinamização de uma Nova Cidade	27
O Musseque e a Cidade	28
Luanda na Segunda Metade do séc. XX	31
Reflexões	38
CAPÍTULO 2: ARQUITETURA SUSTENTÁVEL E TROPICAL	41
2.1. Conceitos e Princípios	43
Origem e Conceito da Arquitetura Sustentável	43
Estratégias da Arquitetura Sustentável	45
Origem e Conceção da Arquitetura Tropical	47
Reflexões	48
2.2. Estratégias da Arquitetura Tropical Angolana	49
Processos Construtivos	50
A Casa Tradicional Angolana	56
Reflexões	59

CAPÍTULO 3: O CASO DE ESTUDO DO SAMBIZANGA	61
3.1.Enquadramento Histórico-Social	64
3.2. Introdução e Estado da Arte	67
Qualidade de Vida no Sambizanga: Indicadores e Subindicadores	67
Reflexões	73
Tipos de Assentamentos	74
Reflexões	79
Projetos de Intervenção e Requalificação	80
Reflexões	88
3.3. Trabalho de Campo	89
Reconhecimento Territorial	92
Análise e Interpretação dos dados recolhidos	102
3.4. Proposta	110
Campos de Atuação e Estratégias	112
Objetivos e Ações	113
Reflexões	134
Considerações Finais	136
Referências	138
Apêndice	151



Fig.1. Vista da Baía para a cidade. Luanda, 2022.

CAPÍTULO 0: INTRODUÇÃO



0.1. Motivação e Objetivos

A motivação para esta investigação nasce de uma *inquietação pessoal* perante a realidade urbana dual de Luanda e, em particular, as condições habitacionais dos musseques. A experiência de observar de perto estes territórios evidencia um paradoxo difícil de ignorar: por um lado, a precariedade habitacional, a ausência de planeamento estruturado e as condições materiais adversas que marcam a vida quotidiana dos seus habitantes; por outro, a força cultural, social e identitária que estes espaços carregam, constituindo um património cultural, enraizado em memórias coletivas e formas próprias de habitar a cidade. Este trabalho é, assim, movido pela vontade de compreender de que forma o urbanismo e a arquitetura podem contribuir para transformar este cenário, através da sua valorização e requalificação.

Esta investigação procura dar visibilidade a práticas construtivas e modos de vida que, embora marginalizados, revelam uma resiliência notável e contêm potenciais respostas para os desafios de sustentabilidade urbana contemporâneos. Ao propor estratégias de intervenção que conciliem requalificação urbana com justiça social, acredita-se ser possível a *inclusão das populações marginalizadas e reconhecer os musseques como parte integrante do património cultural e urbano de Luanda*.

Importa ainda salientar que as complexidades inerentes a cada contexto não permitem alcançar um modelo construtivo que seja universalmente reproduzível, mas é possível apontar caminhos para combater problemas do espaço urbano e arquitetónico da cidade informal.

0.2. Estrutura e Metodologia

A presente dissertação organiza-se em três capítulos principais. No *primeiro capítulo*, é apresentado o enquadramento da cidade de Luanda e dos musseques, explorando a *pobreza* e a *informalidade* como conceitos multidimensionais. São discutidas diferentes *linhas de pensamento crítico*, com destaque para a prática incremental, o valor patrimonial dos territórios informais e as políticas governamentais que influenciaram a sua transformação ao longo do tempo. Este capítulo integra ainda uma *análise histórica* desde o período colonial até ao processo mais recente de urbanização, evidenciando a relação entre os musseques e a expansão da cidade.

Seguidamente, o *segundo capítulo* aprofunda a reflexão sobre a *arquitetura sustentável e tropical*. São revistos os conceitos e princípios fundamentais destas correntes, assim como as suas estratégias, com especial enfoque na realidade angolana. O capítulo analisa ainda os *processos construtivos locais* e a *casa tradicional angolana*, sublinhando a relevância de soluções arquitetónicas adaptadas ao clima e às condições socioeconómicas do país.

Por último, o *terceiro capítulo* constitui a componente prática da investigação, centrado no caso de estudo do *Sambizanga*. O capítulo inclui um *enquadramento histórico-social*, a *análise da qualidade de vida* da população, a *identificação de tipos de assentamentos* e a *avaliação de projetos de requalificação* já desenvolvidos. A componente prática envolve o *trabalho de campo*, realizado através de reconhecimento territorial e recolha de dados qualitativos e quantitativos, posteriormente analisados e interpretados. A partir desse processo, são delineadas *propostas de intervenção*, sustentadas em objetivos e ações que procuram aliar a preservação do património urbano informal à promoção de estratégias de desenvolvimento sustentável e inclusivo.

Metodologicamente, o trabalho combina uma investigação teórica e prática. A *vertente teórica* assenta na revisão de leitura multidisciplinar, abrangendo áreas como urbanismo, arquitetura, construção e estudos culturais. Já a *vertente prática*, baseia-se no caso de estudo do *Sambizanga*, onde se procedeu à observação direta, levantamento territorial e análise crítica das práticas construtivas e sociais. Esta abordagem permitiu confrontar a realidade concreta dos musseques com os dados teóricos, resultando em propostas integradas que procuram responder às especificidades do contexto local.



Fig. 2. Vista do musseque para a cidade. Luanda, 2025.

CAPÍTULO 1: LUANDA E O MUSSEQUE



"(...) embora deva ser classificada como uma cidade espontânea, Luanda apresenta na sua história, como aliás em quase todas as cidades, uma parte de 'vontade' e uma parte de 'espontaneidade'"³

O presente capítulo estabelece a base informativa necessária para compreender a realidade dos assentamentos informais de Luanda, com enfoque especial nos musseques, na sua origem e consolidação no tecido urbano.

Num primeiro momento, serão exploradas as múltiplas dimensões do conceito de *informalidade*, analisando o modo como a pobreza, políticas públicas, contextos históricos e práticas construtivas se interligam na formação e transformação dos assentamentos. Em seguida, abordam-se diferentes linhas de pensamento crítico que funcionam como ferramentas para repensar estes espaços não apenas como zonas de precariedade, mas como territórios de identidade, resistência e potencial de requalificação. Por fim, é feita uma leitura diacrónica da cidade de Luanda, do período colonial à contemporaneidade, evidenciando os fenómenos que moldaram o território e as consequências sociais, económicas e culturais das intervenções urbanas, formais e informais.

Ao articular a análise histórica, social e cultural dos assentamentos com a reflexão sobre políticas e práticas urbanas, este capítulo reforça a pertinência de intervir de forma sensível e sustentável, preservando a identidade do espaço, enquanto se introduzem melhorias físicas e ambientais. Assim, estabelece-se o ponto de partida fundamental para alcançar o objetivo central deste trabalho: sensibilizar e alertar para a importância de resgatar valores sociais e culturais, promovendo construções sustentáveis que respeitem e potenciam a vida nos assentamentos informais de Luanda.

³ COSTA, Vasco Vieira da; *Plano para a Cidade Satélite nº 3*. Luanda, 1948. p. 27.

1.1. Pobreza e Multidimensionalidade do termo Informal

| Pobreza como Denominador Comum entre várias Cidades do Mundo

De maneira a compreender melhor os assuntos abordados nesta dissertação, importa clarificar a complexidade e multidimensionalidade intrínsecas ao termo *Informal*, já que envolve uma série de dinâmicas que estão enraizadas em diversos contextos.

A *pobreza* é um fator comum entre várias cidades do mundo e impulsiona o crescimento da *informalidade*, que por sua vez se desenvolve consoante a economia, política, cultura e sociedade. Apesar de estas duas estarem diretamente relacionadas na maioria dos casos, não são sinónimos, pois podem manifestar-se tanto em conjunto como isoladamente, consoante as condições locais de cada comunidade, região, cidade e país. Não faz sentido, portanto, dizer que um *musseque* de Luanda é o mesmo que uma *favela* do Brasil ou que um *caniço* em Moçambique é o mesmo que um *jhungi* na Índia. Mesmo em cidades mais desenvolvidas, os desafios relacionados à habitação precária também são evidentes, manifestando-se de forma peculiar em cada situação. Deste modo, serão analisados diversos contextos em que este fenómeno surge, de forma a haver uma contextualização aprofundada sobre o tema que sustenta este trabalho.

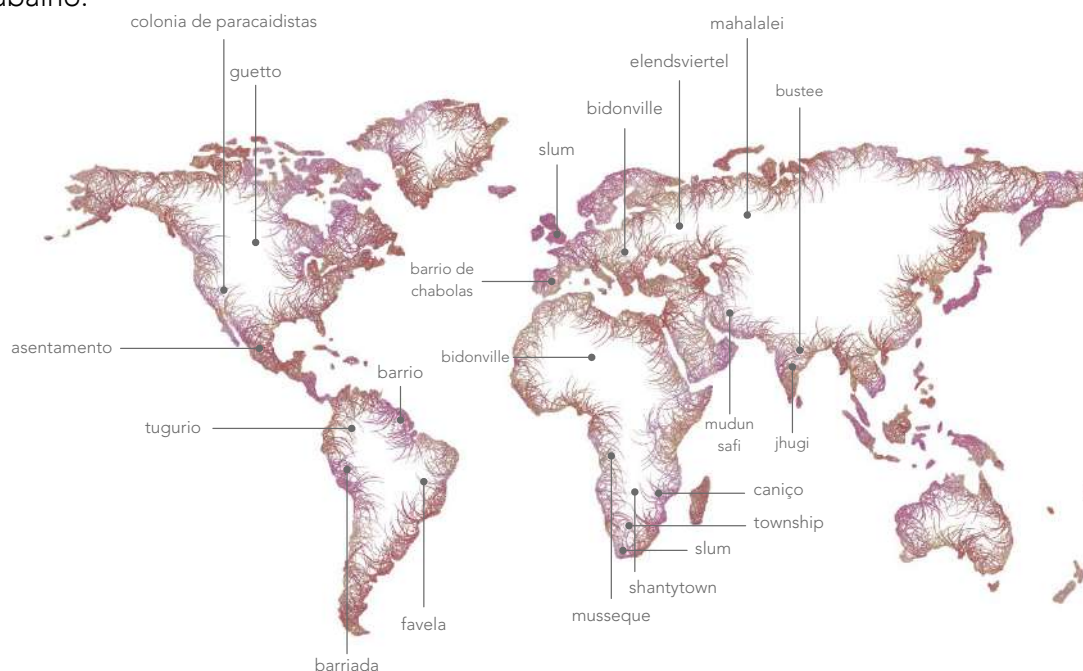


Fig. 3. Diferentes nomes para um fenómeno similar.

| A Pluralidade do Informal

Na sua definição, o *formal* está intimamente relacionado com algo que está “*de acordo com regras e formalidades*”⁴ e, em contrapartida, o *informal* prende-se com tudo o que “*é desprovido de formalidades*”⁵. Em contexto urbano, se por um lado a formalidade respeita uma “*lógica de organização, um sistema de normas que rege o próprio processo de transformação urbana*”⁶, o informal não cumpre essas mesmas normas institucionais, legais e culturais. A cidade resulta, portanto, do confronto destas duas realidades.

O termo *informal* surgiu aquando do acelerado processo de urbanização e da carência de habitações acessíveis àqueles que enfrentavam condições socioeconómicas vulneráveis. A necessidade urgente de abrigo levou a população a *autoconstruir* casas com materiais improvisados e, muitas vezes, ilegais. Esta ação incontrolável resultou em espaços debilitados e mais suscetíveis a desastres naturais, uma vez que a carência de planeamento e recursos adequados comprometeu a segurança das suas estruturas. A par disso, dada a crescente densidade populacional, estes espaços ficaram superlotados e com uma quantidade de habitantes superior àquela que idealmente teriam. Apesar de todos os espaços informalizados determinarem commumente uma extensa área urbana com construções e ocupações que não seguem normas oficiais de planificação do território, podem distinguir-se por fatores sociais, económicos, históricos, culturais e políticos. É certo que todas estas questões variam de país para país, porém podem diferir também dentro da mesma cidade, região e comunidade, abrangendo assim variados contextos dentro da sua definição.

A habitação informal é, para Ananya Roy⁷, “*um tipo de mercado distinto em que a acessibilidade dos preços se deve à ausência de planeamento e regulamentação formais.*”⁸. De facto, este mercado habitacional tem evidenciado, nas últimas décadas, que a informalidade não está apenas sob a posse dos mais pobres, mas também das classes média e alta, pois potencializam diversas vantagens, muitas delas ilegais. As habitações mais carentes podem coexistir ao lado de setores de luxo, criadas mediante propriedades legais, infringindo regulamentos de posse de terra.⁹ Neste tipo de situações, ambas as propriedades são informais, no entanto concretizam-se,

⁴ Dicionário de Língua Portuguesa. Coleção Universal. Texto Editora, LDA. 10ª edição. Lisboa, 2002. p. 358.

⁵ *ibidem*, p. 409.

⁶ ROY, Ananya. *Urban Informality: Toward an Epistemology of Planning*. Journal of the American Planning Association, v.71, n.2. Spring, 2005. p.148. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/3999824/mod_resource/content/1/ROY_Ananya_UrbanInformality_353.pdf. Acedido a 20 de janeiro de 2025.

⁷ Ananya Roy (1970-) nasceu na Índia, é atualmente professora na Universidade da Califórnia em Los Angeles e é uma das principais referências nos estudos sobre informalidade urbana.

⁸ *ibidem*, p.149.

⁹ *Ibidem*.

injustamente, de formas opostas. Se, por um lado, em zonas informais se encontram pontos modernizados, infraestruturados e com serviços que potenciam a dinâmica que se vive nas cidades mais desenvolvidas, por outro também se vêem áreas formais com situações pontuais de extrema pobreza, reflexo da falta de investimento.

Esta polarização de mercados habitacionais é o resultado de uma combinação de fatores que promovem a desigualdade e exclusão social, dificultando o acesso a oportunidades que permitam a diminuição da pobreza e o desenvolvimento da própria cidade. Assim, esta realidade materializa a ideia de que o conceito de formalidade não está diretamente associado ao rico ou moderno, e que a informalidade compõe uma diversidade de contextos dentro do seu próprio significado.

Slums

Existe um outro conceito que se estende além da simples desorganização urbana: o *slum*, caracterizado pela pobreza intensificada pelo acelerado crescimento da cidade.

A sua designação foi criada no início do séc. XIX, em Londres, aquando da industrialização britânica e crescimento urbano acelerado. A sua utilização servia para identificar zonas residenciais associadas ao crime, vício, más condições de higiene e origem de epidemias. No fim do século, o termo passou a fazer parte da linguagem oficial e difundiu-se para outros países.¹⁰

O seu significado tradicional traduz-se em áreas habitacionais que se foram deteriorando à medida que os residentes originais se mudavam para outras áreas das cidades. Com as condições habitacionais a diminuir, tanto em países desenvolvidos como em desenvolvimento, as casas foram progressivamente subdivididas e arrendadas a um público com rendimentos muito baixos. Por sua vez, os slums passaram a ser definidos por *assentamentos informais* que, como já referido, estão a tornar-se na expressão mais clara da pobreza urbana, além de assentamentos precários e subdivisões ilegais.¹¹

No séc. XX, criaram-se novos termos em diversas partes do mundo e novos acordos de posse, tanto pela necessidade de definir com mais rigor cada situação, quanto pela conotação pejorativa da própria palavra 'slum'. Consequentemente, encontram-se designações como *shanty towns*, *bidonvilles*, *bairros de lata*, *favelas*, *barrios*, *caniços*, entre outros, para descrever um fenómeno em tudo semelhante, porém deveras distinto.

¹⁰ UN-Habitat: *The Challenges of slums: global report on human settlements*, 2003. p.11. Disponível em: <https://unhabitat.org/sites/default/files/download-manager-files/The%20Challenge%20of%20Slums%20-%20Global%20Report%20on%20Human%20Settlements%202003.pdf>. Acedido a 20 de janeiro de 2025.

¹¹ *ibidem*. p.9



Fig. 4. Jhungi na Índia.



Fig. 5. Bairro de caniço em Moçambique.



Fig. 6. Favela no Brasil.

O historiador *Alan Mayne*¹² defende que esta terminologia deveria ser excluída do vocabulário das políticas urbanas, uma vez que o termo passou a ter uma definição deturpada da realidade. Para ele, as ações sociais, culturais e económicas das regiões urbanas marginalizadas passaram a ser vistas com um olhar depreciativo, pois o termo generaliza e simplifica a pobreza, desmoralizando os seus problemas e, como consequência, a inapropriação das suas soluções em determinado contexto.¹³

Segundo estatísticas da *UN-Habitat*, em 2001, a percentagem de população urbana a viver em slums, a nível mundial, era de 32%, o correspondente a 924 milhões de habitantes. Em 2020, esta percentagem passou para 23,5%, equivalente a 1 bilhão de pessoas no mundo¹⁴, representando uma diminuição do número de habitantes em situações de vulnerabilidade nos últimos anos. Apesar deste balanço positivo representar o esforço que tem vindo a ser feito para melhorar as condições habitacionais, reflete ainda uma incapacidade de gerir e acolher esta sobrecarga habitacional, continuando, portanto, a gerar problemas a nível de saúde e segurança, bem como um ciclo de vulnerabilidade e marginalização constantes. Recorrendo a legislações nacionais e locais, a UN-Habitat define formalmente a palavra 'Slum' como um grupo de indivíduos que, vivendo sobre o mesmo teto, carece de uma ou mais das seguintes condições mínimas:

1. Acesso a água potável;
2. Acesso a instalações sanitárias;
3. Segurança de posse de terra;
4. Durabilidade da habitação;
5. Espaço habitacional suficiente.¹⁵

Assim, uma habitação é considerada *Slum* se não satisfizer pelo menos uma destas cinco condições. Esta definição serve como referência global para análise de uma habitação precária em contexto urbano, não descurando a diversidade do fenómeno a nível mundial e, por vezes, dentro do mesmo país.

Embora os slums estejam associados a condições de habitabilidade muito baixas, encontram-se, amiúde, situações onde os moradores não são pobres. O Rio de Janeiro, por exemplo, compõe um dos casos onde se evidencia a convivência entre setores

¹² Alan Mayne (1946-), nasceu na Austrália, trabalha atualmente como especialista na área da História e Urbanística, e é atualmente professor no Departamento de História da Universidade de Melbourne.

¹³ *Slums: A História de Uma Injustiça Global* [RESENHA] Por Meg Healy. Tradução por Lucas Costa, 2018. Disponível em: <https://rioonwatch.org.br/?p=36072>. Acedido a janeiro de 2025.

¹⁴ UN-Habitat: The Challenges of slums: global report on human settlements, 2003. p. Xxi. Disponível em: <https://unhabitat.org/sites/default/files/download-manager-files/The%20Challenge%20of%20Slums%20-%20Global%20Report%20on%20Human%20Settlements%202003.pdf>. Acedido a novembro de 2024.

¹⁵ *Ibidem*. p.16.

precários e de luxo. Aqui, as políticas do mercado imobiliário funcionam em detrimento da classe social que lhes dará mais vantagens, criando um paradoxo injusto entre as ações que têm de ser urgentemente tomadas e aquilo que efetivamente acontece.¹⁶ Os chefes que lideram as favelas atuam como um “Estado paralelo” ao comum, onde oferecem proteção e recursos que o Governo não permite.¹⁷ Os habitantes encontram-se, desta forma, numa dualidade de realidades: uma em que o Estado estabelece melhorias físicas, mas que não assegura a devida segurança, e outra em que os traficantes exibem a sensação de segurança, por meio da violência e do medo, retirando-lhes a liberdade de uma vida digna. Assim, estes factos deixam claro que os slums são também indicadores de um espectro político onde a legalidade e a ilegalidade se revelam num mesmo local, aumentando a disparidade social.

No contexto específico de Luanda, os fenómenos referidos anteriormente estão intimamente ligados ao termo *Mussequê*. Com uma grafia já aportuguesada, é um vocábulo originário do *quimbundo*, etimologicamente constituído pelo prefixo “mu” (lugar) e pelo radical “seke” (areia). Portanto, lugar ou terreno arenoso. Desde logo, ganhou um conteúdo sociológico ao englobar os núcleos de cubatas¹⁸ nos seus terrenos construídos por africanos que, devido à expansão da cidade, foram forçados a deixar a zona urbana.¹⁹ São colonialmente definidos pela sua “ausência de organização urbana, precariedade, superlotação de população miserável”²⁰, refletindo hoje um *bairro informal, historicamente marginalizado, caracterizado por construções autoproduzidas, acesso desigual a serviços básicos e forte coesão comunitária*, sendo um reflexo tanto da *exclusão urbana* como da *resiliência das populações* que nele habitam. Em Luanda, a causa desta informalidade advém especialmente do facto destas aglomerações precárias não terem surgido a partir de uma altura específica, mas sim com o nascer da própria cidade.

“(…) se os governos e os mercados não reagirem a tempo e adequadamente, não é que as pessoas deixem de vir para as cidades; continuarão a migrar, mas a urbanização desenvolver-se-á informalmente, como slums e favelas.”²¹

¹⁶ As favelas, principalmente as situadas em zonas mais valorizadas, são tomadas por chefes de droga internacionais que estabelecem autonomamente um estatuto de poder e soberania perante os residentes, por meio da violência.

¹⁷ ROY, Ananya. *Urban Informality: Toward an Epistemology of Planning*. Journal of the American Planning Association, v.71, n.2. Spring, 2005. p.150. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/3999824/mod_resource/content/1/ROY_Ananya_UrbanInformality_353.pdf. Acedido a janeiro de 2025.

¹⁸ Cubatas são habitações rústicas tipicamente africanas, construído com canas e folhas e coberto com capim seco ou palha. A palavra vem do kimbundo “kutaba”, que significa ‘casa’.

¹⁹ JÚNIOR, Manuel Vaz de Borja. *Contributos para a História do Bairro Operário. Tributos às Suas Gentes e Famílias*. Mayamba Editora. Luanda, 2020. p. 56.

²⁰ AMARAL, Ilídio. *Luanda: Estudo de Geografia Urbana*. Coleção Memórias da Junta de Investigações do Ultramar, nº53. Lisboa, 1968. p. 67

²¹ ARAVENA, Alejandro; LACOBELLI, Andrés. *Elemental : Manual de Vivienda Incremental y Diseño Participativo. Incremental Housing and Participatory Design Manual*. 2 ed. Ostfildern: Hatje Cantz Verlag, 2016. p. 26.

A *gentrificação* tem vindo a ser, cada vez mais, um fenómeno considerável na capital angolana, em que os musseques que antigamente eram habitados pela classe média e baixa sofrem um processo de transformação, devido à procura de zonas mais valorizadas e com um maior acesso a investimentos do setor imobiliário, empresarial e comercial. Por sua vez, este investimento no setor imobiliário, por parte do Estado, proporcionou o aparecimento de grandes projetos modernos, como hotéis de luxo, shoppings, escritórios e condomínios privados, fazendo com que a população com maior poder e posição social se aproximasse do centro. Ora, o aparecimento de novas oportunidades e a valorização do território central ocorreu, em muitos casos, em detrimento da demolição de edifícios, muitos deles emblemáticos, e do abandono de habitantes dos seus locais de origem. Desta forma, a migração para o musseque alimentou a quantidade de desempregados, pessoas sem qualquer qualificação profissional, operários e pequenos comerciantes, o que agravou as péssimas condições de empregabilidade e subsistência.²² Por estes motivos, o fenómeno da gentrificação é uma das maiores causas que leva à solidificação dos assentamentos autoproduzidos nas periferias e à permanência de algumas construções precárias em assentamentos formais.



Fig. 7. Contraste da urbanização formal e informal no centro de Luanda.

²² AMARAL, Ilídio. Luanda (Estudo de Geografia Urbana). Coleção Memórias da Junta de Investigações do Ultramar, nº53. Lisboa, 1968. p. 90.

Reflexões

*"A informalidade é uma categoria política, profissional, económica e inclusive espacial, que atua em uma determinada situação política. Tem uma dimensão histórica profunda. É uma maneira de interação entre dois métodos, um modo de organização e gestão de políticas, de ocupação do espaço e da atividade económica."*²³

Reconhece-se que a luta pela habitação digna não é um fenómeno isolado, mas, sim, que reflete uma crise global de urbanização que desencadeia impactos negativos na vida de milhares de pessoas. As soluções imediatas, baseadas em modelos quase sempre idênticos e produzidos em série, muitas vezes sustentado por mão de obra estrangeira e não qualificada, surgem como medidas solucionárias que, na verdade, ajudam a evidenciar a exclusão e marginalização da classe social mais baixa.

Os assentamentos informais e os slums são ambos termos que retratam a pobreza urbana, contudo distinguem-se por diversos fatores. Os assentamentos informais referem-se, de forma mais ampla, a ocupações de solo urbano realizadas à margem da legalidade, seja por ausência de titularidade fundiária, ausência de planeamento formal ou construção fora das normas urbanísticas. Já os slums, com um conceito mais difundido em contextos internacionais, designam áreas urbanas densamente povoadas, marcadas por condições severas de exclusão, como a precariedade habitacional extrema, a falta quase total de acesso a serviços básicos, insegurança na posse de terra e forte marginalização social.

Acredita-se também que a abstração que se estabelece em relação à definição e criterização dos vários níveis de pobreza, camufla a realidade que se vive em cada comunidade. Se a identidade de cada bairro, de cada comunidade, de cada cidade e país for categorizada de igual forma, pode-se estar a dissimular as suas complexidades e a ignorar soluções que exigem a sua sensibilização. Por sua vez, quanto mais as políticas urbanas atuarem de forma imprecisa sobre os seus problemas, maior será a discriminação da população. Por último, apesar de os musseques se enquadrarem em algumas das características dos slums, nesta dissertação serão designados como Assentamentos Informais por descreverem de forma mais completa a sua origem e urbanização espontânea, que é o principal enfoque deste trabalho. Perante este fenómeno complexo, torna-se fundamental criar abordagens multifacetadas que materializem alguns dos contextos que foram falados até agora. Para tal, serão apresentados de seguida várias linhas de pensamento crítico, onde se expõem autores chave neste tema e projetos que viabilizam soluções incrementais e sustentáveis.

²³ ROBSON, Colin. *Real World Research. A Resource for Social Scientists and Practitioner-Researchers*. Oxford: Blackwell. Citado por: QUEIROZ, Jonas. *Maputo: A Produção da Cidade e o papel da Arquitetura*. Dissertação de Mestrado em Arquitetura. Rio de Janeiro, 2016. p.37.

1.2. Linhas de Pensamento Crítico

A análise crítica das práticas urbanas nos assentamentos informais de Luanda exige a compreensão de diferentes abordagens que vão além da leitura tradicional da informalidade. Este subcapítulo propõe três eixos fundamentais de reflexão- *Prática Incremental*, *Valor Patrimonial* e *Políticas Governamentais*- como ferramentas conceituais para repensar os musseques não apenas como espaços de precariedade, mas como territórios de resistência, adaptação e património.

A *prática incremental*, comum em contextos informais, revela-se como uma estratégia resiliente de autoconstrução e transformação urbana, permitindo que a população molde o seu próprio espaço de forma contínua e adaptável. O *valor patrimonial*, por sua vez, convida a reconhecer os musseques como repositórios de identidade, cuja preservação e valorização se revelam cruciais para uma abordagem verdadeiramente sustentável. Por fim, as *políticas governamentais* desempenham um papel central na possibilidade de integração e reconhecimento destes territórios no desenvolvimento urbano formal.

Assim, ao mobilizar estas linhas de pensamento crítico, busca-se criar uma base teórica para discutir caminhos alternativos de valorização e sustentabilidade na construção dos assentamentos informais de Luanda.

| Prática Incremental

A *prática incremental* é, em sentido lato, uma abordagem gradual e adaptativa para ações de desenvolvimento de projetos, tendo por base as carências e os recursos acessíveis. Ao invés de procurar respostas absolutas, a *incrementalidade* atua no espaço de forma *evolutiva*, permitindo a *adaptabilidade* às necessidades exigidas pelo tempo. Esta flexibilidade oferece às cidades uma maior *sustentabilidade*, pelo que se torna relevante a sua abordagem em contextos informais.

“Quando os moradores controlam a decisão principal e são livres de fazer a sua própria contribuição para o projeto, construção ou gestão para a sua moradia, tanto o processo quanto o ambiente produzido estimulam o bem-estar individual e social. Quando as pessoas não têm controle nem responsabilidade sobre decisões-chave, os ambientes podem tornar-se numa barreira para a realização pessoal e numa dificuldade para a economia”²⁴

²⁴ TURNER, John. In: HAMDÍ, Nabeel. *Small Change. About the Art of Practice and the Limits of Planning in Cities*. First published by Earthscan. UK, 2004. Prefácio, p. xi.

John Turner²⁵ defende que, quando os habitantes participam ativamente no planeamento das suas casas, conseguem atender de maneira mais eficaz às suas necessidades e ainda fortalecem o sentimento de comunidade e identidade social. Turner critica, portanto, sistemas habitacionais convencionais que implementam soluções pouco flexíveis e que dificultam o desenvolvimento social e sustentável.

Neste sentido, a *arquitetura incremental* surge como uma abordagem que reconhece o potencial da construção por etapas, ajustada às capacidades e recursos disponíveis ao longo do tempo. Trata-se de um processo que valoriza a *adaptabilidade* e a *transformação contínua* do espaço habitado. No entanto, importa sublinhar que a *incrementalidade* e a *participação* não são necessariamente dependentes uma da outra, pois uma construção pode evoluir de forma incremental mesmo sem envolver a participação ativa dos moradores no seu planeamento inicial, assim como pode haver participação comunitária em projetos concebidos para uma execução definitiva. Apesar disto, quando a participação e incrementalidade se articulam, criam oportunidades mais significativas para soluções habitacionais enraizadas nas realidades locais, promovendo *autonomia*, *apropriação* e *sustentabilidade* no *desenvolvimento urbano*.

Não se pode falar de incrementalidade sem falar na *Quinta Monroy*, um projeto aplicado em contexto urbano e habitacional, para contornar o problema da habitação na cidade de Iquique, no Chile. A premissa foi alojar 100 famílias no centro de Iquique, num terreno de 5000m², cujo espaço havia sido ocupado por centenas de famílias que foram instalando habitáculos de emergência.²⁶ Para ultrapassar esta problemática, recorreu-se à tipologia mais conhecida, o “edifício paralelo”, cuja composição se baseou numa unidade habitacional com uma casa no primeiro piso, seguido de um apartamento duplex. O lote em que se inserem compreende, na sua totalidade, medidas de um quadrado²⁷, 9x9m, com medidas habitacionais iniciais de 6x6m, e pé direito de 2,5m. Esta área térrea era composta por uma casa de banho, uma cozinha e uma sala de estar e jantar, cobertas por uma laje de betão que faria já a divisão para outro fogo por cima. Ao lado, instalava-se um duplex com exatamente o mesmo programa, mas com pé direito duplo, possibilitando a criação de um 3º piso. Ambas as propriedades podem expandir-se até 72m², com condições seguras de habitabilidade, sendo que este jogo de cheio e vazio, acima do 1º piso, permite a entrada de luz natural e circulação de ar, além de que conduz o acesso ao duplex.²⁸

²⁵ John Turner (1929-2020), nasceu em Londres mas dedicou-se à política e advocacia no Canadá, onde foi primeiro-ministro.

²⁶ ARAVENA, Alesandro; LACOBELLI, Andrés. *Elemental : Manual de Vivienda Incremental y Diseño Participativo. Incremental Housing and Participatory Design Manual*. Ostfildern: Hatje Cantz Verlag, 2016. p. 98.

²⁷ Segundo estudos anteriormente feitos, quanto mais estreitos fossem esses lotes, mais rentável seria o uso do solo, pois seriam necessárias menos ruas e infraestruturas. Contudo, adotou-se uma solução com lote quadrado, que, numa primeira vista é menos eficiente, mas que neste caso era mais flexível para transformar a irregularidade numa regularidade.

²⁸ *ibidem*, p.468.

Com o passar do tempo, estes vazios foram autonomamente ocupados pela população, consoante as suas necessidades. Apesar do seu carácter inovador, a Quinta Monroy também levanta algumas fragilidades. Muitas famílias ampliaram significativamente os módulos além do esperado, comprometendo a habitabilidade e a qualidade coletiva dos espaços. Além disso, as áreas públicas entre os edifícios foram progressivamente ocupadas por extensões privadas, reduzindo a qualidade do espaço compartilhado e potencializando conflitos.²⁹ Ainda assim, este exemplo evidencia como a habitação pode ser pensada como um processo contínuo que se adapta às necessidades que vão surgindo e ainda reduz o impacto ambiental e económico inicial.



Fig. 8. Habitações da Quinta Monroy em 2004 e em 2013, respetivamente.

Num outro exemplo, em 2010, o terramoto que destruiu a infraestrutura da cidade do Haiti desalojou cerca de 1,3 milhões de pessoas. Imediatamente após o terramoto, o projeto *Habitat Haiti* forneceu soluções habitacionais a mais de 50.000 famílias, consoante as suas necessidades e com uma estrutura que respondesse melhor a futuros desastres.³⁰ A união entre o governo, ONG's e voluntários, permitiu a construção de casas ecológicas, recorrendo à terra crua para fabricar tijolos sustentáveis, mais resistentes a alterações climáticas e a fenómenos naturais. Durante 5 anos, além de se terem recuperado milhares de casas e construído outras tantas, o projeto incentivou o aprimoramento do conhecimento e das habilidades no setor da construção, para que a população pudesse corresponder de forma autónoma às suas necessidades. Assim, com a ação conjunta de organizações oficiais e a participação da população, conseguiu-se não só recuperar um passado destruído como adquirir ferramentas para (re)construir um futuro.

²⁹ Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/351640148_Beyond_the_freedom_to_build_Long-term_outcomes_of_Elemental's_incremental_housing_in_Quinta_Monroy. Acedido a Janeiro de 2025.

³⁰ *Habitat para a Humanidade Haití*. Habitat Haiti. Catálogo de experiências de resposta a desastres na América Latina e no Caribe. p.133. Disponível em: https://www.habitat.org/sites/default/files/4.10_haiti.pdf. Acedido a janeiro de 2025.

Embora este exemplo não trate um modelo incremental no sentido estrito da expansão física das casas ao longo do tempo, o projeto incorporou uma lógica incremental de reconstrução social, onde o conhecimento e a resiliência comunitária foram construídos gradualmente. Este exemplo demonstra então que a incrementalidade também pode traduzir-se no fortalecimento das competências e na apropriação do território por parte da população.



Fig. 9. Situação habitacional pós terremoto no Haiti.

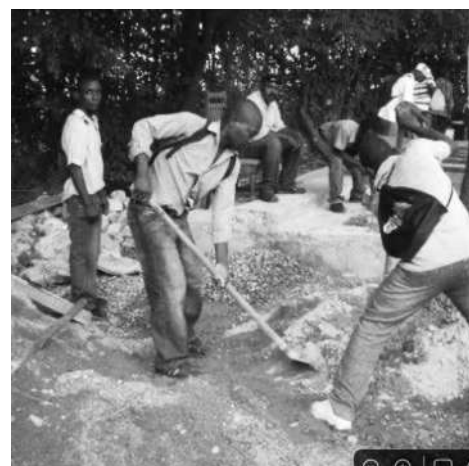


Fig. 10. Participação na fase de reconstrução.

Na cidade de Ahmedabad, onde cerca de 40% dos 3,5 milhões de habitantes de Ahmedabad vive em slums e assentamentos informais³¹, o projeto *Slum Networking* (Parivartan), iniciado em 1995, tornou-se uma referência internacional por integrar moradores marginalizados à infraestrutura urbana formal. A sua abordagem inovadora assentou na colaboração entre comunidades locais, governo municipal, ONG's e o setor privado, promovendo melhorias significativas no acesso a água potável, saneamento, educação e saúde em dezenas de bairros. Contudo, embora o projeto tenha alcançado resultados concretos, beneficiando mais de 43.000 habitantes³², também levanta algumas limitações. A sua eficácia dependeu fortemente do envolvimento das comunidades e da capacidade de articulação institucional, o que nem sempre se verifica de forma equitativa em todos os bairros. Além disso, o foco na infraestrutura física, embora seja essencial, não resolveu por completo as causas estruturais da exclusão urbana. Ainda assim, o Parivartan mostra como a melhoria incremental da infraestrutura, aliada à participação comunitária estruturada, pode ser uma via para melhorar as condições dos assentamentos informais.

³¹ UN-Habitat: The Challenges of slums: global report on human settlements, 2003. p.201. Disponível em: <https://unhabitat.org/sites/default/files/download-manager-files/The%20Challenge%20of%20Slums%20-%20Global%20Report%20on%20Human%20Settlements%202003.pdf>. Acedido a novembro de 2024.

³² Dados estatísticos referentes ao ano de 2007, em: *The Slum Networking Project in Ahmedabad. Partnering for Change*. WSP: Water and Sanitation Program. 2007. p.4. Disponível em: <https://documents.worldbank.org/en/publication/documents-reports/documentdetail/353971468259772248/the-slum-networking-project-in-ahmedabad-partnering-for-change>. Acedido a janeiro de 2025.

Reflexões

Analizados 3 casos que incorporam soluções incrementais no âmbito da habitação, pôde concluir-se que em todos os projetos houve uma sensibilização do contexto em que as mesmas surgiram, tendo sido analisadas em função das suas necessidades. Tornou-se também claro que, apesar de estarem intimamente relacionadas, o processo participativo difere do conceito incremental, na medida em que podem intervir isoladamente em cada situação. O primeiro, como já foi referido, está relacionado com a presença ativa de habitantes durante o processo projetual, possibilitando a sua voz ativa em tomadas de decisão que poderão influenciar positivamente o resultado final das construções. Nestes casos, o conjunto habitacional poderá já ter uma linguagem definitiva, que contrasta com os princípios de um projeto incremental. Neste, o projeto pode ser feito de raiz ou em continuação a um pré-existente, com a hipótese de se acrescentar ou alterar espaços, em função das necessidades que vão surgindo com o tempo. Portanto, uma não implica necessariamente a outra.

Conclui-se também que, apesar de todos os seus benefícios, a habitação incremental também pode gerar alguns desafios. Por exemplo, nada garante que as famílias alojadas nestes sistemas terão as condições necessárias para expandir ou manter as condições das suas casas. Se pensarmos em casos mais extremos, as famílias que não possuem quaisquer recursos podem deixar degradar as suas estruturas, pela impossibilidade de manutenção das mesmas. Por exemplo, Aravena defende que *"acertar com a estrutura é acertar com o projeto todo"*³³ e, efetivamente, na Quinta Monroy a estrutura foi criada em modo esqueleto, ou seja, os elementos presentes são os essenciais e os acabamentos ficam ao encargo dos respetivos moradores. Contudo, nem todos os moradores poderão estar dotados de conhecimentos suficientes para realizarem obras de maneira eficaz e segura, por isso, é extremamente importante pensar em programas de capacitação profissional de áreas que permitam a autocriação ou continuação de sistemas habitacionais para a população que nelas habitará.

Por último, ao contrário da uniformidade visual que se estabelece quando um projeto é previamente planeado, quando estamos perante casos onde as casas são alteradas através da autonomia e recursos da população, estas podem desencadear uma mistura formal e informal na composição das fachadas, conferindo-lhes uma certa ideia de desordem e até contraste social.

³³ ARAVENA, Alesandro; LACOBELLI, Andrés. *Elemental : Manual de Vivienda Incremental y Diseño Participativo. Incremental Housing and Participatory Design Manual*. Ostfildern: Hatje Cantz Verlag, 2016. p. 466.

| Valor Patrimonial

“Os valores e hábitos culturais têm um lugar de extrema importância na vivência das habitações. Por um lado, a falta de condições económicas e de emprego, a carência de infraestruturas básicas e de equipamentos de apoio social. Por outro, os valores e hábitos culturais mantidos através da organização do espaço, tanto na implantação das habitações como na própria organização do espaço interior, sendo os bairros, lugares de memória, de resistência, de identidade, de convivência e de encontro, que aplicaram na sua formação estes valores.”³⁴

“(...) se bem que a metamorfose a leve a perder simultaneamente o toque da descoberta e a pluralidade das promessas, a criação que orienta o seu futuro recompõe-lhe um passado.”³⁵

Estas duas citações são exemplos que nos levam a refletir sobre a *transformação*, a *identidade* e a *memória*, e de que forma estas se relacionam com a *valorização do património*. Os musseques, autoconstruídos para abrigar os que não habitam um *lugar*, criaram as suas próprias lógicas, regras de definição e maneiras de viver, originando, inconscientemente, espaços com uma *linguagem particular*. A ideia de metamorfose que é referida, remete para a perda de determinados significados que, no caso dos musseques, por mais precários que sejam, estão ligados a um *passado* e a uma *cultura* que parte da população continua a viver e a valorizar.

O *valor patrimonial* é, portanto, um tema de grande importância e provido de potencialidades. Luanda, sendo uma cidade com tanta história e cultura, mas também território de disputas e de processos intensos de colonização e independência, torna-se facilmente objeto de interesse na análise daquilo que deve ou não ser preservado ao longo do processo de transformação urbana.

Perante a situação de acelerado crescimento e mutação, a cidade de Luanda tem vindo a perder a sua riqueza arquitetónica e urbana. Grande parte dos edifícios emblemáticos e dos espaços urbanos que eram legados de um período histórico cultural, têm vindo a ser progressivamente alvo de *negligência* e acabam por ser *substituídos* por edifícios com uma linguagem totalmente diferente, em consequência do fenómeno da *modernização*. Várias empresas estrangeiras têm projetado edifícios que refletem estilos e modelos de urbanização que não vão ao encontro daquilo que é a realidade local, criando uma paisagem de contrastes sociais impactantes.

³⁴ LOURO, Margarida. OLIVEIRA, Francisca. *Casas para um planeta pequeno : Projecto Angola Habitar XXI : Modelos Habitacionais em territórios de Macro Povoamento Informal*. Lisboa, 2009. Prefácio, p. 44.

³⁵ MALRAUX, André; *O Museu Imaginário*. Capítulo IV. Coleção Arte & Comunicação, Edições 70, Lisboa, 1965. p. 243.

Num meio onde é imperativo corresponder às dinâmicas da sociedade, Ângela Mingas³⁶ defende que a procura de soluções para a preservação do património vai além do campo da arquitetura. Elas “ultrapassam as paredes dos edifícios e alcançam o modo de viver da população”³⁷, no sentido em que não têm apenas um impacto na construção da cidade e da sua história, mas também na sociedade.

É certo que os arquitetos e urbanistas são as principais entidades responsáveis por moldar o ambiente urbano e que este desafio de defesa do património lhes compete enquanto objetivo a atingir. Contudo, esta tarefa não deve ser restrita às entidades competentes, mas, sim, englobar toda a sociedade. Para tal, Mingas acredita ser fundamental que estes mudem de mentalidade, de maneira a permitir uma consciencialização de que o património é muito mais do que um “objeto do passado” e que merece atenção e valor com o passar das gerações.

Em Angola, 70% da população tem menos de 25 anos.³⁸ A maior parte da população já cresceu no período da independência nacional, ou seja, em grande parte dos casos, a desvalorização da conservação daquilo que é o valor cultural e histórico dos edifícios do país advém da *falta de conhecimento* sobre os mesmos, assim como da *contestação do legado colonial* e da *desvalorização da arquitetura autoproduzida*. Em muitas cidades onde o processo de urbanização ocorre de forma abrupta, a visão que se tende a ter sobre o passado é de algo que deva ser eliminado, em detrimento de um futuro novo, associado ao poder e à riqueza, ignorando-se as raízes culturais que constituem a sua identidade.

Um dos exemplos que melhor retrata este tema é o *Teatro Elinga*, situado na baixa de Luanda. A sua edificação surgiu em finais do séc. XIX, como um espaço dedicado à formação profissional. Em 1985, alguns estudantes juntaram-se e criaram um centro de produção e difusão de arte e teatro, refletindo-se num espaço aberto e recetivo à discussão sobre questões sociais e políticas do país. Aquando da Guerra Civil, o Elinga funcionava como um ponto de encontro comum àqueles que desejavam expressar a sua arte. No período pós-colonial, consolidou-se enquanto abrigo à expressão artística e formação de novas gerações de artistas, tornando-se, até hoje, na materialização da *preservação da memória e identidade cultural*.



Fig. 11. Espaço exterior do Teatro Elinga, com a perceção da proximidade às Torres Kianda.

³⁶ Ângela Mingas (1971-) é arquiteta e ativista angolana, conhecida pelo seu trabalho na valorização da cultura.

³⁷ MINGAS, Ângela. Entrevista: *Recuperar o passado, propor para o futuro*. Susana Moreira Marques, 2014. Disponível em: http://www.redeangola.info/especiais/angela-mingas-2/#disqus_thread. Acedido a 15 de dezembro de 2024.

³⁸ *ibidem*.

Em 2012, é desclassificado como património cultural e coloca-se a hipótese da sua substituição por um parque de estacionamento para prolongar os serviços das *Torres Kianda*, um complexo de edifícios que reflete, aos olhos de muitos, a renovação urbana da capital angolana. Mediante esta situação, uniram-se artistas, intelectuais, cidadãos e organizações civis para, em mobilização coletiva, tentarem impedir a sua demolição e defenderem o património histórico e cultural da cidade. Hoje, o Teatro Elinga continua a ser o palco de grandes espetáculos, exposições e convívios, mostrando que existe uma consciência por parte da população sobre a importância de preservar espaços que carregam em si uma *memória*. Este conflito demarca, assim, o conflito entre preservação e progresso urbano, levantando debates sobre o desenvolvimento urbano não apagar o passado, mas sim coexistir com ele de forma *equilibrada e justa*.

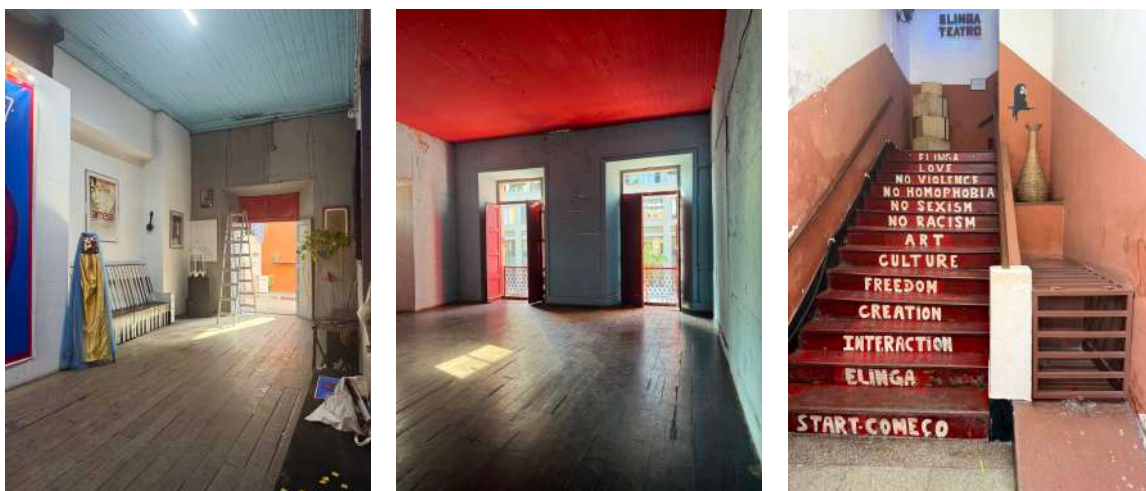


Fig. 12. Teatro Elinga atualmente.

O *Mercado do Roque Santeiro*, antigo *Mercado Popular da Boavista*, foi inaugurado em 1991, no município do Sambizanga, uma zona central da cidade de Luanda. Em 2010, foi demolido para dar lugar a novos projetos imobiliários, perdendo-se mais um ponto de encontro cultural e social da cidade. Este espaço, que refletia as dinâmicas económicas e sociais informais, foi transferido para o Mercado do Panguila que, apesar de possuir 26 hectares, fica a 22km do seu sítio original.³⁹ Em consequência, as vendedoras não possuíam meios para se mobilizarem para tão longe e acabaram por se instalar em locais impróprios de venda, o que fez aumentar o número de comerciantes e, por sua vez, as toneladas de lixo acumuladas. Assim, o mercado que era uma referência histórica e património cultural, a pretexto de uma modernização, fragmentou-se e gerou consequências indesejadas.

³⁹ ANGONET. Impactos da transferência do Mercado do Roque Santeiro nos Vendedores e Utentes. DW, março 2022. Disponível em: <https://dw.angonet.org/cedoc/aumenta-numero-de-vendedores-no-mercado-da-cuca/>. Acedido a janeiro de 2025.



Fig. 13. Antigo Mercado Roque Santeiro.

Reflexões

As questões anteriormente levantadas são, a meu ver, complexas e pertinentes. *Inovar* não deve necessariamente significar o *novo*, mas sim uma conjugação equilibrada do *passado* com o *presente*. Por sua vez, não existe inovação sem conhecimento e este é quem sustenta as nossas ações, decisões e visões do mundo. Neste sentido, e cientes da falta de recursos que Angola enfrenta no âmbito da educação e o seu impacto na qualidade de ensino, é importante que a mudança de mentalidade intervenha noutros campos juntamente com o da educação, como em espaços públicos, nas redes sociais, e na própria comunidade. A atuação destas formas de divulgação de conhecimento contribuem certamente, ainda que a longo prazo, para que a população encarar o património não só como um bem histórico da cidade, mas também como algo que, de certa forma, lhes pertence. Recriar uma cidade deve pressupor uma adaptação que não destrua as suas maiores qualidades. Defende-se que a cidade de Luanda possui todas as ferramentas para se reinventar paralelamente à memória existente e sem se eliminarem entre si, dando espaço a um futuro que *respeite* e *valorize* a sua diversidade. Apesar de serem caracterizados pela falta de infraestruturas e construções precárias, os musseques são também espaços portadores de património cultural. O novo, sendo rico ou não, acaba por retirar significados que o património original oferece ao povo. Neste sentido, devem ser implementadas práticas construtivas locais, com materiais que lhes são acessíveis pela própria natureza, de maneira a que surjam nos musseques sistemas construtivos culturalmente ricos e sustentáveis.

Em suma, acredita-se que o valor da antiguidade angolana consiga ser preservado para gerações futuras, sem que se percam os seus traços expressivos, que contam a sua história e dão pistas sobre a sua natureza – a *identidade*.

| Políticas Governamentais

As *Políticas Governamentais* são o principal meio de determinação dos recursos urbanos que comandam o acesso da população à terra, às infraestruturas, aos serviços públicos e às próprias casas. De uma perspetiva mais ampla, são as políticas públicas que moldam o quotidiano da população, as suas condições de vida e ainda o seu nível de inclusão na sociedade. Assim, o modo como as políticas governamentais gerem o espaço urbano tem um impacto na realização do *direito à cidade*.

A complexidade deste conceito envolve o contributo de várias disciplinas de investigação para um mesmo caso, assim como a interpretação diversificada de vários autores, sobre a mesma ideia. Apesar de já haver inúmeros estudos realizados acerca deste tema, *Henri Lefebvre*⁴⁰ propõe uma visão mais radical, onde os direitos à cidade não seriam apenas um meio para garantir o acesso a serviços básicos, mas também um processo participativo onde o conhecimento pode construir modelos. Defende, por isso, que uma estratégia urbana *“não pode deixar de ter em conta, por um lado, as estratégias existentes e, por outro lado, os conhecimentos adquiridos: a ciência da cidade, o conhecimento que tende para a planificação do crescimento e para o domínio do desenvolvimento”*.⁴¹ Assim, o direito à cidade não estaria somente associado ao acesso a recursos básicos, mas também a um processo de adaptação constante dos sistemas de governação, a cada contexto urbano.

Numa linha complementar de argumentação, *Sylvia Croese*⁴² foca o seu trabalho na preservação da arte, cultura e identidade angolana, relacionando-as com as políticas governamentais, desde o período pós-colonial até à atualidade. Além disso, a sua investigação propõe uma reflexão sobre o impacto que a falta de conhecimento institucional tem na implementação das políticas públicas de urbanização.

*“(...) quando o poder é estudado a partir de baixo, os funcionários do Estado e aqueles com quem se relacionam, podem ser vistos a produzir, reconhecer e negociar a autoridade pública de múltiplas formas que estão incorporadas na história política do país.”*⁴³

⁴⁰ Henri Lefebvre (1901-1991) nasceu em Hagetmau e foi um filósofo marxista e sociólogo francês.

⁴¹ KING, Loren. *Henri Lefebvre and the Right to the City. Handbook of Philosophy of the City*. Edition: EBook, Chapter 6. Publisher: Routledge. 2018. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/328491674_Henri_Lefebvre_and_the_Right_to_the_City. Acedido a Janeiro de 2025.

⁴² Sylvia Croese (1972-) nasceu em Luanda e é arquiteta, urbanista e investigadora em áreas de desenvolvimento do continente africano, nomeadamente em situações de pós-guerra.

⁴³ CROESE, Sylvia. *Jornal de Estudos da África Austral. Dentro do Governo mas Fora da Lei: Comissões de Moradores, Autoridade Pública e Governação do Crepúsculo em Angola no Pós-Guerra*. Vol. 41, No 2. Angola, 2015. p.405. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/26621559>. Acedido a dezembro de 2024.

Esta citação expõe, de forma geral, a dinâmica entre a sociedade e a autoridade pública, em contexto de governança. Segundo Croese, as políticas governamentais dos assentamentos informais deverão ser o reflexo de uma ação entre o *Estado* e os *legados coloniais e pós coloniais da história política do país*, pois só assim se consegue adquirir um processo de negociação contínuo que se adapte efetivamente às realidades locais. No seu trabalho de investigação sobre o Zango⁴⁴, fala sobre a importância da *Comissão de Moradores* que surgiu em Angola, no contexto de libertação do poder colonial. Esta compreende uma série de organizações que mantinham uma relação amigável com o partido MPLA⁴⁵, por atuar de forma mais livre noutros países. Contudo, este tipo de comissões, que existem sobretudo para desempenhar funções relacionadas com a gestão de terras e propriedades, não são reconhecidas em Angola. Segundo a autora, a causa para esta gestão desequilibrada entre o poder local e o poder central em Angola pode estar diretamente relacionada com a Guerra Civil, uma vez que esta intensificou a fragilização das instituições estatais e solidificou a governança nestas áreas mais periféricas e informais.

Com o crescimento acelerado do país e a chegada de população de outras cidades, as relações foram-se estreitando e solidificaram a direção das comissões. Devido a este crescimento, passaram a existir várias comissões de moradores que representavam grandes áreas de casas construídas, ao que a administração municipal nomeou este fenómeno como *descentralização*. Desta forma, todas as áreas do Zango passaram a ter um representante e um comité formalizado que, além de terem construído uma boa relação entre si, estreitaram a ligação com a administração municipal que, por sua vez, contribuiu para um desenvolvimento político-habitacional sustentável. Croese demonstra, deste modo, que a valorização deste tipo de comissões é primordial para fincar a identidade de um lugar e como esta funciona como um instrumento poderoso capaz de *“criar um sentimento de lealdade e empenhamento.”*⁴⁶

⁴⁴ Este trabalho decorreu entre 2022 e 2013 e contou com um total de 70 entrevistas a residentes, representantes do governo e do setor privado, académicos, presidentes antigos e atuais da Comissão de Moradores do Zango. CROESE, Sylvia. 2015. *Jornal de Estudos da África Austral. Dentro do Governo mas Fora da Lei: Comissões de Moradores, Autoridade Pública e Governação do Crepúsculo em Angola no Pós-Guerra*. Vol. 41, No 2, p.406. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/26621559>. Acedido dezembro de 2024.

⁴⁵ O MPLA (Movimento Popular de Libertação de Angola), surgiu em 1956 e é o partido político que governa atualmente o país e que liderou aquando da luta pela independência)

⁴⁶ CROESE, Sylvia. *Jornal de Estudos da África Austral. Dentro do Governo mas Fora da Lei: Comissões de Moradores, Autoridade Pública e Governação do Crepúsculo em Angola no Pós-Guerra*. Vol. 41, No 2. Angola, 2015. p.405. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/26621559>. Acedido a dezembro de 2024.

Numa outra ótica acerca da complexidade das políticas governamentais, David Harvey⁴⁷ defende que *“as práticas materiais de que os nossos conceitos de espaço e de tempo advêm são tão variadas quanto a gama de experiências individuais e coletivas”*.⁴⁸ Por outras palavras, entende que os conceitos sobre o tempo e espaço são inevitavelmente influenciados pelas diferentes experiências que se vivem tanto individualmente, como em comunidade. Por isso, destaca que políticas impositivas nem sempre atendem às necessidades da população mais vulnerável. Numa perspetiva semelhante, John Turner diz existir uma *“confusão entre os sistemas administrativos centrais e autónomos e as consequências do domínio do primeiro como meio moderno preferido para alcançar todos os fins imediatos”*⁴⁹, ou seja, critica a tendência do governo em priorizar sistemas administrativos centrais e ignorar as administrações autónomas, que efetivamente contribuem para um resultado mais adequado e sustentável.

Reflexões

Mediante a exposição destas linhas teóricas, defende-se que as organizações locais são essenciais para que as ações políticas de regularização fundiária e urbanização formal atuem conforme as necessidades da população. A ideia que se constrói à volta do tempo e do espaço é, inevitavelmente, caracterizada pela forma como cada indivíduo e cada comunidade experiencia o seu dia a dia, acreditando-se que não haja uma maneira generalizadora de atuar sobre estas duas vertentes. Neste sentido, é extremamente importante haver comissões de moradores que trabalhem como agentes oficiais de gestão urbana, de maneira a incentivar a participação da população em decisões que alteram também as suas próprias vidas. Sem o apoio e o reconhecimento institucional, estas nunca serão integradas no processo de planeamento urbano, além de que, ao funcionarem paralelamente à estrutura do Estado, podem vir a alimentar futuros conflitos territoriais. No caso particular de Angola, acredita-se que o não reconhecimento destes grupos, por parte do Estado, fundamenta um dos maiores constrangimentos que a política habitacional do país enfrenta. A sua não atuação na governação urbana impede o bom funcionamento de funções políticas primordiais para a resolução de problemas quotidianos e, consequentemente, a formalização dos bairros sustentáveis.

⁴⁷ David Harvey (1935-), nasceu em Inglaterra, e é um académico britânico-americano cujas investigações se centram na antropologia, geografia, economia política e teoria social. Wikipédia. Disponível em: https://en.wikipedia.org/wiki/David_Harvey. Acedido a janeiro de 2025.

⁴⁸ HARVEY, David. *The Condition of Postmodernity. An Enquiry into the Origins of Cultural Change*. 108 Cowley Road, Oxford OX4 1JF. UK, 1989. p. 195. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/292518136_The_condition_of_postmodernity_1989_David_Harvey

⁴⁹ TURNER, John. *Housing by people. Towards Autonomy in Building Environments*. Pantheon Books, first edition. Londres, 1977. Disponível em: <https://www.scribd.com/document/338889662/Housing-by-People-Towards-Autonomy-in-Building-Environments-John-F-C-Turner-pdf>. Acedido a janeiro de 2025.

1.3. Do Tempo Colonial à Dinamização de uma Nova Cidade

*"As cidades estendem-se e compreendem-se pela sua gente, geografia dos seus lugares, traçado das suas ruas e avenidas, soluções arquitectónicas que valorizam os locais e o próprio desenho das construções correntes. As suas vocações económicas, organização e o "modus vivendi" das sociedades que aí viveram em épocas anteriores, constituem o conjunto de elementos que nos fornece informações preciosas sobre a história das cidades e que são inerentes ao espaço urbano que as delimita"*⁵⁰

A compreensão do espaço urbano de Luanda implica reconhecer que a cidade não é apenas um reflexo das dinâmicas locais, mas também o resultado de processos históricos globais, marcados por influências políticas, económicas e culturais.

O cruzamento entre práticas coloniais, modelos importados de urbanização e formas de apropriação popular do território produziu uma configuração singular, deixando uma marca significativa no desenvolvimento do país, nomeadamente a *desigualdade socioespacial*, que ainda hoje está bastante presente.

Assim, este subcapítulo aprofunda os motivos que desencadearam este grande constrangimento e quais as suas repercussões numa era de *reestruturação* e *modernização*. Para tal, apresenta-se uma perspectiva diacrónica da capital angolana, desde a sua formação até à sua redefinição, analisando os principais fenómenos que moldaram a cidade de hoje.



Fig. 14. Mapa de Luanda, Angola e África.

⁵⁰ MARTINS, Isabel. *Luanda: a cidade e a arquitectura*. Tese de doutoramento em Arquitectura, sob a orientação do arquitecto e professor catedrático Alexandre Alves Costa. FAUP, 2000. p.136.

| O Musseque e a Cidade

Num breve contexto colonial, a fundação da cidade deu-se em 1575, quando o navegador português *Paulo Dias de Novais*⁵¹ chega a *São Paulo de Assunção de Loanda*⁵², que com o tempo se abreviou para *Luanda*. Até meados do séc. XIX, o país viveu através de uma economia de escravos, marfim e urzela, importada essencialmente pelo Brasil e Portugal, de onde recebiam em troca vinho, tecidos e armas, entre outros produtos.⁵³ Dada a sua geografia e as atividades a ela associadas, a cidade foi se desenvolvendo em dois planos distintos: a *cidade alta*, onde permanece até hoje a Fortaleza de S. Miguel, que funcionava como polo militar, político e religioso, e a *cidade baixa*, ligada ao porto, onde se praticavam atividades comerciais. Entre 1840 e 1848, a ocupação holandesa destruiu praticamente a cidade toda e as medidas a seguir tomadas não foram suficientes para acelerar a sua reconstrução. Além da escassez de recursos, na altura os edifícios eram projetados por pedreiros ou engenheiros militares, com mão de obra africana e que representavam a arquitetura corrente, sem uma linguagem característica. Foi somente em 1862 que surgiu, na primeira planta de Luanda, a representação oficial de sanzalas⁵⁴, que serviam para alojar escravos que trabalhavam nas infraestruturas da cidade colonial ou para a exportação dos mesmos.

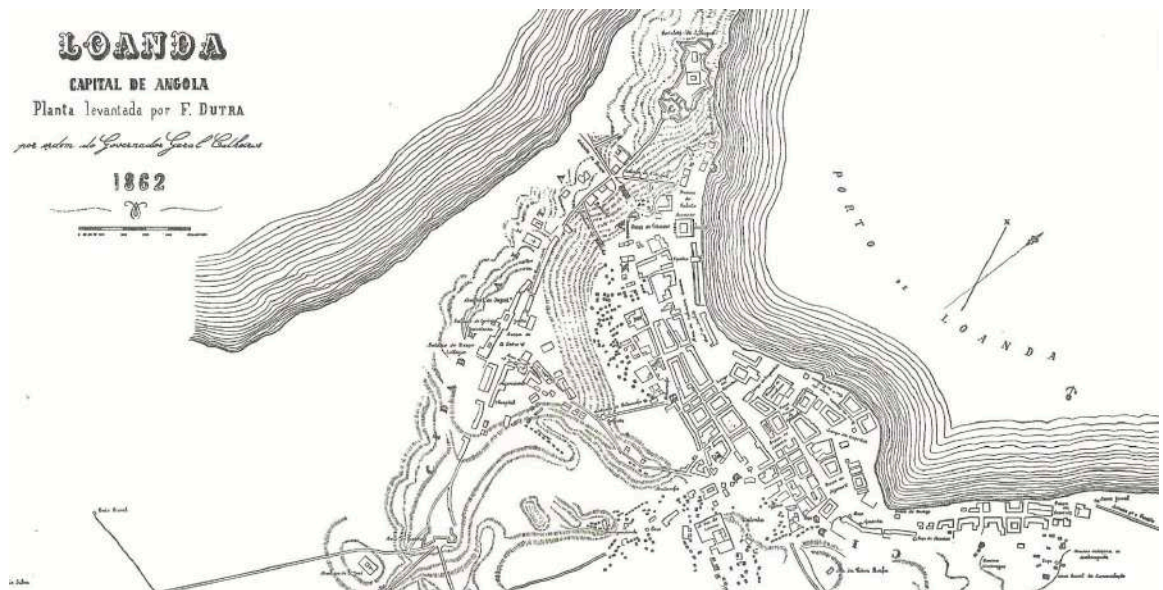


Fig. 15. Planta da cidade de Luanda em 1862, com a primeira representação oficial das sanzalas e a percepção da cidade alta e a cidade baixa.

⁵¹ Paulo Dias de Novais (1510-1589), foi um fidalgo, navegador e explorador português.

⁵² Este nome foi atribuído em homenagem ao santo padroeiro da cidade, São Paulo, e à Assunção, um dos eventos religiosos mais importantes da época.

⁵³ AMARAL, Ilídio. *Luanda. Estudo de Geografia Urbana*. Coleção Memórias da Junta de Investigações do Ultramar, nº 53. Lisboa, 1968. p.11.

⁵⁴ Naquela época, os escravos eram forçados a viver nas chamadas *sanzalas*, quase sempre longe das áreas urbanas dos colonos, impondo-se, desde logo, uma segregação racial e espacial. O termo *musseque*, surge mais concretamente aquando da Independência Nacional, dada a sua densificação face ao crescimento demográfico incontrolável.

Após a abolição da *escravatura*, a população nativa e os colonos foram atraídos para o centro da cidade, ocupando progressivamente as terras desocupadas e as estruturas já existentes.⁵⁵ Consequentemente, com a urbanização de vários bairros, nomeadamente o Bairro dos Coqueiros⁵⁶, a palavra *'musseque'* passou a assumir o termo referente aos *bairros populares periféricos*, onde as casas eram construídas com *materiais locais* (cartão, chapa, madeira, pau-a-pique, entre outros), também por não poderem construir com materiais perenes, e habitadas por uma *classe social baixa*. Tudo isto levou ao encarecimento das terras mais centrais e a uma segregação espacial, que fez com que as áreas residenciais passassem a ser separadas por níveis de renda e por classes de trabalhadores.

Esta hierarquização de privilégios socioespaciais desencadeou a *gentrificação* do centro para a periferia, "*ocupando indistintamente todas as áreas, indiferente ao que lá existe*".⁵⁷ Posto isto, a população de baixos recursos, que não conseguia suportar os custos de vida na zona urbanizada, passou a habitar em áreas cujos *serviços básicos e infraestruturas* eram praticamente *inexistentes*, criando e densificando cada vez mais aglomerados com condições miseráveis. Com esta mudança social e geográfica, a periferia da cidade passou a ser ocupada por três tipos de habitações informais: *sanzalas*, *musseques*, e *habitações coloniais clandestinas*, marcando o início de uma *cidade de grandes contrastes sociais*.⁵⁸

A meados do séc. XX, com a *industrialização* e o *investimento colonial* em novas *infraestruturas*, foram atraídos mais colonos de Portugal que fomentaram a densificação urbana central e empurraram novamente milhares de habitantes para zonas cada vez mais periféricas.

Após a luta pela *Independência* por parte do povo angolano, em 1975, muitos dos refugiados mudaram-se para a capital e ocuparam os locais abandonados durante a guerra, acabando por autoconfigurar novos assentamentos informais. Nesse mesmo ano, com os partidos políticos que se formaram depois da *Libertação Nacional*, iniciou-se uma *Guerra Civil* que coagiu a população a desabitare novamente as áreas de maior conflito e a construir em qualquer espaço baldio, acentuando ainda mais os *musseques*

⁵⁵ BRAZ, Osvaldo; RAPOSO, Isabel. *Urbanização de Luanda, expansão dos musseques e realojamento dos seus habitantes no novo milénio*. Estudo Prévio ****19. Lisboa: CEAAT/UAL - Centro de Estudos de Arquitetura, Cidade e Território da Universidade Autónoma de Lisboa, 2021. p.46.

⁵⁶ O Bairro dos Coqueiros é o primeiro assentamento português na baixa de Luanda "*que vai ocupar o local de um aglomerado autóctone*". Este foi o único aglomerado populacional africano anterior à chegada dos portugueses e ao longo do séc. XVIII foi-se tornando na zona mais populosa da cidade baixa. Dada a situação da época, este bairro manifestava a contradição da cidade: as construções mais pobres e as construções mais ricas. MARTINS, Isabel. *Luanda: a cidade e a arquitectura*. Tese de doutoramento. FAUP, 2000. p.154.

⁵⁷ MARTINS, Isabel. *Luanda: a cidade e a arquitectura*. Tese de doutoramento em Arquitectura, sob a orientação do arquitecto e professor catedrático Alexandre Alves Costa. FAUP, 2000. p.279.

⁵⁸ REAL, José Troufa. *The Musseques of Luanda- Housing in Angola. A New Neighbourhood. "Golfe I"*. Lisboa: edições UKUMA. Lisboa, 2010. p.22.

e a cidade periurbana. Esta guerra matou mais de 3 milhões de pessoas, mas os habitantes dos musseques continuaram a sobreviver revertendo ao seu estilo de vida tradicional.⁵⁹

Com o *Acordo de Paz* de 2002, desenvolveu-se a economia do país e foram implementadas novas medidas urbanísticas que, apesar de contribuírem para a formalização da cidade, não impediram a população rural de se reinstalar nos *antigos* e *novos* musseques, sendo que se acreditava ter maior aproveitamento de oportunidades e facilidade de enriquecimento no centro da cidade. Durante a criação de projetos formais para a classe média e alta, procedeu-se à *demolição* de grande parte dos musseques mais centrais e ao realojamento dessa população. Porém, esse processo não teve em consideração as condições económicas e o modo de habitar das famílias, colocando-os longe dos locais de trabalho e serviços de educação e saúde que lhes eram familiares. Este distanciamento resultou em grandes dificuldades de deslocação e de acesso a oportunidades de trabalho e serviços, além de uma perda do sentido de comunidade, provando que uma solução politicamente positiva, realizada sem precaução, abala também valores sociais e emocionais.

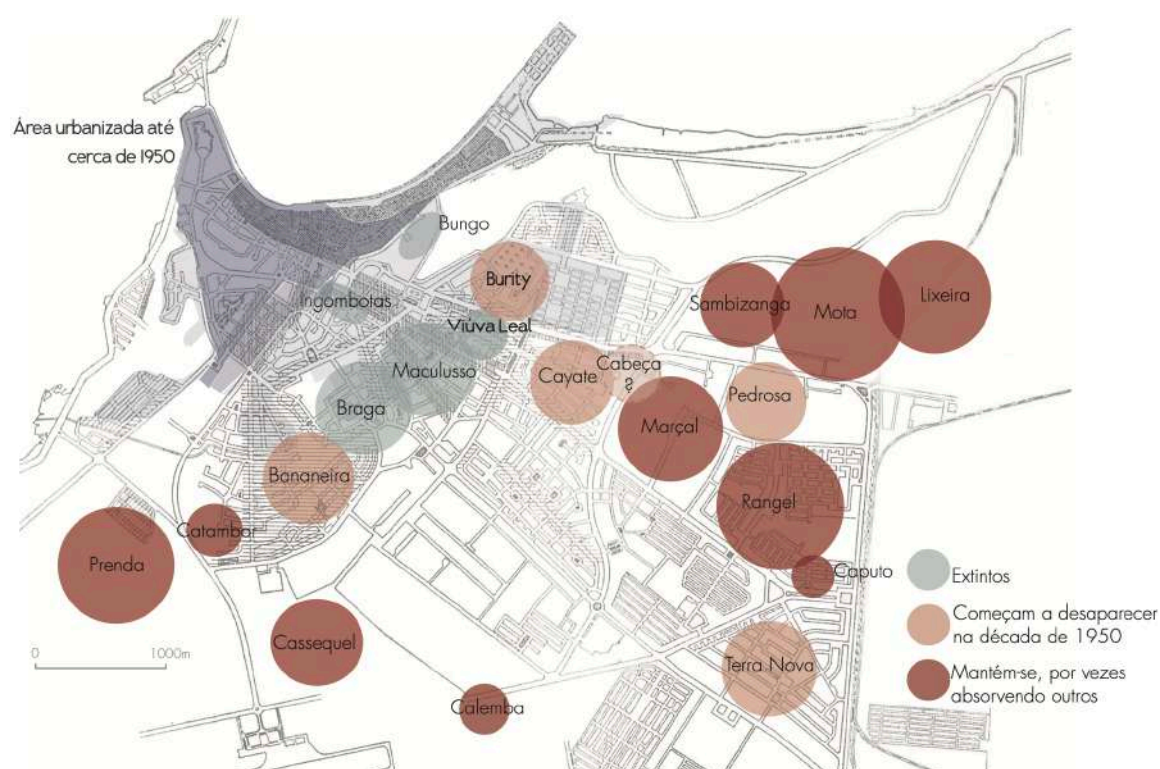


Fig. 16. Musseques da década de 1950 sobre planta de 1964.

⁵⁹ *ibidem.* p.8.

| Luanda na Segunda Metade do séc. XX

“Por incrível que pareça a cidade de Luanda dos nossos dias, continua tão desordenada como nos princípios dos anos 30. (...), os planos reguladores urbanos continuam a não existir e apenas são implementadas algumas estratégias que resolvem problemas pontuais, (...) os velhos casarões, com os seus telhados múltiplos, que foram demolidos levando consigo a imagem da cidade portuguesa (...), para dar lugar às novas construções de betão armado”⁶⁰

Como se tem vindo a constatar, o desenvolvimento urbano de Luanda foi sempre influenciado por fenómenos externos a si. A longa presença dos colonos portugueses em Luanda despoletou, especialmente a partir dos anos 50, a aquisição de modelos importados e com mais atenção às questões climáticas. Assim, pode considerar-se que analisar a *Arquitetura Portuguesa* é, no fundo, compreender o desenvolvimento da *Arquitetura Angolana* e o seu processo de modernização.

De maneira a contextualizar brevemente a *arquitetura portuguesa*, importa referenciar os acontecimentos que estiveram na base da sua consolidação, começando pelos anos 30, altura em que o *modernismo* se afirmava em Portugal e a estabilização política permitiu um maior *enfoque na construção urbana*.⁶¹ Foi, por isso, uma época de novas ideias de *urbanismo* e *construção*, que ajudaram a preparar o terreno para as transformações dos anos seguintes. Posteriormente, a década de 40 marcou o primeiro momento em que os princípios da *arquitetura tradicionalista* se abalaram e se começou a prenunciar uma *linguagem paralela*, porém desvalorizada pelo regime político fascista. Esta forte resistência dos arquitetos oposicionistas em aceitar novos padrões para Portugal justifica o aparecimento dos princípios modernistas e a atuação de alguns arquitetos portugueses em Angola. Em consequência desta afirmação, surge em 1942 o *Primeiro Plano de Urbanização Oficial*⁶² de Luanda, que acabou por não executado por falta de aval jurídico. Elaborado por *Etienne de Groer e Moreira da Silva*, a pedido do Governo Colonial, propunha a construção de cinco cidades satélite, em redor da cidade “principal”, aplicando ao redor da mesma uma faixa verde com dois quilómetros de largura que funcionaria como zona de proteção que interligaria as cinco cidades.⁶³

⁶⁰ MARTINS, Isabel. Cit. in RAPOSO, Isabel. *Cidades Africanas*. Ur Cadernos FAUTL, nº 5. Artes Gráficas. Lisboa, 2005. p.60.

⁶¹ PRADO, Roberto Goycoolea. MARTÍ, Paz Núñez. *La Modernidad Ignorada*. Universidad de Alcalá. Alcalá de Henares. Octubre, 2011. p. 68.

⁶² As primeiras orientações sobre a cidade foram realizadas em 1575, por uma *Carta de Doação* mandada a Paulo Dias, pelo rei D. Sebastião, onde se impunha a construção de três castelos. Em 1590, passaram a ser *Regimentos* que eram atribuídos a cada governador, com orientações de território, administração pública e os problemas que teriam de ser enfrentados.

⁶³ VENÂNCIO, Joana. *O Bairro Prenda em Luanda. Entre o Formal e o Informal*. Dissertação de Mestrado. FAUP. Porto, 2013. p.35. In: AMARAL, Ilídio. *Luanda e Maputo: de capitais de Províncias ultramarinas a capitais de Estados Independentes*. Conferência, Guimarães, Dezembro 2012.

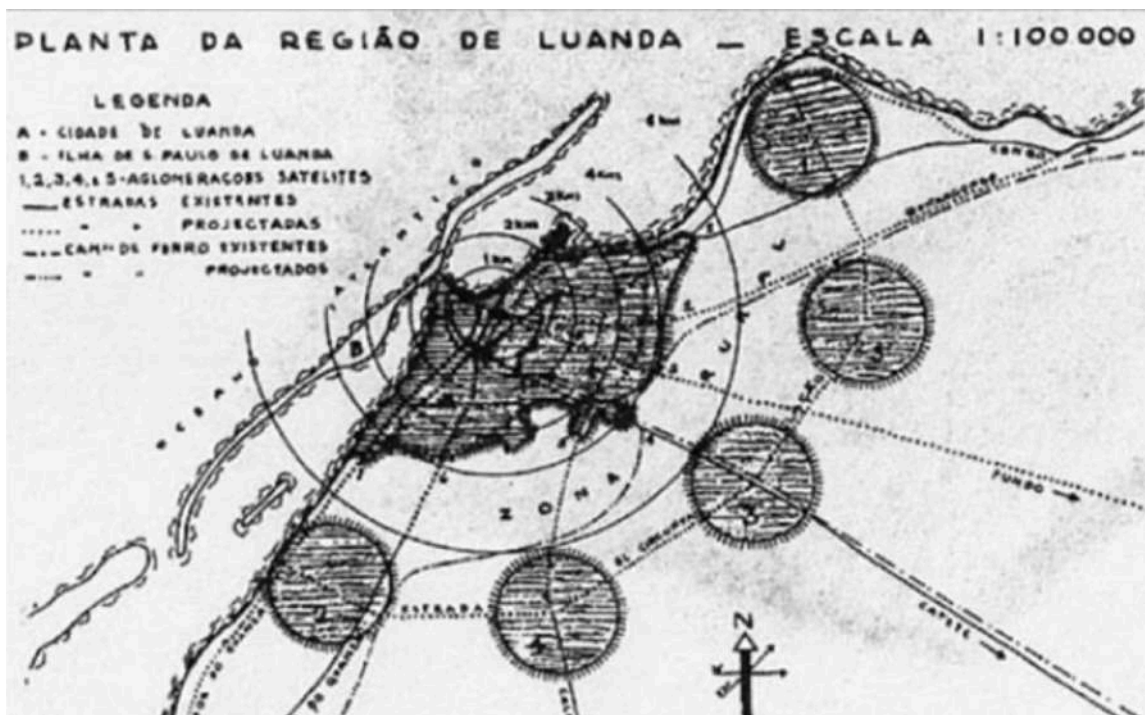


Fig. 17. Musseques da década de 1950 sobre planta de 1964.

Perante uma fase dinâmica marcada pelo *Movimento Moderno*, Isabel Martins⁶⁴ afirma que, no caso de Luanda, “o volume e o desenho se sobrepõem a um contexto aparentemente ilegível, num desafio direto à arquitetura tradicionalista, monumental e conservadora do Estado Novo”.⁶⁵ De facto, a afirmação da autora sugere que as formas simples e geométricas da arquitetura moderna não se adaptavam à cultura arquitetónica da cidade e, ao mesmo tempo, desafiavam a arquitetura do Estado Novo, de si monumental e conservadora.

Os anos 50 foram marcados por novo Plano para a cidade, feito pelo *Gabinete de Urbanização Colonial*, por João António de Aguiar, estabelecendo de forma clara as zonas consolidadas e as novas zonas de expansão. Dois anos depois, transferiu-se o *Departamento de Planeamento Urbano de Lisboa* para Luanda, com o intuito de promover projetos habitacionais que se enquadrassem melhor com a realidade local e *descaracterizassem* aos poucos a cidade colonial. Em 1957, a *Câmara Municipal de Luanda* mandou elaborar um novo Plano de Urbanização, com o objetivo de controlar o seu crescimento e estabelecer uma maior distinção entre as várias zonas da cidade.⁶⁶ Quando o departamento foi liderado por Simões de Carvalho⁶⁷, sugeriu-se um estudo

⁶⁴ Isabel Martins (1946-) é uma arquiteta e investigadora dedicada ao estudo do urbanismo e da arquitetura contemporânea em Angola, com foco na transformação das cidades, inclusão social e desenvolvimento informal.

⁶⁵ *ibidem*. p. 269.

⁶⁶ FONTE, Maria Manuela da. *Urbanismo e Arquitectura em Angola. De Norton de Matos à Revolução*. Casal de Cambra: Caleidoscópio. Lisboa, 2012. p. 121.

⁶⁷ Fernão Simões de Carvalho (1929-), trabalhou no escritório de Le Corbusier e foi chefe do gabinete de Urbanização da Câmara Municipal de Luanda e autor dos blocos de Habitação Coletiva da PRECOL, na Unidade de Vizinhança nº 1 do Bairro Prenda.

sobre todas as classes sociais e constituiu-se a primeira política de integração dos musseques. Com a intensificação dos problemas da habitação, lançou-se, em 1971, um concurso internacional que estabeleceria um *Plano Diretor Regional* para resolver as questões da superlotação das terras, assentamentos informais e habitações clandestinas. Todos estes planos nunca chegaram a ser efetivamente postos em prática, devido à falta de instrumentos que os legalizassem e de técnicos que os realizassem. Só em 1973 foi apresentado um plano de desenvolvimento pela empresa francesa OTH⁶⁸, que implementou o *primeiro Plano Urbano legalmente aceite*, com políticas governamentais que regeriam os próximos anos. Apesar da urgência no setor da habitação, o plano incluía também novos sistemas de transporte, emprego e tráfego, como vias ferroviárias, hospitais e um novo aeroporto internacional.⁶⁹ Perante tudo isto, o planeamento da cidade ocorreu em função dos problemas que iam surgindo com o *acelerado crescimento demográfico* e a *apropriação desorganizada da população*. Pode dizer-se, portanto, que apesar da tentativa de implementar leis de formação da cidade implicou também a *proliferação dos musseques*.

*"Se as heranças dos anos da guerra de 1939-1945 e do pós-guerra tinham sido as de uma forte continuidade do urbanismo e da arquitectura, segundo os modelos tradicionalistas (ainda que estes pudessem estar em relativa "derrapagem", ou em decadência de linguagens e técnicas), podendo mesmo falar-se, em termos socioeconómico-culturais, numa "relativa estagnação"- já nos inícios de 50, uma nova fase, emergente e dinâmica, parece surgir com toda a evidência."*⁷⁰

Os modelos modernos e internacionais implementados em Portugal fizeram surgir, de facto, uma arquitetura angolana baseada fundamentalmente na *otimização da iluminação natural* e produção de *ventilação natural*. Além da preocupação com a *localização e orientação*, adquiriu-se também um leque de soluções plásticas, com jogos de *cheio e vazio* e de grande criatividade compositiva. Porém, a cidade foi também alvo de uma exploração imobiliária gigante, onde os espaços verdes se perderam e o que predominou foi a grande dualidade económica, social, cultural e arquitetónica, que perdura até aos dias de hoje.⁷¹

⁶⁸ A OTH (On The Highways) é uma empresa que desenvolveu projetos de mobilidade urbana e gestão de tráfego em Luanda, melhorando a segurança no trânsito.

⁶⁹ REAL, José Troufa. *The Musseques of Luanda- Housing in Angola. A New Neighbourhood. "Golfe I"*. Lisboa: edições UKUMA. Lisboa, 2010. pp. 39-41.

⁷⁰ FERNANDES, Manuel José. *Geração Africana. Arquitectura e Cidades em Angola e Moçambique, 1925-1975*. Livros Horizonte, outubro 2002. p. 21.

⁷¹ FONTE, Maria Manuela da. *Urbanismo e Arquitectura em Angola. De Norton de Matos à Revolução*. Casal de Cambra: Caleidoscópio. Lisboa, 2012. p. 258-263.

Esta dicotomia é fundamentada por uma *arquitetura tradicional*, com características marcadamente coloniais, neoclássicas e neorregionais e, por outro lado, uma *arquitetura moderna*, internacionalista e a favor da geometria e das formas industriais e moduladas. Apesar de nenhuma delas representar um aspeto negativo para a cidade, surgiam muitas vezes como forma de se manifestarem contra o regime ou simplesmente pela necessidade de se guiarem por uma visão futurista.⁷²

Segundo Maria da Fonte, a apropriação de um arquiteto a um estilo está intimamente relacionada com a “*formação académica e pessoal de cada um e, mais ainda, do meio em que vivia*”.⁷³ Efetivamente, a produção arquitetónica de qualquer indivíduo nunca é um ato isolado por si, mas, sim, moldado pelo conjunto de fatores internos e externos que acabam por refletir a identidade de um arquiteto.

Materializando este conflito de estilos, o *Banco Nacional de Angola*, construído por Vasco Regaleira⁷⁴ em 1956, sobre o aterro da baía, representa uma perspetiva tradicional e um exemplo de uma *arquitetura conservadora do Estado Novo*. Apresenta traçados neoclássicos no desenho das fachadas, ao recorrer a elementos como colunatas jónicas, frontão e arcadas. Desenvolve-se em dois corpos ortogonais ligados por um central mais elevado, conferindo-lhe um caráter monumental. Este projeto representa, assim, uma arquitetura de cultura tradicional que, com o passar dos anos, foi sendo “*ultrapassada por uma nova linguagem arquitectónica muito mais solta*”⁷⁵.



Fig. 18. Banco Nacional de Angola.

⁷² *ibidem*.

⁷³ *ibidem*. p. 259.

⁷⁴ Vasco de Moraes Palmeiro Regaleia (1897-1968), nasceu em Lisboa e dedicou a sua vida à arquitetura religiosa portuguesa e às cidades ultramarinas, sob uma linguagem historicista e tradicionalista do Estado Novo.

⁷⁵ MARTINS, Isabel Maria Nunes da Silva. *Arquitecturas de Luanda*. Luanda: Sinfic Universidade Agostinho Neto, 2010. p.129.

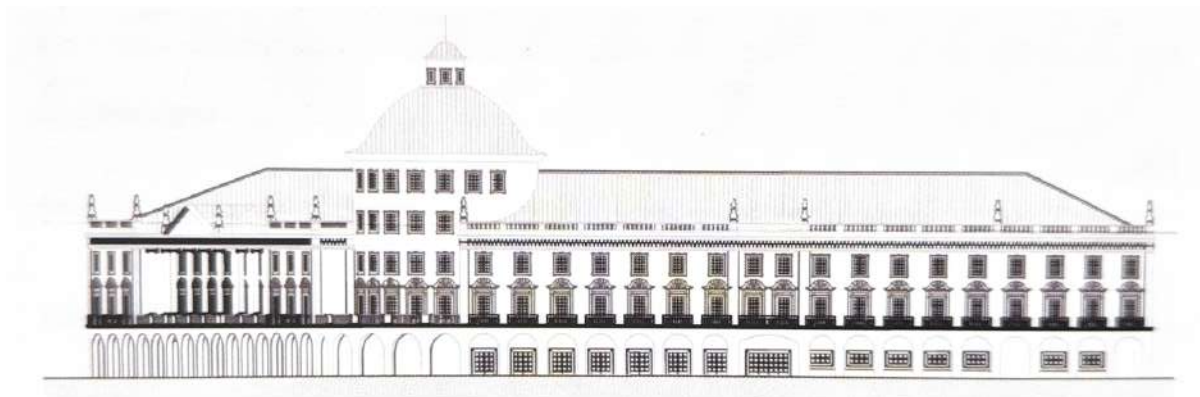


Fig. 19. Alçado do edifício do Banco Nacional de Angola.

Por outro lado, o edifício do *Ministério das Obras Públicas, Urbanismo e Habitação*, retrata uma obra exemplar da *arquitetura bioclimática*, construída em 1968 por Vasco Vieira da Costa, e é uma das grandes obras-mestre do *Movimento Moderno* em Angola. Erguendo-se sobre *pilotis*, a planta do edifício segue a tipologia de corredor central. O piso térreo é recuado, criando galerias que protegem a zona comercial do sol. A linguagem das fachadas é definida pelo controlo solar que se pretende, ou seja, o arquiteto insere elementos maiores ou menores consoante a incidência solar ao longo do dia. Na fachada principal, a segunda camada está ligeiramente afastada da primeira e é composta por pequenos elementos de betão posicionados perpendicularmente e nas fachadas laterais sobressaem-se dois volumes com palas de um lado a outro. Desta forma, este edifício recorre a sistemas de controlo passivo, assumindo uma linguagem entre a cidade histórica e a cidade moderna.⁷⁶



Fig. 20. Ministério das Obras Públicas, Urbanismo e Habitação em 1970.

⁷⁶ FONTE, Maria Manuela da. *Urbanismo e Arquitectura em Angola. De Norton de Matos à Revolução*. Casal de Cambra: Caleidoscópio. Lisboa, 2012. p. 395.

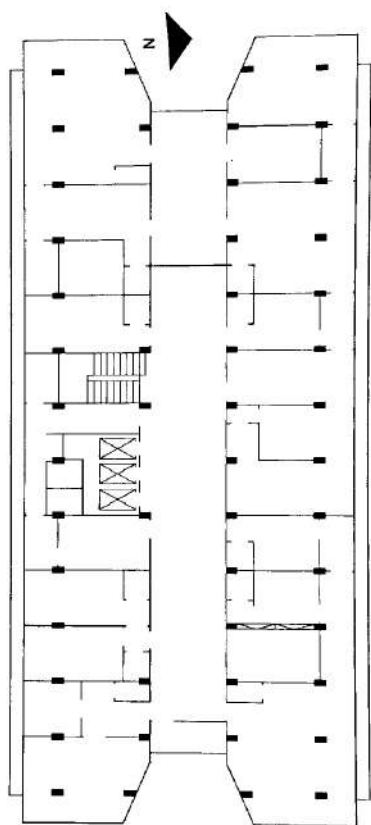


Fig. 21. Planta tipo do 3º ao 10º piso do edifício.



Fig. 22. Ministério das Obras Públicas, Urbanismo e Habitação atualmente, com destaque para os *brise-soleil* horizontais e verticais

Segundo *José Manuel Fernandes*⁷⁷, apesar destas duas obras ainda existirem nos dias de hoje, acredita que os edifícios do regime do Estado Novo são os que prevalecem no que toca à importância e valor patrimonial.⁷⁸ Efetivamente, o programa formal do *Mercado do Kinaxixe*, construído em 1950, também por Vasco Vieira da Costa, fê-lo ser uma das obras mais emblemáticas do modernismo *corbusiano*, porém insuficiente para se manter como património cultural. A sua singularidade era demarcada pela sua fluidez, ventilação transversal, fachadas constituídas por uma sequência de *brise-soleil* para controlo solar, e a utilização dos materiais que lhe conferia uma certa suavização no espaço. Recorrendo a uma planta retangular, o edifício conformava dois pátios à volta dos quais se desenvolvia toda a atividade do mercado. Destaca-se ainda a força do edifício, pela forma como configurava o próprio *lugar*, a *praça* e a *envolvente*. Em 2008, as suas estruturas começaram, infelizmente, a ser demolidas para dar lugar ao *Shopping Kinaxixe*, mais um projeto moderno e imponente, voltado para o comércio. Embora seja justificado pela requalificação urbanística e infraestrutural, não coaduna com a génese da cidade e acaba por reforçar a tendência de substituição da riqueza histórica e social por edifícios contemporâneos, desprovidos da identidade cultural que os caracterizava.

⁷⁷ José Manuel Fernandes nasceu em 1953, em Lisboa, é arquiteto, professor e investigador nos campos da história, arquitetura, urbanismo.

⁷⁸ PRADO, Roberto Goycoolea. MARTÍ, Paz Núñez. *La Modernidad Ignorada*. Universidad de Alcalá. Alcalá de Henares. Octubre, 2011. p. 62.



Fig. 23. Antigo Mercado do Kinaxixe nos anos 60.



Fig. 24. Fachada do antigo Mercado do Kinaxixe.

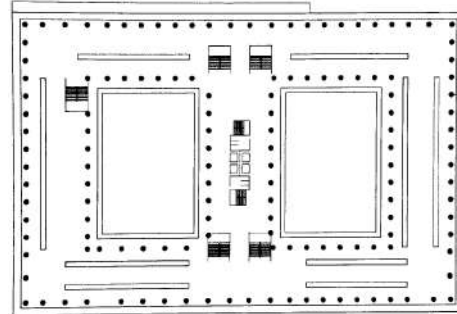


Fig. 25. Planta 2º piso do Mercado do Kinaxixe.



Fig. 26. Projeto do Complexo Comercial do Kinaxixe.

Reflexões

“Cada casa foi concebida para uma família extensa e contígua a um pátio privado. Essas considerações culturais foram bem vindas pelo povo das sanzalas e musseques, pois entenderam que todas as alterações de reorganização do bairro não alterariam o seu modo de vida.”⁷⁹

Devido aos problemas provenientes da colonização, da Guerra Civil e da exploração económica recente, Angola está perante uma *dualidade socioespacial extrema*. No seio de uma cidade já bastante modernizada, encontram-se ainda vários aglomerados de assentamentos precários, que traduzem dois polos arquitetónicos completamente opostos. De facto, a cidade tem se tentado modernizar através da eliminação de patrimónios, compondo quase que uma *“exposição de arquitetura que não teve manutenção durante 40 anos”*.⁸⁰ Numa ótica mais profunda, os musseques representam a *memória de um lugar com uma identidade particular*, que merece também ser preservada. O valor patrimonial, como já foi referido, não está necessariamente associado ao moderno nem ao novo, mas, sim, àquilo que merece ser preservado.

Os musseques, ainda que reflitam uma urbanização informal, marginalizada e na maioria clandestina, retratam hoje uma população heterogénea que lutou fortemente contra as pressões trazidas pelas soluções impostas na era colonial e que deixou marcas históricas e culturais.

Apesar de todas as adversidades, estão a ser feitos esforços por parte da UN-Habitat⁸¹ e da ONG DW⁸², no sentido de melhorar as estratégias participativas nos assentamentos informais. Num paralelismo entre a conjuntura atual de Luanda e o tema do Direito à Cidade, abordado no capítulo anterior ao referenciar a perspetiva de Lefebvre, acredita-se que as medidas impostas pelo Estado, ainda que viabilizem melhores condições à população e um desenvolvimento positivo do país, continuam a abalar questões sociais que desde sempre estiveram enraizadas na comunidade. Assim sendo, é imperativo trabalhar na reestruturação dos musseques, tendo por base práticas sustentáveis de acordo com o *clima, os recursos naturais e o contexto local*.

⁷⁹ *ibidem*. p.8.

⁸⁰ VENÂNCIO, Joana. *O Bairro Prenda em Luanda. Entre o Formal e o Informal*. Dissertação de Mestrado sob orientação do Prof. Doutor Rui Braz Afonso. Porto, FAUP, 2013. p.77.

⁸¹ A UN-Habitat é a agência das Nações Unidas responsável por promover o desenvolvimento sustentável das cidades, melhorando a qualidade de vida dos habitantes.)

⁸² A DW, Development Workshop, é uma organização sem fins lucrativos que trabalha em Angola desde 1981, com o intuito de melhorar as condições de vida dos mais pobres e das comunidades menos desenvolvidas.



Fig. 27. Luanda, em 1816.



Fig. 28. Luanda, em 1968.



Fig. 29. Luanda, em 2024.



Fig. 30. Projeto em fase de construção. Luanda, 2022.

CAPÍTULO 2: ARQUITETURA SUSTENTÁVEL E TROPICAL



“O ar quente, húmido, pesado, pegajoso, que se me pegou instantaneamente ao corpo, como um grude invisível (...). O bafo escaldante de uma terra onde (...) só através desta respiração morna e pastosa me parece real.”⁸³

Face ao preocupante aumento de habitantes nos assentamentos informais de Luanda, analisado no capítulo anterior, a sustentabilidade torna-se um recurso essencial para promover uma construção sustentável e um desenvolvimento urbano adequado, favorável e acessível a todos.

Em Luanda, o conforto na construção está cada vez mais ligado ao uso de ar condicionado, tornando os edifícios mais dispendiosos. Ao mesmo tempo, a população de classe mais baixa não tem acesso a sistemas de ventilação adequados nem a soluções construtivas que amenizem o superaquecimento das casas. Numa cidade cujo o clima pode afetar gravemente a população dos bairros informais, devido à falta de infraestruturas, é extremamente importante adotar soluções em que as comunidades consigam resistir tantos às chuvas intensas como às temperaturas elevadas, evitando um ambiente insalubre, propício a doenças, como malária e outros.

Paralelamente aos sistemas construtivos, a maior parte da população informal não tem consciência dos impactos ambientais das simples atividades do dia a dia, pelo que se torna cada vez mais imperativo sensibilizar para estratégias que tirem partido dos recursos naturais disponíveis, gerando um ambiente mais confortável.

Assim, a abordagem da sustentabilidade, no âmbito desta investigação, realça não só a sua relevância enquanto metodologia que respeita o meio ambiente, principalmente num contexto de clima tropical, como também a importância de se adotar uma perspectiva mais sensível do ponto de vista cultural, social e patrimonial do contexto informal. No fundo, este capítulo pretende consciencializar para a utilização inteligente de materiais e energias renováveis, de maneira a destacar o poder da construção no musseque, enquanto meio para atingir o sentido de pertença social e o valor patrimonial deste espaço.

⁸³ TORGA, 1973. In: QUINTÃ, Margarida. *Arquitectura e Clima, Geografia de um Lugar: Luanda e a Obra de Vasco Vieira da Costa*. Luanda, 2009. p.82.

2.1. Conceitos e Princípios

*“Intervir num lugar exige do arquiteto um compromisso no sentido da aprendizagem da condição desse lugar (...). Intervir particularmente em climas quentes e húmidos exige que as construções obedeçam a disposições especiais. Implica, portanto, o conhecimento dos factos climáticos e o entendimento de um clima específico, para além de toda a compreensão fenomenológica mais abrangente.”*⁸⁴

Com a afirmação do Movimento Moderno ao longo do séc. XX, os impactos ambientais foram sendo alvo de análise, fazendo crescer o entendimento sobre o aquecimento global e a escassez de recursos. Como tal, foram surgindo vários estudos sobre como chegar a uma arquitetura sustentada pela utilização de materiais e pelo desenho adaptado às especificidades climáticas locais. Esta tomada de consciência impulsionou o surgimento de correntes arquitectónicas mais responsáveis que procuram conciliar estética, funcionalidade e sustentabilidade, defendendo um modelo construtivo mais ético e adaptado aos desafios ambientais do presente e do futuro.

| Origem e Conceito da Arquitetura Sustentável

O conceito de *desenvolvimento sustentável* foi abordado num primeiro momento por McHarg⁸⁵, através de um estudo ecológico cujo resultado confirmou que *“a natureza e os processos naturais são fatores a ter-se em conta no que diz respeito ao planeamento do desenvolvimento urbano”*⁸⁶.

O processo de oficialização do conceito iniciou-se em 1987, quando as Nações Unidas formaram a *Comissão Mundial para o Ambiente e Desenvolvimento* (WCED na sigla em inglês), que publicou o relatório *Our Common Future*, conhecido como *Relatório Brundtland* em representação da presidente da comissão, *Gro Harlem Brundtland*⁸⁷. Neste documento constavam normas e princípios inovadores sobre o meio ambiente, propondo metodologias que atendam às necessidades do presente, sem comprometer

⁸⁴ QUINTÃ, Margarida. *Arquitectura e Clima: Geografia de um Lugar: Luanda e a obra de Vasco Vieira da Costa*. Luanda, 2009. p.50.

⁸⁵ Ian McHarg (1920-2001) foi um arquiteto paisagista escocês, professor e pioneiro do planeamento ambiental, também autor de *Design with Nature*.

⁸⁶ Moughtin, 2005. BRANQUINHO, Marco. *Arquitetura Sustentável em Climas Tropicais – Escola de Ensino Básico Para Luanda*. Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias – ECATI - Departamento de Arquitetura. p.15.

⁸⁷ Gro Harlem Brundtland (1939-) é uma médica e política norueguesa, ex-primeira ministra da Noruega e líder da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento da ONU, que popularizou o conceito sustentabilidade.

as gerações futuras.⁸⁸ De acordo com o Relatório Brundtland, um desenvolvimento sustentável pressupõe uma equidade social e uma distribuição equitativa dos recursos ao longo dos anos, pelos diferentes grupos sociais. Como tal, apresenta uma proposta conclusiva fundamentada em estratégias políticas que integrem a igualdade social, o crescimento económico e os problemas ambientais.⁸⁹



Fig. 31. Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis.

No seguimento destas novas preocupações, desencadearam-se mudanças no campo da arquitetura, tendo surgido a *Green Architecture*, baseada em soluções com um design adaptado ao clima local e à preservação dos recursos naturais. Na *Conferência das Nações Unidas de 1992*, no Rio de Janeiro, surge a *Agenda XXI*, onde se estipularam normas de arquitetura em função da economia e da capacidade regenerativa da natureza, tendo sido implementadas no discurso público como soluções ambientalmente equilibradas.⁹⁰ Os seus princípios baseiam-se na interação entre as autoridades locais e a respetiva comunidade, para formular ações estratégicas que seguem princípios de índole sustentável.

Em 1993, nos Estados Unidos, desenvolveu-se o *Leadership in Energy and Environmental Design* (LEED), que concebeu uma estrutura capaz de medir a sustentabilidade dos edifícios, ajudando a consolidar práticas com energias renováveis, sistemas de reaproveitamento de água e de luz natural, assim como uma escolha mais inteligente de materiais. Todas estas questões estão relacionadas com a definição de

⁸⁸ Brundtland Report. *WCED: Report of the World Commission on Environment and Development*. 1987. Disponível em: <https://www.are.admin.ch/are/en/home/media/publications/sustainable-development/brundtland-report.html>. Acedido a 5 de março de 2025.

⁸⁹ ACCIONA. *Sustentabilidade para Todos*. O que é a Sustentabilidade? Os 3 pilares da sustentabilidade. Disponível em: <https://www.activesustainability.com>. Acedido a 5 de março de 2025.

⁹⁰ BAWEJA, Vandana. *Sustainability and the Architecture History Survey*. *Enquiry, an open access journal for architectural research*. The ARCC Journal. Volume 11. Issue 1. 2014. p. 41.

Design Passivo, que tem como objetivo proporcionar ambientes confortáveis no interior dos edifícios e ao mesmo tempo conseguir que a arquitetura se adapte ao ambiente em que está inserida.

Apesar das diferentes interpretações atribuídas ao conceito de *Sustentabilidade* e das inúmeras iniciativas de organização, pode dizer-se que a exposição deste tipo de abordagem em debates e publicações permitiu implementar práticas construtivas inovadoras que não só potencializaram a resolução de problemas, como também consciencializaram a população da importância da sustentabilidade arquitectónica, construtiva, social, económica, ambiental e política. Atualmente, este tema continua a ser bastante debatido, com enfoque em soluções construtivas que promovam espaços equilibrados do ponto de vista ambiental e que sobretudo melhorem a qualidade de vida da população.

| Estratégias da Arquitetura Sustentável

Tal como abordado anteriormente, a sustentabilidade tornou-se numa base fundamental para implementar estratégias que reduzam os impactos ambientais, sociais e económicos a longo prazo. Estas têm como principal objetivo não só reduzir os danos causados pela má utilização dos recursos, como adquirir uma visão holística sobre sistemas regenerativos que contribuem de forma positiva para o planeta.

A utilização inteligente de materiais e o recurso a estratégias passivas na construção de edifícios permite que estes se adequem a uma *Arquitetura Bioclimática*, reduzindo o seu impacto energético no meio ambiente. Por exemplo, a otimização do uso da iluminação natural para reduzir o recurso a sistemas artificiais, ou a produção de ventilação natural, para evitar o uso de aparelhos de arrefecimento. Neste cenário, *Jong-Jin Kim* desenvolveu em 1998 alguns princípios de alguma relevância, por serem considerados métodos de construção e design sustentáveis. Para ele, os profissionais de arquitetura “(...) precisam de aceitar o facto de que, à medida que a situação económica de uma sociedade melhora, a procura de recursos arquitetónicos -terrenos, edifícios ou produtos de construção, energia e outros recursos- aumentará. Por sua vez, aumenta o impacto da arquitetura no ecossistema global, composto por elementos inorgânicos, organismos vivos e humanos.”⁹¹. Esta citação reflete uma realidade bastante presente, em que o desenvolvimento económico impulsiona a construção civil e, por consequência, a arquitetura, aumentando o consumo dos recursos naturais.

⁹¹ KIM, Jong-Jin. *Módulo de Arquitetura Sustentável*. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Michigan. Publicado pelo Centro Nacional de Prevenção da Poluição para o Ensino Superior. Dezembro, 1998. pág.7. Disponível em: <https://scholar.google.com/scholar?cluster=10263582658757848818&hl=en&oi=scholar>. Acedido a : 20 de maio de 2025.

Tal como mostra no gráfico, o objetivo por si proposto passa por encontrar soluções arquitetónicas que garantam o bom funcionamento entre os *Princípios*, *Estratégias* e *Métodos*. Ao definir que os princípios mais importantes são a *Economia de Recursos*, o *Design do Ciclo de Vida* e o *Design Humano*, propõe um modelo que vai além da eficiência energética tradicional, realçando a importância dos materiais funcionarem como um ciclo fechado e se adaptarem aos sistemas naturais e construtivos dos edifícios, ao longo do tempo. Estes ideais refletem a ideia de que a sustentabilidade deve estar intrinsecamente ligada ao processo de design, conferindo resiliência e regeneração aos processos construtivos. A abordagem que Kim expõe é, portanto, de uma mudança de paradigma em que a construção integra a natureza do lugar e não o contrário, ir contra ela.

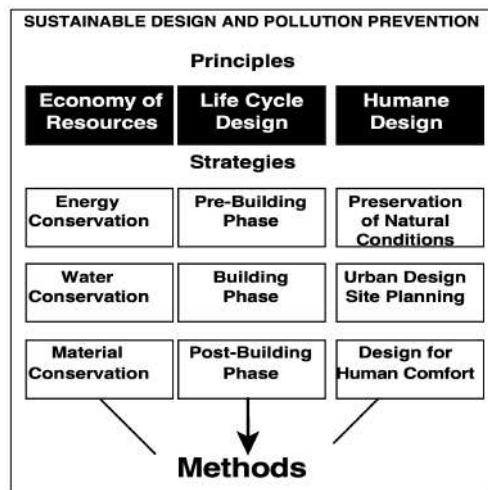


Fig. 32. Conceção sustentável e prevenção da poluição no design.

Efetivamente, à medida que a cidade aumenta, cresce também a população, que por sua vez faz crescer as infraestruturas e os espaços comerciais, levando ao uso intensivo de terrenos, materiais de construção e consumo de energia. Em consequência, este aumento da atividade arquitetónica tem um impacto direto no ecossistema, criando-se alguns problemas no que toca ao consumo excessivo de recursos, à degradação ambiental e a emissões de carbono. Por este motivo, é fundamental que os profissionais competentes adotem medidas responsáveis que integrem um design ecológico nas suas práticas, corroborando que a *Arquitetura Sustentável*, além de dever corresponder às necessidades humanas, deve ter em conta tudo o que acontece no meio ambiente externo. Assim sendo, há alguns fatores externos a ter em conta na conceção do edifício, com o intuito de proporcionar um ambiente confortável, nomeadamente o *clima* onde está inserido, os *materiais*, as *condições ambientais* existentes e as *condições socioculturais e económicas*. Consequentemente, uma vez que estas estratégias variam consoante o clima e este da região que se trata, surge a designação de *Arquitetura Tropical*.

| Origem e Conceção da Arquitetura Tropical

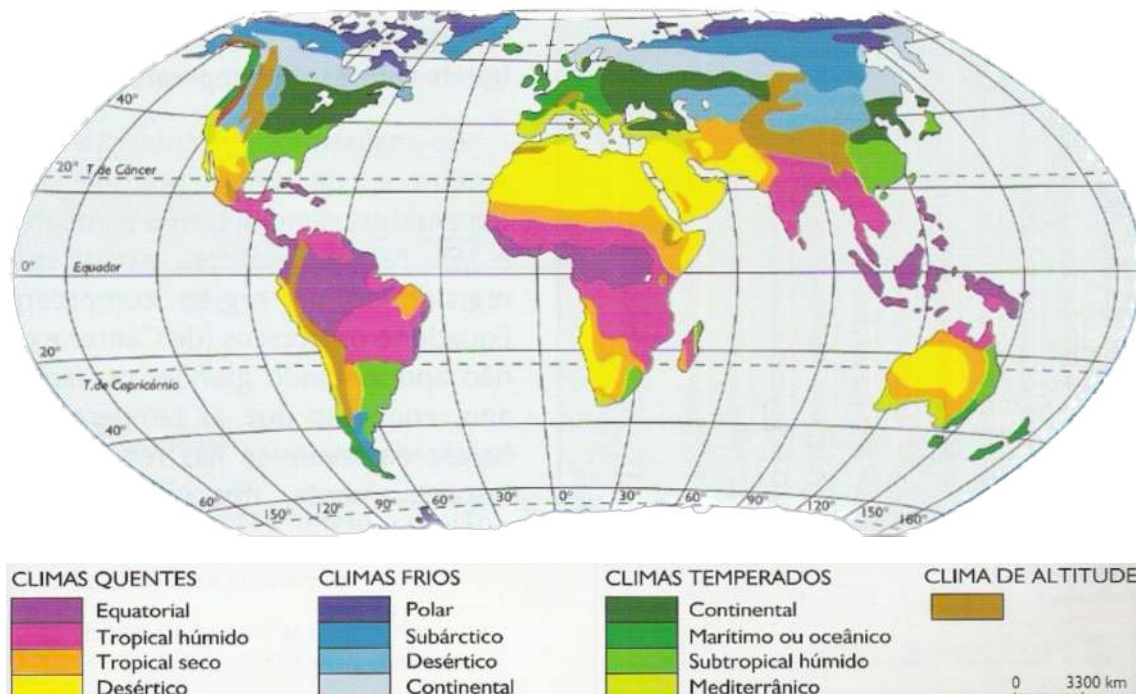


Fig. 33. Tipos de clima e classificações de características.

Nos finais do séc. XIX e início do séc. XX, a *Arquitetura Tropical* foi palco de discussão por parte no contexto europeu, que impulsionou a sua definição enquanto *nova metodologia arquitetónica*.

Inicialmente enraizada em princípios higienistas, foi progressivamente migrando para o campo da arquitetura, com a crescente atuação de arquitetos modernistas britânicos nos trópicos. Esta transição consolidou-se especialmente depois da 2ª Guerra Mundial, aquando da formação do *Departamento de Arquitetura Tropical* na *Architectural Association (AA)*⁹², que catalisou transformações do discurso arquitetónico e procurou incorporar conhecimentos médicos e sanitários na arquitetura. Desta forma, o público-alvo passou também do colonizador europeu em busca de sobrevivência, para o habitante local que procura o conforto térmico na sua habitação.⁹³ Ainda que a arquitetura tropical tenha nascido em contexto colonial e se tenha desvinculado formalmente da higiene, esta permaneceu como um componente relevante no ensino e na prática da mesma. Além disso, a sua nova interpretação passou também a incluir questões espaciais, culturais e climáticas do ambiente construído.

⁹² BAWEJA, Vandana. *A Pre-history of Green Architecture: Otto Koenigsberger and Tropical Architecture, from Princely Mysore to Post-colonial London*. A dissertation submitted in partial fulfillment of the requirements for the degree of Doctor of Philosophy (Architecture) in the University of Michigan. 2008. p. 130.

⁹³ *ibidem*. p. 107.

Em 1956, Jane Drew e Maxwell Fry⁹⁴ implementaram o tratado *Tropical Architecture in the Humid Zone*, representando um marco importante na consolidação da arquitetura tropical como disciplina moderna, ao transpor princípios do modernismo europeu para contextos tropicais.⁹⁵ Este documento estabeleceu diretrizes projetuais pioneiras na adaptação climática e, apesar do seu aparecimento estar inserido numa lógica colonial, os seus princípios antecipavam já um tipo de pensamento mais contemporâneo, propondo soluções passivas, o uso racional de recursos e a valorização do contexto em questão. Desta forma, este livro foi primordial para o processo de reconhecimento do clima enquanto elemento fundamental para a arte de projetar e para a redefinição da relação entre o arquiteto, o ambiente e respetivo utilizador.

Numa outra perspetiva, Otto Königsberger⁹⁶ defende que a maior contribuição para a *Arquitetura Tropical* e *Arquitetura Verde* é a conservação de energia por meio do projeto climático. Königsberger teorizou alguns princípios para alcançar a eficiência energética, nomeadamente: utilizar a arquitetura vernácula como modelo pedagógico para o projeto climático; repensar criticamente o programa arquitetónico; criar edifícios com tecnologia passiva; e construir dentro da capacidade tecnológica e material local.

No caso concreto de Angola, os portugueses acabaram por adotar características da arquitetura tropical e, com a afirmação do Estado Novo, a arquitetura colonial portuguesa foi forçada a adaptar-se a estas novas exigências climáticas. Em consequência, terão sido analisados projetos feitos até então, na sua maioria internacionais, o que acabou por influenciar também a arquitetura angolana.⁹⁷ Foram profissionais de renome como Vasco Vieira da Costa, Fernão Lopes Simões de Carvalho, Francisco Castro Rodrigues, Maurício de Almeida Gomes, Pinto da Cunha, Silva Dias, e Antonieta Jacinto que se tornaram os verdadeiros percursos de um modelo de arquitetura e urbanismo tropical angolano modernizado, adaptado ao clima e ao sítio.

Reflexões

A análise desenvolvida evidencia uma crescente preocupação da *Sustentabilidade* em ser vista como um princípio estruturante na prática arquitectónica contemporânea, principalmente quando associada ao contexto tropical. A *Arquitetura Sustentável* e a *Arquitetura Tropical*, apesar de preconizarem princípios semelhantes, como a conservação da energia, a maximização de recursos, e a redução do desperdício, divergem em contexto e quando se fala na relação entre o corpo e o ambiente. Ou seja,

⁹⁴ Jane Drew (1911-1996) e Maxwell Fry (1899-1987) foram arquitetos britânicos modernistas, pioneiros na arquitetura tropical e no urbanismo, com destaque em projetos em África, Índia e Reino Unido.

⁹⁵ FRY, Maxwell; DREW, Jane. *Tropical Architecture in the Humid Zone*. London, Batsford. 1956.

⁹⁶ Otto Königsberger (1908-1999) nasceu na Alemanha e formou-se enquanto arquiteto, tendo-se especializado em Planeamento de Desenvolvimento Urbano.

⁹⁷ *ibidem*. p.20.

por um lado, a arquitetura sustentável tenta proteger o ambiente do corpo, por outro, a arquitetura tropical baseia-se em proteger o corpo do ambiente. A partir das primeiras preocupações ambientais, surgidas com a afirmação do modernismo, e com a consciencialização do impacto da atuação humana, surgiu uma sensibilização ecológica que veio reformular a forma como o homem pensa, projeta e constrói o espaço habitado. O contributo de diversos autores foram imperativos para a consolidação de uma abordagem holística que compreendesse o ambiente construído como parte integrante de um sistema dinâmico e dependente. Paralelamente a isto, os desdobramentos da arquitetura tropical em contextos coloniais e pós-coloniais, como Angola, demonstraram a importância e complexidade de aplicar os seus princípios em realidades específicas, marcadas por transformações sociais, políticas e históricas. Deste modo, esta reflexão permite compreender que a arquitetura, ao assumir um compromisso para com o meio em que se insere, adquire um papel ativo na construção de um futuro mais sustentável, reafirmando a necessidade de um pensamento projetual sensível às especificidades locais. Assim, pode afirmar-se que a arquitetura tropical ganhou relevância ao propor uma adaptação climática que ultrapassasse a funcionalidade e passasse a integrar valores culturais, sociais e ambientais.

2.2. Estratégias da Arquitetura Tropical Angolana

Esta parte do trabalho focar-se-á numa análise sobre *Estratégias da Arquitetura Tropical* com o caso concreto de Angola, uma vez que, além de ser o país sobre o qual este estudo se debruça, oferece também um contexto urbano e climático rico para o estudo de práticas arquitectónicas que se adaptem às especificidades dos trópicos. Este enfoque servirá também como uma pequena introdução e contextualização ao caso de estudo que se desenvolve no terceiro capítulo, dado que os musseques, enquanto territórios marcados pela precariedade, escassez de recursos e por soluções construtivas enraizadas no quotidiano da população informal, constituem um terreno fértil para observar como a arquitetura tropical se manifesta de forma espontânea, pragmática e culturalmente significativa, mas também como face à precariedade e escassez de recursos, muitas melhorias poderiam ser implementadas. Assim, esta vertente do trabalho tem como objetivo apresentar algumas estratégias e técnicas construtivas características de um clima tropical, além de aspetos culturais que levaram ao desenvolvimento e propagação destes sistemas.

| Processos Construtivos

*"Luanda situa-se numa terra semiárida e quente, pobre de riqueza do solo e do subsolo."*⁹⁸

Devido à sua escala e diversidade, Angola possui diferenças climáticas bastante acentuadas, resultado da diferença de latitudes entre os extremos Norte e Sul, das diferenças de altitude e da proximidade ou afastamento do mar. Assim, de acordo com a classificação climática de Köppen-Geiger⁹⁹, Angola tem um clima sub-tropical, quente e húmido na maior parte do território. Em Luanda, o clima é semi-árido quente, caracterizando-se pela ausência de inverno e por apenas duas estações ao longo do ano: o verão, quente e chuvoso, e o *cacimbo*, mais seco, com temperaturas mais amenas e níveis de humidade elevados. Esta última é ainda isenta de precipitação, deixando a cidade numa ténue neblina. Apesar destas diferenças, a corrente fria vinda de Benguela torna estas variações de temperatura e humidade pouco oscilantes, mantendo um clima minimamente uniforme.¹⁰⁰

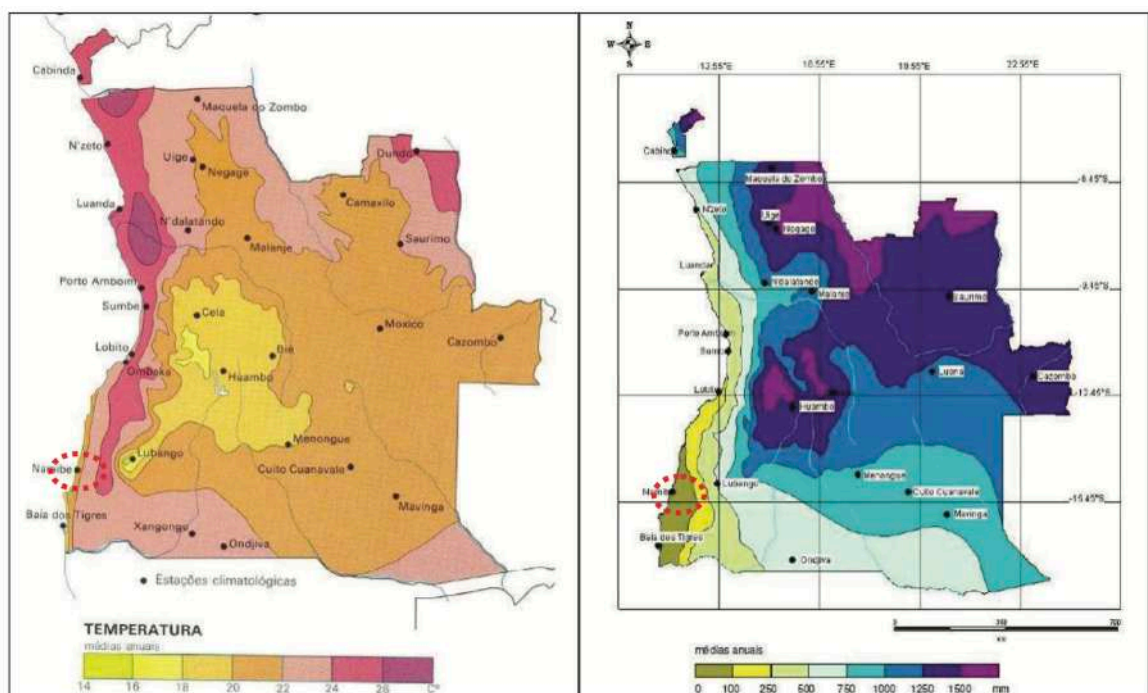


Fig. 34. Mapas de distribuição de temperaturas (à esquerda) e pluviosidade (à direita) .

⁹⁸ AMARAL, Ilídio. *Luanda: Estudo de Geografia Urbana*. Edições Colibri. Lisboa, 1999. p.11.

⁹⁹ Esta classificação é o sistema de classificação global dos tipos climáticos mais utilizada em geografia, climatologia e ecologia. Esta classificação divide o clima da Terra em 5 regiões: tropical húmido, seco, temperado com inverno suave, temperado com inverno rigoroso e Polar. Cada um destes tipos de clima divide-se ainda em sublinhas, tendo em conta a precipitação. Instituto Português do Mar e da Atmosfera (IPMA). *Clima e o Tempo- Portugal Continental / Normas climatológicas, extremos climatológicos e séries longas*. IPMA, Área Educativa- Tempo e Clima. Disponível em: <https://www.ipma.pt/pt/educativa/tempo.clima/index.jsp?page=clima.pt.xml>. Acedido a: 30 de maio de 2025.

¹⁰⁰ As temperaturas oscilam entre pouco acima de 30° C e descem até aos 14° C no máximo, gerando uma temperatura média anual de 24 - 25°C.

Consoante estas características climáticas, é importante analisar alguns fatores importantes para a concretização de uma arquitetura passiva, nomeadamente a *localização* mais adequada, a *forma* mais benéfica e a *orientação* mais favorável de um edifício. A par disto, o bom funcionamento destas três vertentes requer um bom manuseio de alguns recursos naturais, como a *luz solar*, a *ventilação natural*, a *precipitação* e alguns procedimentos construtivos, como técnicas de *sombreamento*, *infraestruturas* e *materialidade*.

Assim sendo, a *implantação* de um edifício deve ter em conta o *regime dos ventos*, para um melhor conforto térmico. De acordo com a rosa dos ventos de Luanda, a cidade é atingida por ventos de direção dominante, provenientes do *sudoeste* (SW). Quanto à intensidade, as correntes de ar são relativamente estáveis ao longo do ano, contudo marcam maior intensidade entre outubro e março, época de maior calor. Devido aos fenómenos associados à instabilidade atmosférica, pode ocorrer, ocasionalmente, rajadas de 100 km/h, de direção variável e pouca duração.¹⁰¹ Em zonas montanhosas e encostas devem ser implantados edifícios em zonas mais baixas e acima do fluxo de água, permitindo a circulação de maior quantidade de ar e a menor probabilidade de acumulação de águas de cheias.¹⁰²

Em relação à *forma*, esta deve reger-se também pelas ações do sol e do vento, organizando inevitavelmente o espaço interior. Por este motivo, o impacto dos raios solares na cobertura e fachadas, assim como a circulação do ar, devem ser aspetos a considerar. A renovação do ar é o principal propósito da ventilação natural, que contribui para o equilíbrio da humidade e arrefecimento do ar. Como tal, as aberturas devem ser amplamente distribuídas pelas fachadas de acordo com os padrões do vento, tirando maior proveito do fluxo de ar que passa pela casa.

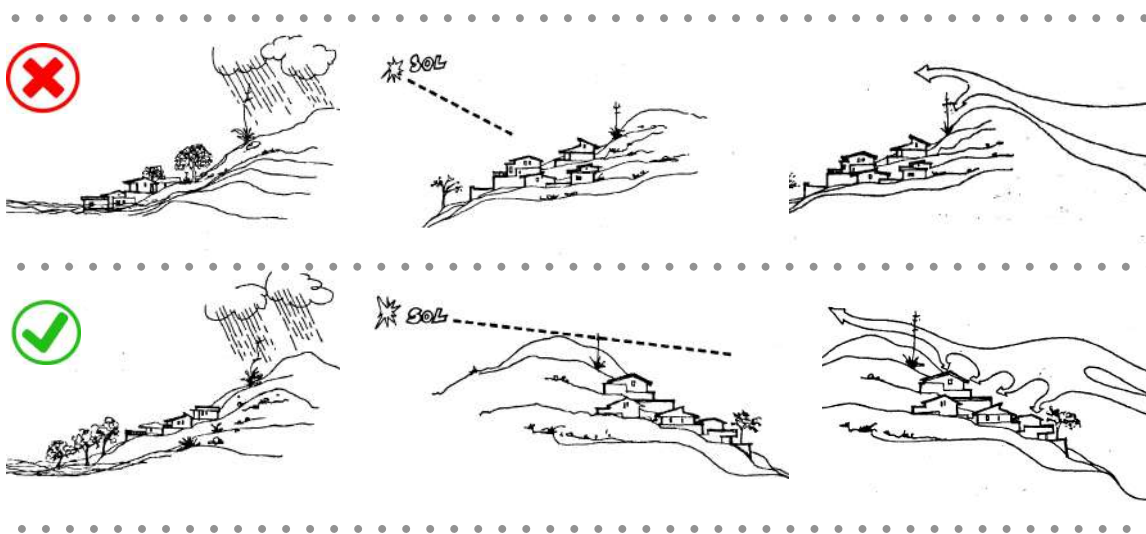


Fig. 35. Implantação correta para um melhor aproveitamento das ações da chuva, sol e vento.

¹⁰¹ AMARAL, Ilídio. *Luanda: Estudo de Geografia Urbana*. Edições Colibri. Lisboa, 1999. p. 30.

¹⁰² QUINTÃ, Margarida. *Arquitectura e Clima, Geografia de um Lugar: Luanda e a Obra de Vasco Vieira da Costa*. FAUP, Porto Iperforma, 2009. p.82-84.

Por sua vez, as coberturas dos edifícios, de forma a otimizar a circulação do ar, devem ser inclinadas de maneira a que o vento esteja mais direcionado para as aberturas e janelas do edifício.¹⁰³ A forma das *casas-pátio* possuem também vantagens à climatização, uma vez que o ar fresco entra e circula nos compartimentos. Quando o pátio tem plantas ou árvores, a ventilação é maior, pois ao criar o efeito de sombra cria um ar fresco, possibilitando o aumento do número de vãos e consequentemente a circulação de ar.

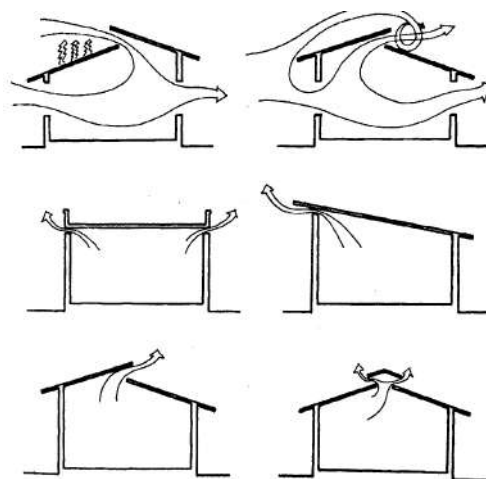


Fig. 36. Movimentação do ar consoante o posicionamento da cobertura.

A insolação das fachadas é definida no processo de *implantação* e *orientação* do edifício, sendo decisivo para o alcance do conforto nos espaços interiores. A orientação a *Sul* é geralmente recomendada para o *hemisfério Norte*, por ser a que mais otimiza os ganhos solares para aquecimento durante a estação fria. Em regiões do *hemisfério Sul*, onde o tema do sobreaquecimento é bastante relevante, como no caso de Angola, a melhor *orientação* é a *Norte*, sendo aceitável uma variação até 45°, entre Nordeste e Noroeste. Contudo, devido à proximidade ao Equador, esta variação não é determinante. De acordo com simulações realizadas utilizando o software Ecotect, por exemplo para o caso de Luanda, uma ligeira variação (352°5N) será a orientação mais vantajosa.

Nos casos em que a orientação já está pré-estabelecida e a sua escolha já não é viável, pode trabalhar-se outras questões, como a inserção de elementos que provocam sombra, como árvores¹⁰⁴, palas, e o redimensionamento de janelas. O recurso a frestas e pequenos vãos são, por exemplo, uma forma de improvisar estas questões. O local da cozinha deve ser o mais fresco da casa, por isso deve evitar-se que fique virado a poente, além de que o vento aqui tem um papel importante, pois deve evitar-se que este arraste os cheiros e o calor para o resto da casa.

Estas condições, quando adquiridas como um todo, são capazes de melhorar o efeito de sobreaquecimento e consequentemente o conforto das casas.

¹⁰³ GUEDES, Manuel Correia. - coord. *Arquitectura Sustentável em Angola. Manual de Boas Práticas*. CPLP: Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. p. 49.

¹⁰⁴ No caso de serem mais baixas a brisa sobe e no caso de serem mais altas a brisa desce. *ibidem*. p.56.

Quanto à *precipitação*, em Luanda o aproveitamento da água da chuva pode ser considerado como uma estratégia passiva de sustentabilidade, embora apresente desafios específicos devido à irregularidade e intensidade das precipitações. Entre as soluções possíveis, estão a instalação de cisternas de grande capacidade e equipadas com um filtro que recolhe e conserva a água da chuva canalizada da cobertura da habitação. Além disso, o uso de sistemas de filtragem e tratamento básico podem garantir uma qualidade mínima e a integração de pavimentos permeáveis que auxiliem na captação e reduzam o escoamento superficial.¹⁰⁵ Ainda assim, devido às fragilidades atmosféricas já referidas, este tipo de soluções deve ser analisado de forma crítica e adaptado ao contexto local, funcionando preferencialmente como complemento a outras formas de abastecimento e gestão hídrica, garantindo maior segurança, eficiência e sustentabilidade.

A *luz solar*, mesmo quando atua indiretamente sobre um edifício, é considerada a componente mais predominante neste tipo de clima. Dadas as temperaturas altas, os edifícios devem valorizar zonas onde consigam obter mais horas de sombra e, se esta não for possível, deverá ser o máximo protegida por sistemas de sombreamento. Em Luanda, são vários os exemplos que adotaram estratégias de índole passivo, como é o caso do *Hospital D. Maria Pia* (1883), atual *Ministério da Saúde*, depois das obras realizadas¹⁰⁶; o *Ministério das Finanças* (1950), antes da sua remodelação em 2003¹⁰⁷; a *Rádio Nacional de Angola* (antigo Centro de Radiofusão de Angola) e o *Centro Nacional de Investigação Científica* (1969).



Fig. 37. Hospital D. Maria Pia em 1949. O caráter sustentável deste edifício revela-se pela utilização de pátios, galerias e ventilação cruzada que favorecem a iluminação natural e a refrigeração passiva dos espaços.

¹⁰⁵ *ibidem*. p. 72.

¹⁰⁶ O edifício original do Hospital D. Maria Pia seguia uma arquitetura neoclássica mais tradicional, com menos preocupação climática. As estratégias de adaptação ao clima foram sobretudo introduzidas nas ampliações e remodelações realizadas nas décadas de 1940 e 1950, quando a arquitetura colonial portuguesa em Angola passou a incorporar os princípios da arquitetura moderna tropical.

¹⁰⁷ A sua remodelação, apesar de ter ampliado a área útil do edifício, impediu a ventilação e iluminação natural, optando-se por soluções mecânicas.



Fig. 38. Ministério das Finanças, na Mutamba, em 1963. O seu conceito sustentável manifesta-se sobretudo através da galeria exterior em arcadas que protege o edifício da radiação solar direta.



Fig. 39. Rádio Nacional de Angola, na Avenida Comandante Gika, em Alvalade, em 1967. O edifício é envolvido por uma grelha de betão que cobre a fachada envidraçada. Consoante a radiação solar, recorre a lâminas verticais orientadas a 45° sobre a base ou então a uma grelha retangular diferenciada.



Fig. 40. Centro Nacional de Investigação Científica, na Avenida Ho Chi Min, de 1969. A composição geral do edifício apresenta elementos pré-fabricados de controlo solar verticais ao longo de toda a fachada principal. De forma a hierarquizar a entrada principal, recorreu a elementos quadrados que formam uma grelha e compõem uma fachada secundária.

Por último, importa salientar que, apesar do enfoque em Angola, este tipo de estratégias foram também implementadas a nível internacional, como por exemplo na Índia, com o complexo do *Capitólio* em *Chandigarh*, composto pelo *Palácio do Governo*, a *Suprema Corte*, o *Palácio da Assembleia* e o *Secretariado*. Numa tentativa de modernização da cidade, *Albert Mayer*¹⁰⁸ desenvolveu um projeto baseado nas *Cidades-Jardim*¹⁰⁹, que mais tarde foi continuado por Le Corbusier. Tendo levado os seus princípios modernistas de *simplicidade* e *geometria*, criou profundos beirais, recuos para sombreamento e pequenas perfurações nas paredes, levando a uma abordagem técnica e eficaz no que toca às exigências da saúde pública e bem estar da população.¹¹⁰

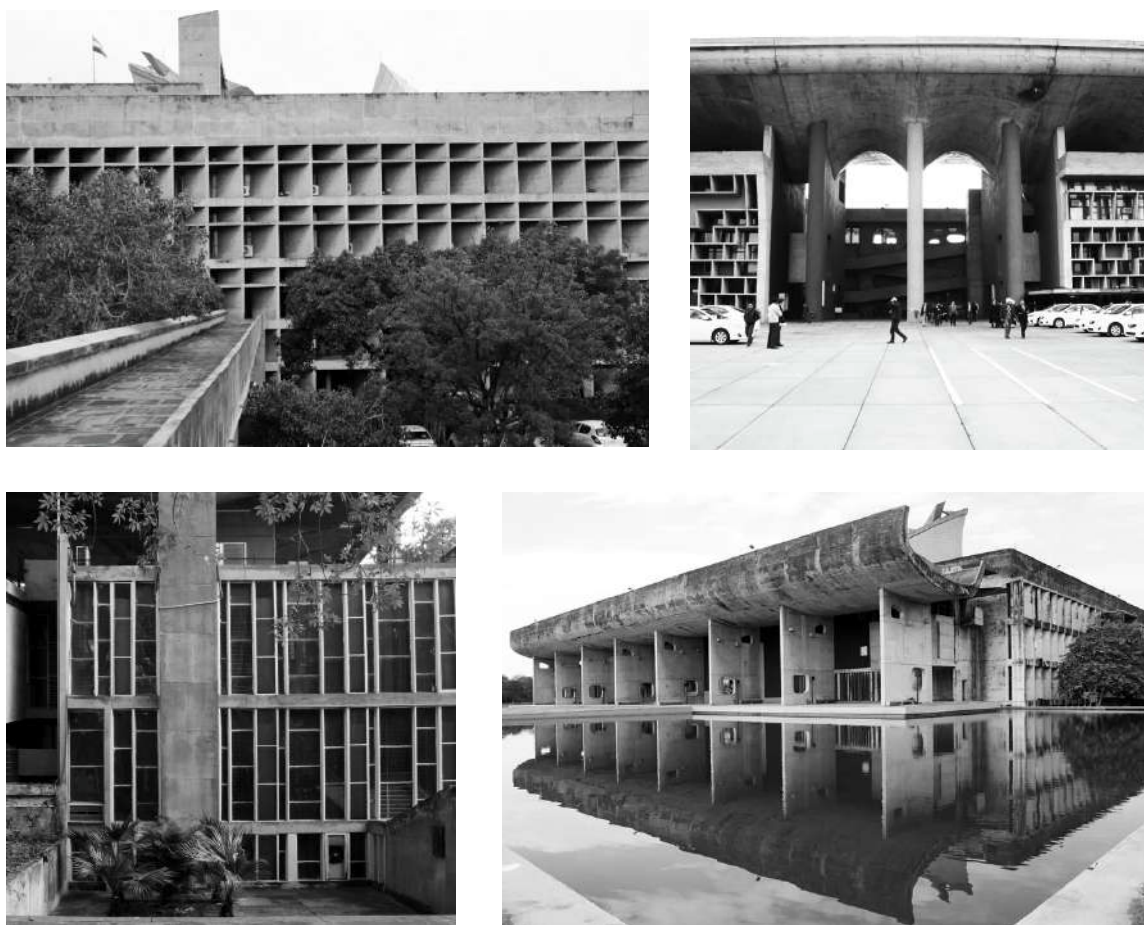


Fig. 41. Edifícios Institucionais de Chandigarh, projeto de Le Corbusier (década de 1950). Recorre-se ao *brise-soleil* nas fachadas, estruturas plásticas de betão e espelhos d'água como estratégias passivas de sombreamento, ventilação e regulação térmica, captando o modernismo ao clima tropical.

¹⁰⁸ Albert Mayer (1897-1991), foi um engenheiro, arquiteto e urbanista norte-americano, pioneiro na defesa do planeamento comunitário integrado ao contexto social e ambiental, destacando-se pelo seu trabalho na Índia e por projetos habitacionais nos EUA no pós-guerra.

¹⁰⁹ O conceito de Cidades-jardim, formulado por Ebenezer Howard no final do século XIX, assenta na criação de núcleos urbanos autónomos que articulam habitação, trabalho e lazer, integrados em extensas áreas verdes e circundados por vastas áreas agrícolas.

¹¹⁰ FIEDERER, Luke. *Clássicos da Arquitetura: Projeto Urbano de Candigarh/ Le Corbusier*. Tradução e Eduardo Souza. ArchDaily Brasil, 2017. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/866973/classicos-da-arquitetura-projeto-urbano-de-chandigarh-le-corbusier>. Acedido a: 30 de maio de 2025.

| A Casa Tradicional Angolana

“As edificações inicialmente feitas de barro e cobertas a zinco eram minimalistas, só com uma divisão, tendo mais tarde surgido as casas de madeira, às quais se foram acrescentando novas divisões. Após os conflitos de guerra, sucedeu-se à expansão dos musseques que acarretou outros sistemas construtivos que levaram a uma multiplicidade de materiais.”¹¹¹

A Arquitetura Tradicional Angolana, profundamente enraizada na cultura e nas condições socioeconómicas das comunidades locais, representa mais do que uma simples resposta às necessidades de abrigo. Reflete modos de vida, valores sociais e práticas construtivas adaptadas ao meio.

Com o passar dos séculos, a habitação angolana passou por um processo de evolução com transformações espaciais, funcionais e materiais, influenciado, por um lado, por transformações familiares e sociais e, por outro, por acontecimentos históricos. Assim, a *Arquitetura Vernácula Angolana*, além de ter passado por uma readaptação contínua às técnicas de construção que o contexto histórico ia exigindo, reflete hoje uma herança que retrata a génese da construção em Angola.

Efetivamente, os acontecimentos históricos tiveram um forte impacto no modo de vida da população, acabando por delinear a típica *Casa Angolana*. Neste sentido, é possível compreender evolutivamente as diversas fases da habitação tradicional, quanto à sua *forma, materiais e funcionalidade*.

As primeiras cubatas¹¹² apresentavam plantas de forma circular ou quadrada, de apenas uma divisão. Eram feitas de caniço, varas de madeira, troncos e rebocadas com lama e bosta de boi, servindo apenas de *abrigo* para a cama e para o fogo. Numa fase secundária, estas evoluíram para formas retangulares, com dois compartimentos em média, já com portas e janelas. Inseriram-se novos materiais e começou-se a aplicar as madeiras aparelhadas nas paredes. Os quartos passaram a ser o espaço onde pernoitavam e acolhiam animais.¹¹³

¹¹¹ LOURO, Margarida. OLIVEIRA, Francisca. *Casas para um planeta pequeno : Projecto Angola Habitar XXI : Modelos Habitacionais em Territórios de Macro Povoamento Informal*. Lisboa, 2009. Prefácio, pág. 45.

¹¹² As cubatas são um tipo de construção simples e rudimentar, feitas de materiais locais, que compõem as sanzalas.

¹¹³ REDINHA, José. *A Habitação Tradicional em Angola. Aspectos da sua evolução*. Edição do Centro de Informação e Turismo de Angola. Luanda, 1964. p.45-48.

o quintal tornou-se o espaço de convivência e multiplicidade de funções pois, devido à falta de espaço e infraestruturas da casa, é lá onde se realizam as tarefas domésticas, onde os residentes cozinham e têm refeições, onde fazem a sua higiene e trabalham. Neste sentido, o quintal ultrapassa a sua dimensão física e assume um papel estrutural na organização da vida doméstica e social, sendo portanto fulcral preservar este espaço no desenho das habitações contemporâneas.

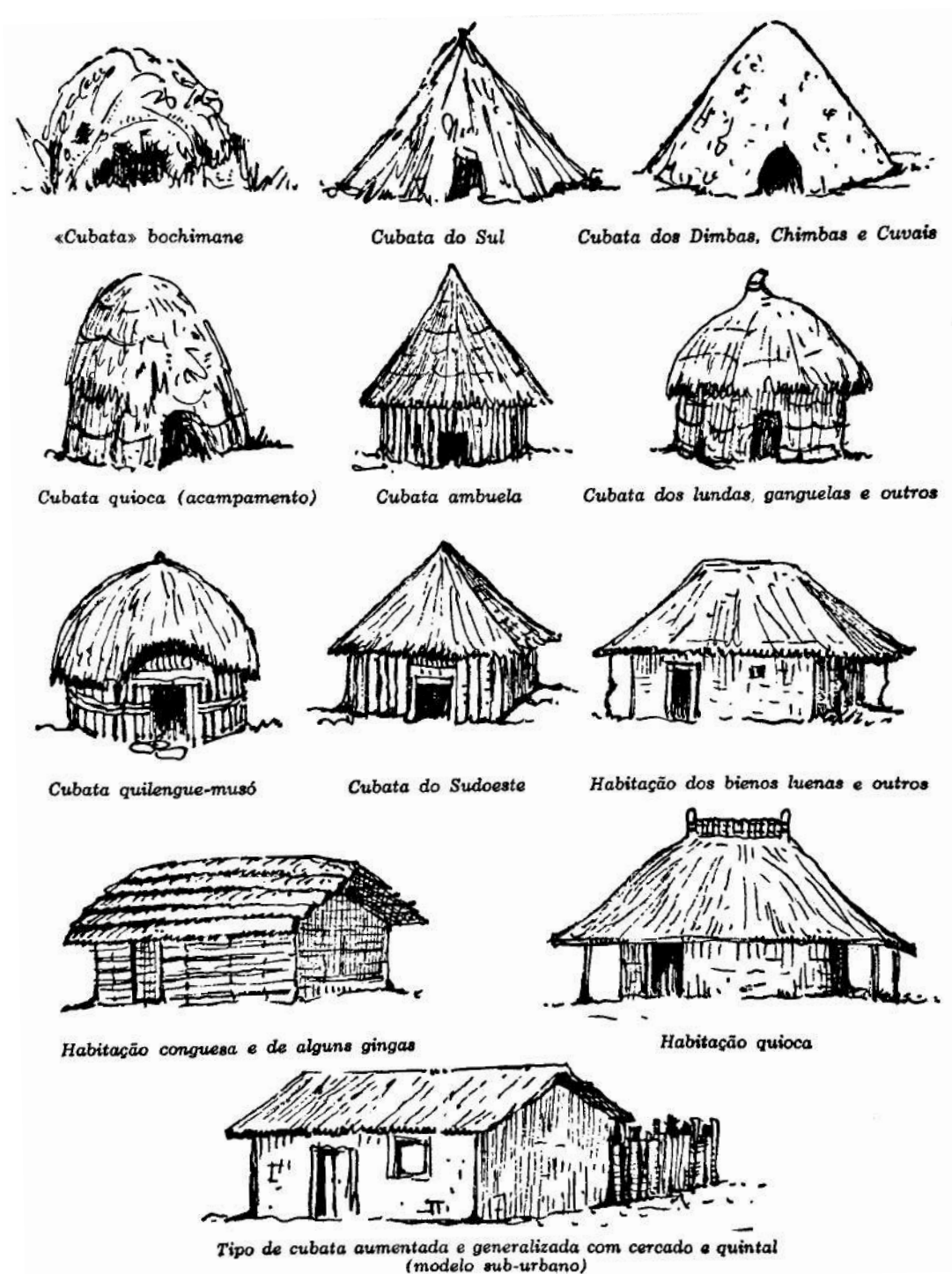


Fig. 43. Diversidade de cubatas e habitações tradicionais em Angola, associadas a diferentes povos e regiões do país.

Reflexões

A análise da arquitetura sustentável e tropical angolana permite compreender que soluções eficazes e adaptadas ao contexto não exigem necessariamente uma tecnologia avançada ou elevados investimentos, mas, sim, um conhecimento profundo acerca do ambiente, recursos locais e práticas culturais. Em Angola, onde grande parte da população vive em condições de vulnerabilidade económica, torna-se ainda mais evidente a importância de promover uma arquitetura que valorize a autossuficiência, a eficiência energética e a adaptação climática, ao mesmo tempo que respeite a identidade cultural das comunidades.

A arquitetura vernácula, resultado de séculos de experimentação e sabedoria, oferece um conjunto de respostas construtivas que se adaptam ao contexto climático tropical, através de sistemas passivos que aproveitam o sol, o vento e outros materiais da região. O uso do quintal como espaço multifuncional, por exemplo, é um reflexo claro dessa adaptação ao contexto social e climático, e a sua preservação é fundamental para equilibrar os fatores da *funcionalidade, identidade e qualidade de vida*. De uma outra perspetiva mais negativa, observa-se uma crescente tendência para a adoção de modelos arquitectónicos modernos, muitas vezes importados e descontextualizados, como se observa no centro da cidade de Luanda, em que as fachadas são predominantemente envidraçadas. Apesar de serem esteticamente valorizados e retratarem, de forma isolada, uma cidade mais evoluída e moderna, destacam também a incompatibilidade com o clima quente, provocando o sobreaquecimento dos espaços interiores e a dependência de sistemas artificiais de arrefecimento, princípios estes que não coadunam com os de uma arquitetura sustentável. O reconhecimento da arquitetura enquanto agente transformador e potenciador de melhores condições de vida implica que as entidades públicas, profissionais do setor e a própria população não estejam apenas conscientes da relevância das estratégias passivas e utilização de recursos locais, como também de priorizar a sua implementação.

Assim, a construção do futuro deve partir da compreensão crítica do passado e da realidade presente. Só assim será possível desenvolver modelos habitacionais que respeitem o *clima, a cultura e as condições económicas locais*, promovendo uma arquitetura realmente sustentável, humanizada e transformadora. Conclui-se, acima de tudo, que as questões sociais e culturais se refletem também na própria organização do espaço.



Fig. 44. Vista para o bairro da Lixeira, no Sambizanga. Luanda, 2025.

CAPÍTULO 3: O CASO DE ESTUDO DO SAMBIZANGA



Os bairros são espaços “de vivências coletivas, são paisagens privilegiadas de registos de memórias (...). São (...) lembrança, registos e fontes de conhecimento histórico. E, na sua (...) interseção com a História, expressam, de forma policromática, a vida das pessoas no quotidiano (...). As cidades recontam os lugares do ontem com os sentimentos do presente (...).”¹¹⁷

A compreensão da cidade de Luanda, na sua complexidade contemporânea, implica um olhar atento para os territórios que, apesar de marginalizados nas políticas formais, sustentam grande parte da vida urbana. O Sambizanga é um desses territórios. Longe de ser apenas um espaço de precariedade física, o bairro constitui um repositório de memórias, de saberes construtivos e de práticas sociais que moldam a identidade coletiva da capital. É neste cruzamento entre vulnerabilidade e resiliência que se inscreve o presente caso de estudo, integrando-se no objetivo central desta investigação: Repensar os assentamentos informais como património vivo e potencial motor de desenvolvimento urbano sustentável.

Ao longo deste capítulo, procura-se portanto revelar camadas históricas, sociais e espaciais que configuram o Sambizanga, recorrendo a uma leitura crítica sustentada em dados, observação direta e diálogo com a comunidade. A análise inicia-se pelo enquadramento territorial e pela identificação de indicadores de qualidade de vida, adaptados à realidade local, que permitem mapear as principais carências e potencialidades. Segue-se a caracterização tipológica dos setores internos ao bairro, evidenciando a diversidade de formas de ocupação e a coexistência entre espaços de origem colonial, áreas autoconstruídas e zonas parcialmente requalificadas. Serão também apresentados os principais projetos de intervenção urbana que marcaram o bairro nas últimas décadas, analisando de que forma as diferentes abordagens dialogam com o tecido social e cultural existente. Este percurso conduz à reflexão sobre as consequências das políticas de requalificação que desconsideram o valor do conhecimento local e da vivência comunitária, muitas vezes substituindo redes de vizinhança e práticas enraizadas por soluções descontextualizadas.

O caso do Sambizanga contribui, assim, para reforçar que é possível melhorar as condições de vida e a qualidade construtiva dos assentamentos informais sem eliminar a sua identidade. A valorização do bairro passa por reconhecer que a sustentabilidade urbana não se esgota nas questões ambientais ou técnicas, exigindo também a preservação do património imaterial, das memórias coletivas e das formas de organização social que dão sentido ao lugar.

¹¹⁷ NEVES, Lucília de Almeida. Cit. In. JÚNIOR, Manuel Vaz de Borja. Contributos para a História do Bairro Operário. Tributos às Suas Gentes e Famílias. Mayamba Editora. Luanda, 2020. p. 23.



Fig. 45. Vista aérea da cidade de Luanda, com destaque no Município do Sambizanga.



3.1.Enquadramento Histórico-Social

"CRUELDADE

*Caíram todos na armadilha
dos homens postados
à esquina*

*E de repente
no bairro acabou o baile
e as faces endureceram na noite*

*Todos perguntam por que foram presos
ninguém o sabe
e todos o sabem afinal*

*E ficou o silêncio
dum óbito sem gritos
que as mulheres agora choram*

*Em corações alarmados
segregam místicas razões*

*Da cidade iluminada
vêm gargalhadas
numa displicência cruel*

*Para banalizar um acontecimento
quotidiano
Vindo do silêncio da noite
Do musseque Sambizanga
-um bairro de pretos!"¹¹⁸*

¹¹⁸ NETO, Agostinho. *Agostinho Neto: Obra Poética Completa. Sagrada Esperança. A Renúncia Impossível. Amanhecer.* Edição Fundação Dr. António Agostinho Neto. Luanda, 2016. p.36

Este poema deve ser compreendido no contexto histórico do colonialismo português em Angola, particularmente durante o séc. XX. A designação utilizada no final evidencia a exclusão social e a brutalidade colonial vivida nos musseques marginalizados. O uso do termo reforça a denuncia da violência racial e da desigualdade estrutural que marcavam o quotidiano sob o regime colonial, ao mesmo tempo que reivindica uma voz identitária e de resistência.

O Sambizanga é um dos municípios mais antigos e mais densos de Luanda, que reflete tanto desafios quanto potencialidades. Formado no início do séc. XX, emergiu como um bairro periurbano com uma forte tradição de luta revolucionária e surgiu sempre com uma divisão muito forte entre as zonas de residência coloniais e as dos nativos. Como muitos dos bairros de Luanda, era na altura uma zona periférica, mais distante do centro urbano da capital e, portanto, menos contemplada pelas infraestruturas e serviços públicos. Com o crescimento populacional descontrolado e o fim das guerras, foi sendo cada vez mais habitado por angolanos, muitos deles provenientes de outras províncias, em busca de melhores condições de vida. A sua localização estratégica, junto a portos, indústrias e áreas comerciais, atraiu muitos trabalhadores rurais, fazendo com que, a partir de 1950, se tornasse num dos bairros mais populosos, com cada vez mais população nativa e com um maior número de infraestruturas precárias.

Durante a época colonial, o Sambizanga foi um dos locais principais de resistência contra o regime português. O seu crescimento informal, a adaptação dos espaços e a apropriação coletiva do território fizeram deste município um exemplo notório de desenvolvimento urbano e social, marcado por lógicas próprias, deixando um legado histórico e uma identidade cultural bastante ricos. A partir de 1975, quando Angola se torna finalmente uma nação independente, o Sambizanga passou a fazer parte da nova configuração urbana de Luanda, no entanto a densificação populacional agravou ainda mais as condições de vulnerabilidade.

A etimologia “Sambizanga”, carregada de múltiplas versões e significados simbólicos, reflete não só a origem linguística do termo, como também um traço profundo da identidade cultural e social da sua população. Dentro das versões apresentadas, seja pela junção de Sambila (dança) com Zanga (desavença), pela existência de uma dança rival chamada Zanga, ou pela união dos povos da Samba e da Zanga, é certo que provém de um ponto comum: a convivência entre pessoas com diferenças entre si, mas unidas por um espaço comum e pela partilha de experiências. Este traço cultural aponta para uma forte valorização do lado social e da vida em comunidade. A dança, enquanto forma de expressão artística e cultural, aparece no nome como uma metáfora da vida social, na medida em que faz referência a um espaço de encontro, de afirmação coletiva e de partilha entre a população. Mesmo em contextos de tensão, a prática da dança unia os moradores em rituais de convivialidade e resistência, reforçando a ideia de desejo de partilha e de construção de pertença.

No plano político-administrativo, a cidade de Luanda sofreu várias transformações desde a época colonial até aos dias de hoje. Em 1970, a divisão administrativa da capital era estruturada em distritos, concelhos, bairros, freguesias e postos administrativos. Atualmente, esta organização foi simplificada, estando dividida por províncias, municípios e comunas. Ao longo da investigação, verificou-se uma certa dificuldade em definir com clareza os limites e a organização administrativa atual do

município do Sambizanga, uma vez que esta configuração é frequentemente alterada consoante as mudanças que ocorrem nos altos cargos políticos. Estas mudanças refletem visões políticas distintas, com impacto direto na gestão urbana, na distribuição de recursos e na priorização das intervenções públicas. Durante o colonialismo, a organização dos musseques também seguia uma lógica administrativa própria: eram divididos em zonas identificadas por letras (Zona A, B, C...) e as casas eram numeradas uma a uma. Este sistema pretendia exercer controlo sobre a população, mas acabou por construir uma base informal de mapeamento comunitário.

A toponímia urbana do Sambizanga revela, ainda hoje, um conteúdo simbólico muito forte. Os nomes das ruas e dos espaços públicos carregam memórias de guerra, resistência e sacrifício. Muitas das designações atribuídas remetem a episódios traumáticos, associando os espaços à dor coletiva. É o caso da antiga Rua 12 de julho, que divide os setores Mota e Lixeira, e liga a zona industrial da Petrangol às áreas residenciais do porto comercial. Este nome evocava o primeiro confronto entre o partido Poder Popular e a FNLA, ocorrido naquela data, em 1975, e está associado a episódios de violência extrema, havendo relatos de que muitos corpos foram enterrados em fossas junto às habitações. Como forma de ressignificar esse passado doloroso, o Estado decidiu mudar o nome da rua para Rua Artur Nunes, homenageando o cantor revolucionário que usava o dialeto kimbundo como língua de luta, desafiando os colonos e inspirando o povo a usar a própria voz. Outro exemplo emblemático é o antigo Campo da Revolução, localizado junto à mesma rua, que recebeu esse nome por ter sido palco de lutas armadas e de inúmeras mortes. Hoje é conhecido como Campo Mário Santiago, em memória de um jovem nacionalista envolvido em atividades culturais e desportivas, cuja casa servia como ponto de encontro clandestino para os movimentos de resistência anti colonial. Estes processos de renomeação são gestos simbólicos que tentam transformar locais de sofrimento em espaços de memória e de inspiração coletiva, dando-lhes um novo significado no imaginário urbano.

Neste sentido, o Sambizanga não é apenas um espaço informal ou marginal. É um território profundamente marcado pela história, pela resistência e pela cultura, cuja preservação deve integrar tanto as estratégias de reabilitação urbana como os discursos sobre o direito à cidade. A valorização do musseque passa também por reconhecer o valor simbólico inscrito nas suas ruas, nas suas histórias e na sua população. Ignorar esta dimensão é ignorar a essência do lugar.

3.2. Introdução e Estado da Arte

O Sambizanga, município de Luanda que abrange uma grande parte dos musseques mais centrais, não é apenas um espaço físico ou funcional, nem apenas uma simples área urbana precária, é um corpo de história onde as suas ruas, as suas construções e acima de tudo as pessoas que nelas vivem carregam em si uma memória.

A escolha deste musseque surgiu, em primeiro lugar, pela sua localização, uma vez que, como já abordado, as zonas pericentrais da cidade foram as mais afetadas pela guerra e as que passaram por maiores processos de urbanização, conferindo-lhe uma base histórica sólida para realizar o caso de estudo. Surgiu também do desafio que se impõe ao tentar interpretar a lógica que levou este espaço a configurar-se com padrões específicos e até que ponto os valores culturais e sociais que emergiram aquando da sua formação se mantêm até hoje.

Além disso, o Município do Sambizanga constitui um microcosmo das dinâmicas que caracterizam os assentamentos informais de Luanda, reunindo realidades espaciais muito distintas. Portanto, este estudo, mais do que um exercício descritivo, analisa como as práticas construtivas locais, a organização social e as formas de apropriação do espaço podem ser integradas em estratégias de intervenção sustentáveis, que respeitem e reforcem a identidade do bairro.

Posto isto, neste capítulo pretende-se chegar a uma conclusão teórico-prática sobre métodos para apoiar tecnicamente a auto construção sustentável, que consigam satisfazer as necessidades primárias dos habitantes, permitindo sobretudo que estes consigam transformar o seu espaço atual num espaço socialmente valorizado.

| Qualidade de Vida no Sambizanga: Indicadores e Subindicadores

Com base nos indicadores propostos pela UN-Habitat, já mencionados no primeiro capítulo, a equipa da Development Workshop (DW), procedeu a uma adaptação metodológica, de maneira a refletir mais fielmente as condições socioeconómicas locais. Para isso, foram definidos subindicadores específicos, ajustados às realidades observadas no terreno e orientados por debates em grupos comunitários. Estes subindicadores procuram dar resposta a problemas concretos, como acesso desigual a serviços, habitação precária ou insegurança fundiária, que muitas vezes escapam a modelos universais.

Os critérios foram organizados de forma graduada, numa escala de 1 a 3, sendo o 1 o indicador com melhores condições e o 3 aquele que reflete piores condições ou maior vulnerabilidade. Esta escala permitiu, assim, criar uma leitura comparativa entre

diferentes zonas e categorias analisadas. Ao todo, foram considerados cinco grandes indicadores, alguns alinhados com as diretrizes da UN-Habitat e outros criados especificamente para atender a dimensões não abrangidas pelo modelo original. Assim, esta abordagem permitiu aferir, com maior precisão, o nível de qualidade de vida urbana e a resiliência socioespacial nas comunidades do Sambizanga.¹¹⁹



Fig. 46. Divisão administrativa do Sambizanga em 2011 e atualmente, com respetiva setorização.

| INDICADOR 1- Acesso a Água Potável

Considera-se que um agregado familiar tem acesso a um abastecimento de água de melhor qualidade se possuir água em quantidade suficiente para consumo familiar, a um preço acessível, disponível para os membros do agregado familiar sem necessidade de esforço extremo, especialmente para as mulheres e crianças. Os indicadores aplicados incluem:

- Acessibilidade: a água deve consumir menos de 10% do rendimento familiar;
- Quantidade suficiente: a água deve estar disponível numa quantidade de, pelo menos, 20 litros por pessoa, por dia;
- Qualidade potável disponível sem esforço e tempo excessivos: a água limpa deve estar disponível em cada agregado familiar ou através de fontes, poços ou perfurações melhoradas a menos de 200 metros do agregado familiar.

¹¹⁹ Perfil do Município do Sambizanga. República de Angola. Administração Municipal de Sambizanga, em colaboração com o Fundação Gates. Luanda, 2011. p. 88.

As avaliações e dados apresentados referem-se ao ano de 2011, conforme referenciado. Por esse motivo, importa salientar que, desde então, a divisão administrativa do Sambizanga sofreu alterações, pelo que as contagens e análises realizadas na época abrangem um território significativamente mais extenso do que o atualmente definido: a comuna Ngola Kiluange foi retirada, na totalidade, do município e mantiveram-se as comunas Sambizanga Sede e Bairro Operário. Embora os dados ofereçam uma base útil para compreender as condições urbanas do período, devem ser interpretadas com cuidado, uma vez que as realidades demográficas, físicas e sociais poderão ter evoluído consideravelmente nos anos seguintes.

| INDICADOR 2- Acesso ao Saneamento

Considera-se que um agregado familiar tem acesso adequado ao saneamento se possuir um sistema de deposição de excrementos seja sob a forma de uma casa de banho privativa ou partilhada entre no máximo duas famílias. Os indicadores aplicados incluem a proporção de agregados familiares com:

- Uma ligação privada direta a residência ao terreno, ao esgoto público ou ao sistema séptico (com capacidade suficiente);
- Uma latrina com descarga, privada ou partilhada (não pública);
- Uma latrina ventilada com fossa melhorada, privada ou partilhada (não pública).

| INDICADOR 3- Segurança de Posse de Terra

Definido pelo direito de todos os indivíduos e grupos à proteção efetiva do Estado contra as remoções forçadas. As pessoas têm a posse segura quando:

- Existe documentação que comprove a posse segura;
- Existe proteção contra remoções forçadas.

| INDICADOR 4- Qualidade da Habitação

Uma casa é considerada “durável” se for construída num local não perigoso e tiver uma estrutura permanente e adequada o suficiente para proteger os seus habitantes de condições climáticas extremas, como chuva, calor, frio e humidade. Os seguintes pontos devem ser considerados inadequados:

- Habitações localizadas em zonas geologicamente perigosas (zonas de deslizamentos/terramotos e inundações);
- Habitações localizadas em montanhas de lixo ou zonas de poluição industrial;
- Habitações próximas de outras zonas de alto risco, como caminhos de ferro, aeroportos e linhas de transmissão de energia;
- Qualidade e durabilidade da construção (por exemplo, materiais utilizados em paredes, pavimentos e coberturas).

| INDICADOR 5- Sobrelotação

Considera-se que uma casa oferece área suficiente para os elementos do agregado familiar se, no máximo, duas pessoas partilharem a mesma divisão.

Os indicadores aplicados incluem:

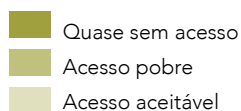
- Proporção de agregados familiares com três ou mais pessoas por divisão;
- Proporção da população que vive em povoações com uma densidade superior a 50 mil pessoas por quilómetro quadrado.¹²⁰

¹²⁰ Os mapas que se seguem abaixo foram realizados pela autora, com base nos mapas presentes em: *Perfil do Município do Sambizanga*. República de Angola. Administração Municipal de Sambizanga, em colaboração com o Fundação Gates. Luanda, 2011. p. 90-92.

1. ACESSO A ÁGUA POTÁVEL



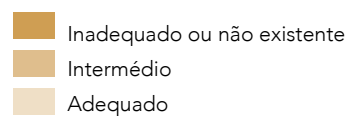
Fig. 47. Este mapa representa o acesso a água potável. As zonas mais escuras quase não têm acesso a água potável (Madeira, Lixeira, Mota, Santo-Rosa e parte da Valódia), as zonas mais claras têm um acesso aceitável (Valódia, Miramar e Bairro Operário) e as restantes zonas têm acessos deficientes (São Paulo).



2. ACESSO AO SANEAMENTO MELHORADO



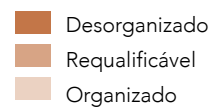
Fig. 48. Este mapa representa o acesso ao saneamento básico. As zonas mais escuras quase não têm acesso (Madeira, Lixeira, Mota, Santo-Rosa e parte da Valódia), as zonas mais claras têm acesso adequado (Valódia, Miramar e Bairro Operário) e as restantes zonas têm acessos deficientes (São Paulo).



3. SEGURANÇA DA POSSE DE TERRA



Fig. 49. Este mapa representa a segurança da posse de terra. As zonas mais claras têm uma posse razoavelmente segura (Valódia, Miramar, Bairro Operário e São Paulo), as mais escuras não têm qualquer segurança (Madeira, Lixeira, Mota, Santo-Rosa e parte da Valódia e Miramar).



4. QUALIDADE DA HABITAÇÃO



Fig. 50. Este mapa representa a qualidade da habitação. As zonas mais claras apresentam habitações de qualidade aceitável (São Paulo, Bairro Operário, parte da Valódia e Miramar), enquanto que as zonas mais escuras apresentam habitações de baixa qualidade (Madeira, Lixeira, Mota, Santo-Rosa e parte da Valódia e Miramar).

■ Intermédio
■ Adequado

5. SOBRELOTAÇÃO

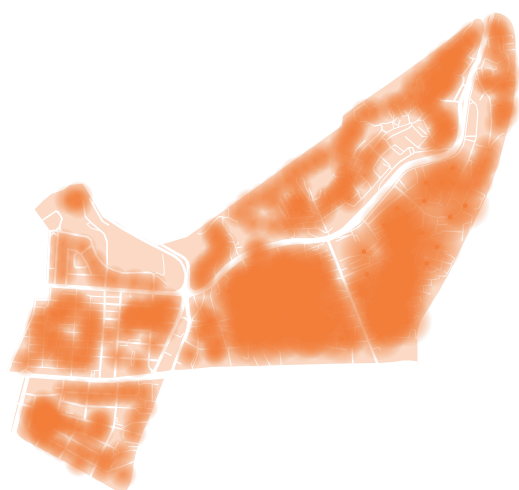


Fig. 51. Este mapa representa o grau de sobrelotação habitacional, evidenciado pela densidade populacional nas diferentes áreas. As zonas menos intensas correspondem a áreas com menor densidade (São Paulo, Bairro Operário, parte da Valódia e Miramar), enquanto as zonas mais escuras indicam maior densidade populacional, associadas a situações de sobrelotação habitacional (Madeira, Lixeira, Mota, Santo-Rosa e parte da Valódia e Miramar).

■ Menor densidade populacional
■ Maior densidade populacional

INDICADOR	SUBINDICADOR	GRADUAÇÃO
INDICADOR 1: ACESSO A ÁGUA POTÁVEL		
Principal Fonte de Água	Conexão à rede de água canalizada	1
	Chafarizes ou cacimbas melhoradas com bombas manuais	2
	Sem acesso a água potável (o mercado informal de água, cacimbas tradicionais)	3
INDICADOR 2: ACESSO A SANEAMENTO MELHORADO		
Serviços de Saneamento	Conexão à rede de drenagem	1
	Fossa séptica	2
	Latrinas secas melhoradas	2
	Sem serviços / serviços inadequados / latrinas públicas	3
Recolocação de Resíduos Sólidos	Regular / recolha domiciliar	1
	Irregular / contentores/ depósitos	2
	Nenhum	3
INDICADOR 3: SEGURANÇA DA POSSE DE TERRA		
Tipos de Assentamentos de acordo com o nível de organização e infraestruturas	Planificado / organizado	1
	Requalificável / organizável / não tituladas	2
	Desorganizadas / não planificada	3
INDICADOR 4: QUALIDADE DA HABITAÇÃO		
Material de Construção das Habitações	Tijolos / Blocos de Cimento	1
	Adobe revestido de cimento e madeira	2
	Pau a pique, adobe não revestido ou chapa	3
Material de Cobertura do Teto	Telhas ou betão	1
	Chapas de zinco	2
INDICADOR 5: SOBRELOTAÇÃO		
População por km ²	Baixa densidade (<100 pop/ Ha)	1
	Média densidade (100-300 pop/ Ha)	1
	Alta densidade (300-500 pop/Ha) com algumas áreas sobrepovoadas	2
	Sobrepovoamento acima dos 50.000 pessoas por km ²	3

Fig. 52. Principais problemas urbanos e sociais, através de indicadores e subindicadores, numa escala gradual de 1 a 3.

Reflexões

As informações anteriormente expostas permitem agora traçar uma conclusão clara e crítica sobre os principais problemas urbanos e sociais enfrentados pelo Sambizanga. Embora os dados tenham mais de dez anos, oferecem um retrato da precariedade que ainda molda, em grande medida, o território.

Os dados revelam um acesso muito desigual e, em muitos casos, extremamente precário à água potável. Grande parte da população dependia de fontes informais, como o mercado informal da água ou cacimbas tradicionais, ambos classificados com a pior pontuação. Apenas zonas mais privilegiadas como o Bairro Operário e partes da Valódia tinham acesso aceitável. Esta realidade expõe não só a desigualdade urbana como o peso que essa carência representa sobre as famílias e, em particular, as mulheres e as crianças, frequentemente responsáveis pela recolha. Dez anos depois, é provável que persistam desafios significativos nesta área, dada a lentidão das melhorias nas infraestruturas básicas.

O acesso a saneamento adequado era também extremamente limitado em 2011. A maioria dos bairros dispunha apenas de fossas rudimentares ou latrinas públicas, classificadas como grau 3. A ausência de drenagem e recolha de resíduos sólidos regulares contribui para um ambiente insalubre e inseguro. Este indicador evidencia uma crise de saúde pública latente, que ameaça sobretudo crianças e os mais vulneráveis. A evolução dependeu fortemente da intervenção pública, que nem sempre foi suficiente ou equitativamente distribuída.

A posse da terra no Sambizanga era caracterizada por grande insegurança jurídica e informalidade. A maioria dos bairros apresentava estruturas desorganizadas, sem qualquer tipo de titulação, estando expostos a possíveis remoções forçadas. Apenas algumas áreas como a Valódia e Bairro Operário tinham alguma estabilidade. Esta situação afeta diretamente a capacidade das famílias de investir na melhoria das suas casas, aumentando a precariedade. A ausência de planos urbanísticos participativos agrava ainda mais a exclusão urbana.

A grande maioria das habitações avaliadas apresentava condições físicas muito deficitárias, com materiais frágeis como pau a pique, adobe não revestido ou chapas metálicas, em muitos casos localizadas em zonas de risco. Esta situação expõe os moradores a eventos climáticos extremos e a condições de vida desumanas. Embora tenham existido tentativas de requalificação, a informalidade construtiva e a falta de fiscalização urbanística contribuíram para a degradação contínua do ambiente construído.

Por último, a sobrelotação era talvez um dos problemas mais visíveis e difíceis de mitigar, com muitas casas apresentando mais de três pessoas por divisão e densidades superiores a 50 mil pessoas/km². Esta realidade traduz-se num grave problema habitacional e num aumento de tensões sociais. Além disso, dificulta qualquer resposta eficiente em termos de infraestrutura, saneamento ou serviços urbanos. A densidade extrema fragiliza a resiliência comunitária e torna qualquer plano de requalificação um grande desafio logístico e político.

Assim, este estudo evidencia um padrão sistemático de exclusão urbana, onde a precariedade dos serviços, a informalidade habitacional e a insegurança jurídica se combinam, perpetuando a vulnerabilidade social no Sambizanga. Embora sejam dados relativos ao ano de 2011, muitas das dinâmicas persistem até hoje, agravadas por uma urbanização rápida e desigual. O reconhecimento do valor histórico e cultural do musseque não pode ser dissociado de uma abordagem urbana justa, integrada e participativa, sem a qual qualquer projeto de requalificação corre o risco de ser meramente simbólico.

| Tipos de Assentamentos

No âmbito dos tipos de assentamentos urbanos em Luanda, foram realizados estudos abrangentes por técnicos da Development Workshop, utilizando imagens de satélite e validação em terreno. Os critérios de classificação incluíam: Estrutura física; Data de formação; Segurança de posse de terra; Qualidade construtiva; Acesso a infraestruturas urbanas e serviços públicos. Com base nestes critérios, foram então identificados dez tipos de assentamentos, entre os quais nove são urbanos e apenas um rural:

1. Antigo Centro Urbano
2. Novos Subúrbios Organizados e Condomínios
3. Bairros Populares
4. Áreas de Habitação Social
5. Autoconstrução Orientada
6. Musseques de Transição
7. Musseques Planificados
8. Musseques Antigos
9. Musseques Periféricos
10. Assentamentos Rurais¹²¹

¹²¹ Development Workshop Angola. *Poverty and Environmental Vulnerability in Angola's Growing Slums: City Report for Luanda*. Prepared for the International Development Research Centre: Urban Poverty & Environment Programme. Luanda, 2011. p. 31. Disponível em: <https://dw.angonet.org/forum/luanda-final-report-0/>

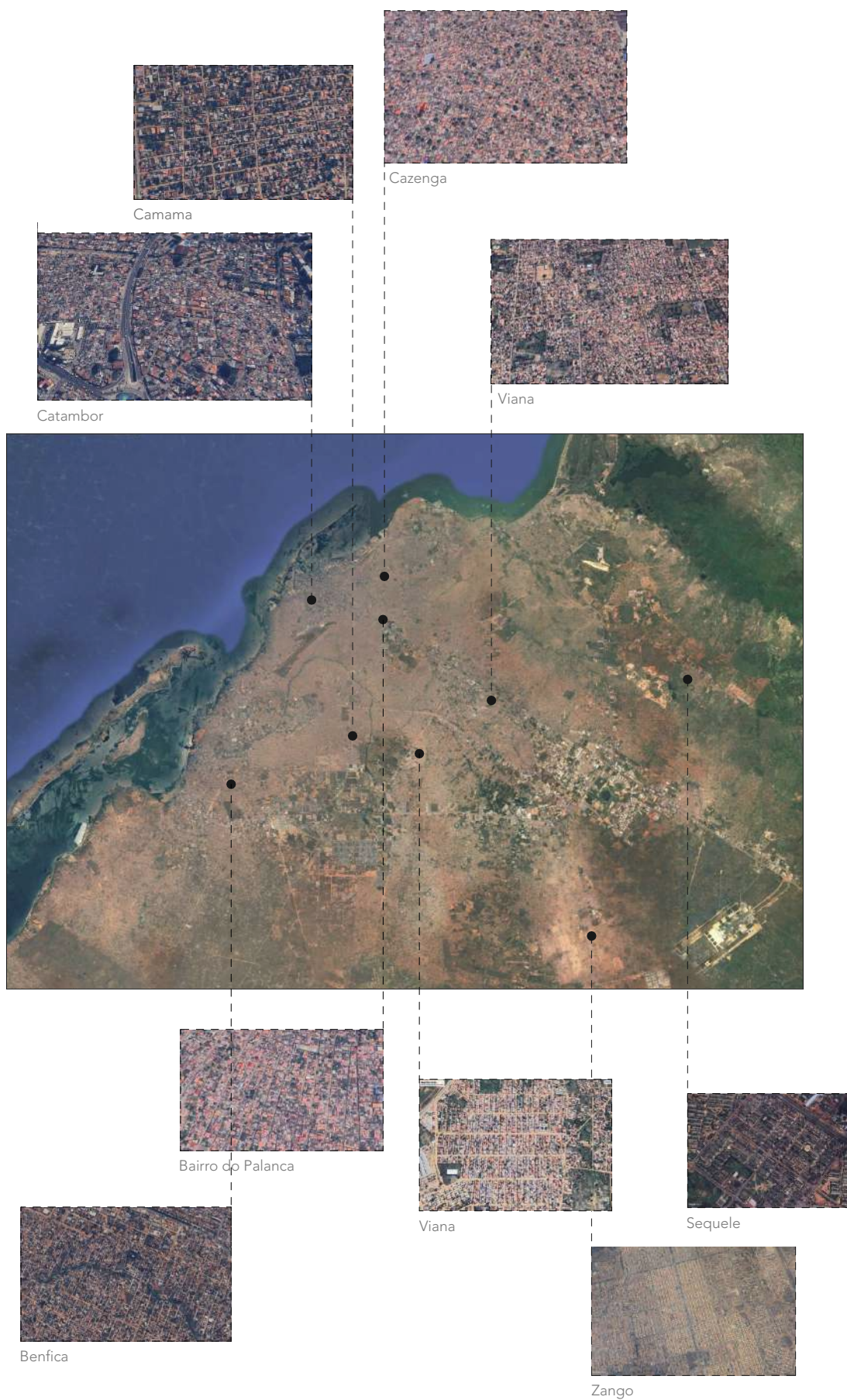


Fig. 53. Vistas aéreas de tecidos urbanos típicos na periferia da cidade de Luanda.

Cada uma destas categorias reflete dinâmicas distintas de urbanização, infraestrutura e estrutura socioeconómica, revelando que os assentamentos urbanos de Luanda compreendem uma *diversidade de formas, estruturas e níveis de formalidade*. Além disso, esta variedade de classificações afere, *a priori*, a sua complexidade histórica e dinamismo de expansão enquanto cidade.

Zonas como o Zango e o Sequele representam, em grande medida, áreas de realojamento ou expansão planeada, com traçados urbanos mais regulares e alguma presença de infraestruturas, embora frequentemente insuficientes face à densidade populacional. Em contrapartida, bairros como o Palanca, Cazenga e Catambor caracterizam-se por uma ocupação predominantemente informal, marcada pela autoconstrução, vias estreitas e serviços públicos deficitários, sendo herdeiros diretos da expansão espontânea dos musseques. Já Viana e Camama constituem áreas mistas, onde coexistem condomínios e urbanizações recentes com vastos setores informais que absorvem grande parte da população migrante. Benfica, por sua vez, combina áreas residenciais consolidadas com espaços de ocupação irregular, refletindo a pressão imobiliária e o crescimento desordenado. No conjunto, estes territórios espelham tanto a fragmentação socioespacial da cidade, como o potencial de intervenção integrada para melhorar as suas condições de vida.

Posto isto, com base nos critérios de classificação acima expostos, e dado um contexto geral de Luanda, é também possível enquadrar os setores do Sambizanga nos tipos que seguidamente se descrevem.

Musseque Antigo

Madeira, Lixeira, Mota, Santo Rosa

Estes setores apresentam características típicas de *Musseques Antigos*, uma vez que se formaram há mais de três décadas, em zonas de terra batida, sem qualquer sistema de drenagem e com vias intransitáveis para os transportes públicos. Carecem de infraestruturas básicas funcionais e o tipo de construção predominante é bastante frágil, sendo comuns as habitações de pau a pique e, em menor quantidade, casas de madeira. Surgiram como resultado da expansão dos assentamentos informais habitados por populações nativas durante o período colonial, desenvolvendo-se paralelamente à cidade formal. Já na época da independência apresentavam grande extensão e, desde então, continuaram a crescer e a ocupar os espaços livres disponíveis. Esse crescimento foi tão expressivo que acabou por integrar em zonas da cidade formal. Em alguns casos, a expansão avançou sobre áreas de risco, como encostas íngremes (setor Madeira), linhas férreas e antigas lixeiras (setor Lixeira). As famílias tendem a ser numerosas, verificando-se um elevado número de migrantes a fixarem-se nestas áreas.

Além disso, muitas famílias expressam o desejo de se mudar para outras zonas, o que reflete uma insatisfação generalizada com as condições de vida locais.¹²²

Musseque de Transição e Bairro Popular

São Paulo e Bairro Operário

Estes dois setores compreendem bairros que combinam áreas formais e informais, sendo por isso identificados como zonas híbridas que combinam características típicas de *Musseques de Transição* (Tipo 6) e *Bairros Populares* (Tipo 3). Originalmente, foram ambos concebidos como bairros populares, ou seja, áreas construídas ainda durante o período colonial, no âmbito de programas públicos de habitação social, destinadas à classe trabalhadora negra e a funcionários de baixa e média renda. Estas zonas caracterizavam-se por um traçado urbano regular, com casas alinhadas construídas em larga escala, muitas ainda hoje visíveis, em alvenaria simples, com coberturas em zinco e fibrocimento. A infraestrutura, embora básica, era organizada segundo um modelo urbano formal. Este tipo de assentamento beneficiava de uma maior proximidade à cidade asfaltada, menores níveis de pobreza relativa e acesso facilitado aos transportes e serviços urbanos. Contudo, com o crescimento urbano desordenado, despoletado pelos grandes confrontos e posteriormente pela pós-independência, muitos destes bairros deixaram de receber manutenção ou planeamento urbano. Consequentemente, começaram a surgir processos de autoconstrução informal, subdivisão de lotes e ocupação de espaços vazios ou anteriormente públicos. Desta forma, áreas inicialmente planeadas foram densificadas e transformadas informalmente, gerando espaços com passagens estreitas, parcelas irregulares e acesso dificultado a serviços urbanos, tal como se observa nos musseques. Além disso, a localização privilegiada de São Paulo e do Bairro Operário, próxima ao centro da cidade, às zonas de emprego, mercados e equipamentos públicos, fez com que se tornassem também Musseques de Transição. Ambos os solos possuem um elevado valor no mercado informal, provocando a substituição de famílias de baixa renda por habitantes com maior capacidade económica, ou a sua deslocação para a periferia, onde a terra é mais acessível. Estes bairros começaram também a apresentar construções verticais espontâneas, sinais de transformação urbana impulsionada por pressões do mercado e, ocasionalmente, por investimentos privados.¹²³ Assim sendo, estes dois bairros do Sambizanga representam áreas de contacto entre a cidade formal e informal, onde os legados coloniais da habitação social coexistem com as transformações urbanas descontroladas do pós-independência, justificando a sua dupla classificação.

¹²² Development Workshop Angola; Centro para o Meio de Ambiente e Assentamentos Humanos (Reino Unido), com o apoio da Onde World Action (Reino Unido) e do DFID. *Terra: Reforma sobre a terra urbana em Angola no período pós-guerra: pesquisa, advocacia & políticas de desenvolvimento*. Relatório Ocasional nº 6. Luanda, 2005. p. 90. Disponível em: https://dw.angonet.org/wp-content/uploads/Terra_Portugese.pdf. Acedido a: 20 de agosto de 2025.

¹²³ *ibidem*. p. 88.

Tanto Valódia como Miramar têm características urbanas e socioeconómicas que os distinguem da maioria dos musseques do município do Sambizanga. Estas zonas configuram-se como territórios de transição entre o formal e o informal, evidenciando elementos típicos dos *Bairros Populares* e dos chamados *Musseques Planificados ou Ordenados*. O bairro da Valódia, por exemplo, foi sujeito a processos de requalificação e apresenta atualmente infraestruturas urbanas mais desenvolvidas, como redes de abastecimento de água e energia, algumas vias pavimentadas e maior acessibilidade a transportes e serviços públicos. Apesar de existirem ainda setores com ocupação densa e informal, uma parte significativa do bairro apresenta um traçado urbano regular, construções em alvenaria de bloco de cimento ou tijolo, com cobertura em zinco ou fibrocimento, e níveis de pobreza relativamente baixos. Essas características aproximam a Valódia da definição de Musseque Ordenado, um tipo de assentamento que, embora autoconstruído nas décadas de 1980, respeitou o alinhamento das vias dos bairros adjacentes e apresenta maior segurança na posse da terra, o que incentiva os moradores a investirem na melhoria das suas casas. Paralelamente a esta, o Miramar apresenta características híbridas. Apesar de parte do bairro manter traçados antigos, com algumas áreas menos infraestruturadas, trata-se de um território com habitações de melhor qualidade, baixa densidade populacional e um ambiente urbano mais consolidado, em comparação com os restantes setores do Sambizanga. Historicamente, este setor foi também uma zona residencial da classe trabalhadora e de famílias de média renda, sendo identificado como Bairro Popular construído no período colonial, cuja origem remonta a programas de habitação social organizados, com casas alinhadas e construídas em larga escala. A localização privilegiada, próxima ao centro e a áreas formais, reforça ainda mais a sua integração urbana. Além disso, o mercado formal de compra e venda de imóveis é mais frequente que o arrendamento informal, o que, aliado à maior segurança de posse e à presença de infraestruturas em expansão, permite antever a possibilidade de regularização formal e valorização urbana destas áreas. Muitos residentes demonstram expectativas quanto à melhoria dos serviços públicos e à consolidação urbana, o que está de acordo com a lógica dos musseques ordenados, frequentemente vistos como extensões organizadas dos antigos bairros populares.¹²⁴ Assim, os setores da Valódia e do Miramar combinam elementos típicos dos bairros populares coloniais, devido à sua origem e localização, com características estruturais e sociais dos musseques planificados, dada a organização interna, os níveis de investimento das famílias e a estabilidade fundiária. Estas zonas representam então territórios em transição e com potencial de requalificação urbana progressiva, diferenciando-se claramente das zonas mais precárias e desorganizadas do município.

¹²⁴ *ibidem*. p. 93.

Reflexões

A análise dos indicadores e subindicadores da qualidade de vida no Sambizanga, embora baseada em dados de 2011, continua a ser uma ferramenta relevante para compreender os padrões históricos de desigualdade urbana na cidade de Luanda. Estes indicadores, ao quantificarem aspetos como acesso a água potável, saneamento, qualidade da habitação, segurança de posse e densidade populacional, permitem identificar de forma estruturada os principais focos de vulnerabilidade. No entanto, apesar da sua utilidade técnica, estes instrumentos têm algumas limitações: tendem a simplificar realidades territoriais complexas, não captam dimensões sociais como a coesão comunitária ou a resiliência local, e muitas vezes falham em refletir a diversidade interna dos bairros, agrupando-os todos sob a designação genérica de “musseque”.

Contudo, é precisamente a articulação com a tipologia dos assentamentos que permite ultrapassar essa visão homogénea. A leitura crítica dos diversos setores do Sambizanga revela que o território é composto por múltiplas formas de ocupação, com origens, estruturas urbanas e condições sociais muito distintas. Alguns bairros representam musseques antigos e espontâneos, com algumas carências, outros como o Bairro Operário ou São Paulo, foram inicialmente bairros populares formais que, ao longo do tempo, sofreram degradação e informalização. Por outro lado, zonas como Valódia e Miramar configuram assentamentos planificados ou parcialmente requalificados, com melhor infraestruturas e maior segurança na posse, embora ainda coexistam com fragilidades.

Esta diversidade confirma que a dicotomia entre formal e informal é insuficiente para compreender a complexidade urbana do Sambizanga. Nem toda a informalidade é sinónimo de pobreza, tal como um bairro formal não define por si só justiça social e qualidade de vida. Há informalidades densas e resilientes, assim como formalidades degradadas e excedentes. Desta forma, reconhecer essas nuances é fundamental para evitar generalizações associadas àquilo que define um musseque.

Neste sentido, a combinação entre os indicadores de qualidade de vida e a classificação dos tipos de assentamentos permite uma leitura mais completa e crítica do território. Para além de identificar problemas estruturais, essa abordagem mostra como os bairros foram formados, transformados e apropriados pelas populações ao longo do tempo. Além disso, destaca-se ainda a necessidade de qualquer intervenção, quer seja de requalificação, regularização ou planeamento, guiada por uma visão justa e participativa que reconheça o valor do conhecimento local e as especificidades de cada contexto urbano.

| Projetos de Intervenção e Requalificação

O bairro do Sambizanga tem sido alvo de diferentes tentativas de requalificação ao longo das últimas décadas. Estas iniciativas, embora com objetivos comuns de melhorar as condições de vida e a infraestrutura urbana, foram conduzidas por atores distintos e com abordagens significativamente diferentes, conforme será descrito adiante.

A primeira grande intervenção remonta ao final dos anos 80, com o *Projeto Piloto de Melhoria do Bairro Sambizanga*, que propunha uma requalificação de base comunitária, envolvendo diretamente os moradores no planeamento e na execução gradual das respetivas melhorias. Priorizava-se a autoajuda, o fortalecimento institucional e a provisão de infraestruturas e serviços básicos de forma acessível e adaptada à realidade local.

Já no início do século XXI, e particularmente com o *Plano de Urbanização e Requalificação das Encostas da Boavista e Sambizanga*, a requalificação passou a ser conduzida pelo *Ministério das Obras Públicas, Urbanismo e Habitação*. Essa nova abordagem, de maior escala e natureza infraestrutural, baseia-se em grandes obras, reorganização fundiária e realojamento de famílias, ou seja, trata-se de um modelo centralizado, mais focado em intervenções do espectro espacial.

Por último, surge o *Plano Diretor Geral do Cazenga, Sambizanga e Rangel*, apresentado em 2013, que visa a requalificação urbana e reconversão dos três municípios da época, com foco em áreas de assentamentos informais e infraestrutura deficiente.

Assim, esta temática reflete as condições políticas, económicas e institucionais na transformação urbana, assim como as tensões que daí emergem sobre o valor social e patrimonial do bairro.

PROJETO PILOTO DE MELHORIA DO BAIRRO SAMBIZANGA



Fig. 54. Envolvimento da população em projeto de melhoria do bairro.

O Projeto Sambizanga nasceu de uma proposta inicial de construir uma escola primária, mas rapidamente se transformou numa iniciativa mais ampla de requalificação dos musseques, impulsionada pela necessidade de realojar as famílias afetadas. Formalizado apenas no final de 1985, recebeu assistência técnica da *Development Workshop*, a partir de 1987, e apoio financeiro internacional, tendo o *Gabinete de Renovação e Reabilitação dos Musseques (GARM)* como órgão responsável. Esta foi uma das raras ações governamentais após a independência, focada na melhoria urbana através da participação comunitária, juntamente com o Estado.

O objetivo era criar um modelo replicável para todo o país, no qual os habitantes definiriam prioridades e realizariam melhorias nas suas habitações, enquanto o governo garantiria infraestrutura básica (água, saneamento, eletricidade e estradas), equipamentos comunitários (escolas, clínicas) e apoio organizacional e financeiro.

A área piloto, com cerca de 40 hectares e mais de 7 mil habitantes em 1988, foi escolhida para testar estratégias de mobilização e melhoria, servindo também como exercício de capacitação institucional. Contudo, a fase inicial revelou limitações estruturais, como atrasos na disponibilização de fundos, carência de pessoal qualificado e falhas de coordenação entre ministérios, agravadas pela crise económica e pela baixa motivação dos funcionários devido a salários insuficientes. Para contornar estes obstáculos, abandonou-se a abordagem integrada e dividiram o projeto em subprojetos independentes, piorando o fortalecimento institucional do recém criado GARM. Mediante isto, foi reajustada a sua estrutura interna e criaram-se setores de desenvolvimento comunitário e operações de oficina, contudo a escassez de recursos e as dificuldades no transporte de equipamentos dificultaram a sua concretização de forma eficaz. No campo comunitário, a participação direta na execução de obras foi descartada pela falta de tempo e meios dos próprios moradores. A oficina comunitária, prevista como polo de formação, produção de materiais acessíveis e apoio a pequenas empresas, sofreu atrasos significativos, limitando o alcance das ações.

De forma a colmatar estas adversidades, introduziu-se um modelo inovador de requalificação participativa. Apesar de alguns entraves como a fragilidade institucional, a dependência de recursos externos e a falta de coordenação entre setores, conseguiu-se despertar a atenção sobre a importância de abordagens flexíveis, de reforçar iniciativas já existentes e de criar incentivos concretos para mobilizar e comprometer a comunidade.¹²⁵

Neste sentido, a implementação deste projeto, embora tenha sido concebida como um esforço pioneiro de melhoria dos musseques, revela-se contraditória na forma como as pessoas e o território foram tratados. A lógica técnica e institucional que orientou o processo, marcada por atrasos, decisões centralizadas e dependência de estruturas frágeis, negligenciou a dimensão mais sensível do *lugar*: os valores sociais, culturais e patrimoniais que dão significado ao musseque. As iniciativas nem sempre respeitaram as redes de vizinhança e a identidade coletiva construída ao longo de décadas, contribuindo para a erosão do sentido de comunidade. Além disso, a pressão por intervenções físicas e formais desconsidera muitas vezes o património imaterial e as memórias urbanas, substituindo-as por soluções que, embora funcionais, pouco dialogam com a história viva do território e com o quotidiano das pessoas.

¹²⁵ Development Workshop. *Sambizanga Bairro Pilot Upgrading Project: first interim project report*. Human Settlements Planning & Building. Luanda, 1988. p. 2-10. Disponível em: <https://www.dwarchive.com/sites/default/files/resources/DWC5086.pdf>. Acedido a: 20 de agosto de 2025.

PLANO DE URBANIZAÇÃO E REQUALIFICAÇÃO DAS ENCOSTAS DA BOAVISTA E SAMBIZANGA



Fig. 55. Vista aérea do Plano de Urbanização e Requalificação das Encostas da Boavista e Sambizanga.

O Sambizanga e as encostas da Boavista, no setor da Madeira, representam uma paisagem urbana de forte identidade cultural, onde os laços comunitários e a vivência partilhada resistem à informalidade e à ausência de investimento público. Contudo, é precisamente este setor que tem sido alvo de um dos projetos mais ambiciosos de requalificação urbana de Luanda. O projeto foi idealizado no estrangeiro, em 2010, sem envolvimento direto das comunidades locais, e propõe a substituição progressiva do musseque por uma nova centralidade urbana, composta por edifícios de habitação coletiva, unidades de saúde, escolas, comércio, vias requalificadas, sistema de drenagem e redes de infraestruturas. Apenas com início oficial das obras em 2013, o Plano de Urbanização e Requalificação das Encostas da Boavista e Sambizanga foi concebido pelas entidades responsáveis *MINOPUH Ministério das Obras Públicas, Urbanismo e Habitação- Direção Nacional de Infraestruturas Urbanas*, como dono de obra, e a *CGGC, China Gezhouba Group Company Limited*, como empreiteiro.

Apesar da sua magnitude e objetivos concretos, o projeto encontrou vários obstáculos, tendo resultado numa intervenção lenta e fragmentada. Estes constrangimentos prendem-se com:

- Amontoado de aterro sanitário (solos contaminados e montes de lixo) dentro da obra;
- Falhas na apresentação das guias de betão para acompanhar melhor as betonagens em obra, assim como do material de aço armazenado e recebido em obra;
- Delimitação incompleta da obra para impedir que a população se aproprie do espaço e das obras já executadas;
- Despreocupação no processo de realojamento da população afetada.¹²⁶

¹²⁶ Ministério das Obras Públicas, Urbanismo e Habitação. *106º Relatório de Projeto: Empreitada de Construção da Requalificação do Sambizanga. Infraestruturas da Zona 2A (Pacotes A+B)*. Luanda, abril de 2025. p.3.

Paralelamente a estes constrangimentos, o plano ainda foi severamente condicionado por fatores externos, como a instabilidade política, a transição de membros do governo e a escassez de recursos financeiros. Mediante estas agitações, e face aos dados recolhidos no mês de abril do ano corrente, o orçamento inicial de 99 milhões de dólares (aproximadamente 84 milhões de euros) já havia sido executado em mais de 70% desde o reinício das obras.¹²⁷ Contudo, tudo indica que este registo de instabilidade tenderá a perpetuar-se, não só porque cada mudança de liderança política traz novas prioridades e visões para o território, mas também porque os recursos financeiros dificilmente serão suficientes para reparar décadas de degradação. Muitas das infraestruturas existentes já ultrapassaram o seu ciclo de vida útil, exigindo manutenção constante, enquanto o vandalismo e a apropriação indevida do espaço público forçam intervenções repetidas. Assim, o esforço de requalificação arrisca-se a tornar-se um processo quase interminável.

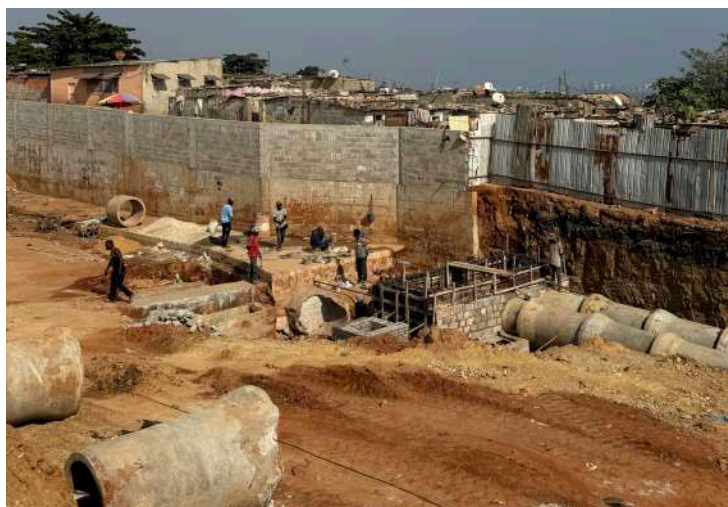
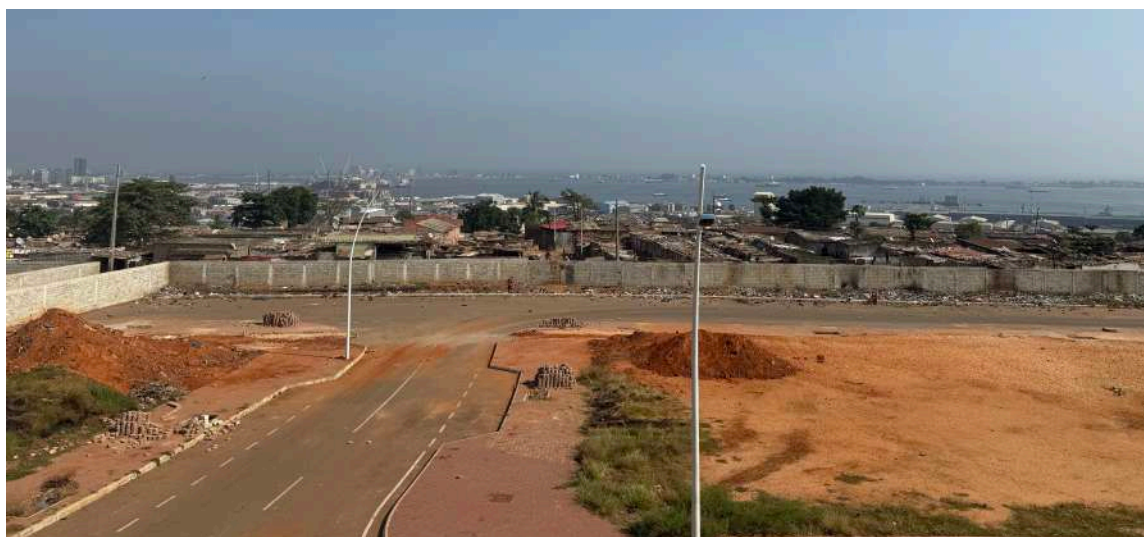


Fig. 56. Situação da obra a maio de 2025, com algumas estradas já alcatroadas, infraestruturas e sub estação elétrica em fase de construção.

¹²⁷ *Ibidem.* p.9.

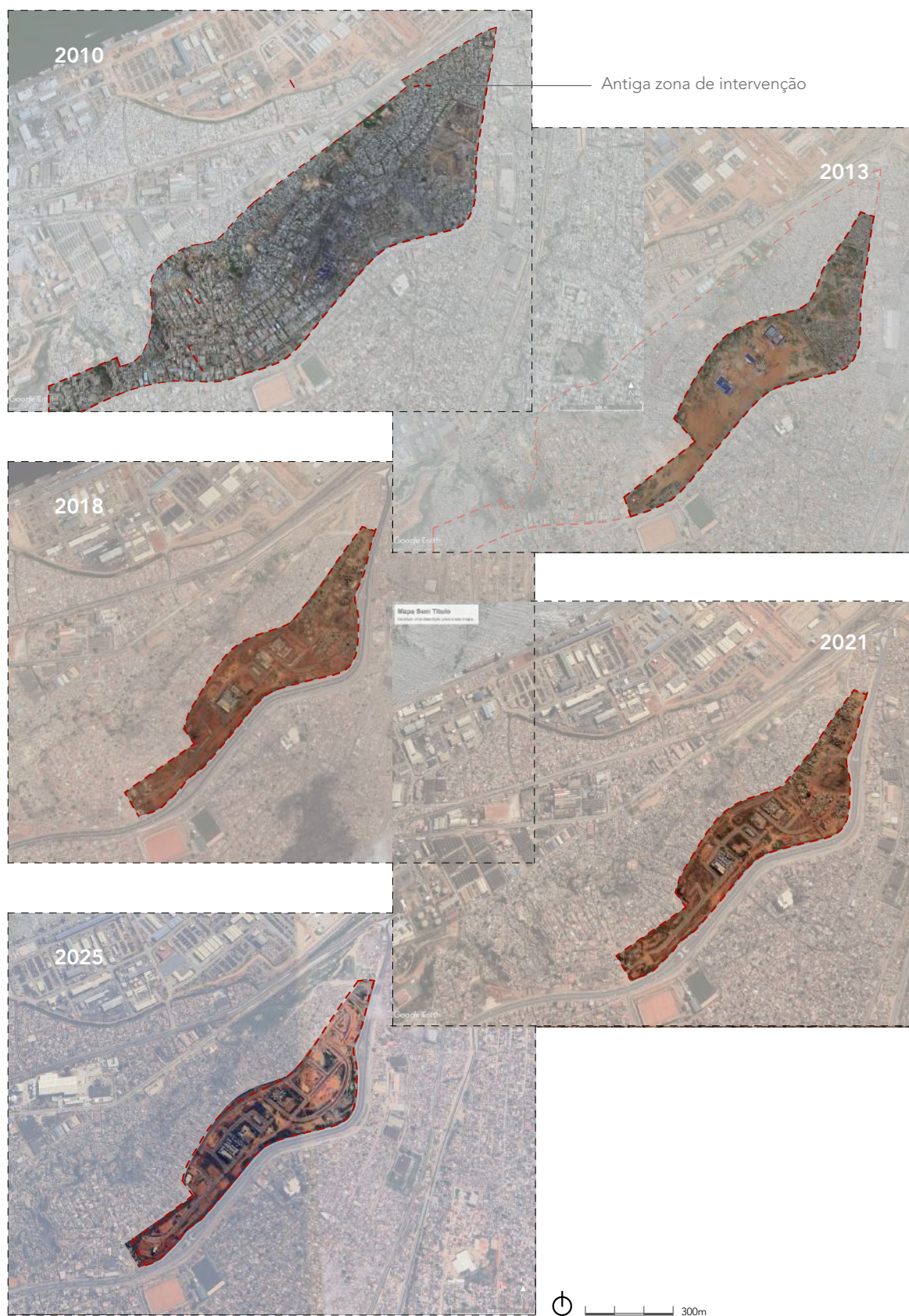


Fig. 57. Vista aérea da evolução do Plano de Urbanização e Requalificação das Encostas da Boavista e Sambizanga, desde 2010 à atualidade.

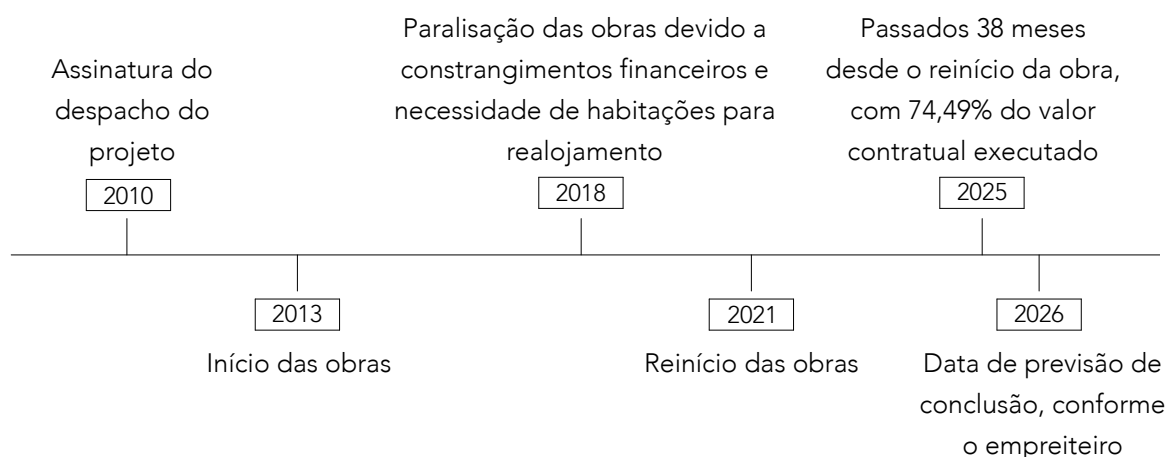


Fig. 58. Cronologia dos acontecimentos mais marcantes ao longo do projeto.

Contudo, o aspeto mais controverso não se encontra apenas no atraso das obras, mas no próprio modelo de realojamento e na forma como este interfere com as dinâmicas sociais e culturais do território. Esta gestão é feita em articulação com a Comissão de Moradores, que comunica às famílias a sua remoção com cerca de um mês de antecedência, procedendo à contagem de membros por agregado familiar e organizando a redistribuição para novos apartamentos. Porém, este processo tem sido frequentemente marcado pela desarticulação, pela ausência de escuta ativa e pela desconsideração das dinâmicas sociais pré-existentes. Em espaços de apenas 9m², onde habitavam até 4 famílias separadas apenas por chapas metálicas, a remoção abrupta e a deslocação para zonas distantes como Zango ou o Sequele (a mais de 40 km do centro urbano) resultam numa rotura com os vínculos territoriais e redes de apoio, desestruturando o quotidiano das famílias. Mais preocupante ainda, é o facto de muitos moradores, uma vez realojados, não se adaptarem às novas condições. Há casos em que os moradores vendem as sanitas por necessidade económica ou por não estarem habituados ao seu uso, ou em que se manipulam os contadores de água por não conseguirem suportar os custos associados à propriedade legal da habitação. Em muitos casos, as pessoas regressam ao antigo musseque e arrendam ou vendem o novo apartamento. Este fenómeno reflete uma falha profunda de abordagem, na medida em que, ao ignorarem o modo de vida, as práticas sociais e as estruturas comunitárias, a requalificação urbana converte-se num processo de deslocação forçada, sem suporte cultural e continuidade social.

PLANO DIRETOR GERAL DO CAZENGA, SAMBIZANGA E RANGEL

O *Plano Diretor Geral do Cazenga, Sambizanga e Rangel* foi desenvolvido pela empresa *Urban Internacional Consultants*, apresentado em maio de 2013, após um relatório preliminar de visão, divulgado em outubro de 2012. O processo foi promovido pelo Governo Provincial de Luanda, com o objetivo de orientar a reconversão urbana dessas áreas, integrando soluções de habitação, mobilidade, infraestrutura, espaços verdes e drenagem. Entre os conceitos chave, estavam ideias de *Cidade Verde*, *Cidade Compactada* e *Cidade Inclusiva*, alinhadas com princípios de planeamento sustentável.

O conceito de *Cidade Verde* propõe a criação de um sistema contínuo de parques lineares que funcionam como macro-drenagem, integrando as lagoas existentes e conectando-as às linhas de água. Este elemento é considerado a inovação central do plano, uma vez que utiliza as lagoas como bacias naturais de retenção, ampliando-as e rodeando-as com espaços verdes de uso público e equipamentos coletivos, transformando assim as limitações do espaço em oportunidades sustentáveis.¹²⁸



Fig. 59. Sistema de Parques Lineares.

Por sua vez, a *Cidade Compactada* aborda mobilidade, acessibilidade e densidade urbana. A proposta prevê uma malha ortogonal de avenidas estruturantes, espaçadas a cada 300 metros, ajustada à topografia e pré-existências, de maneira a organizar o espaço urbano. Essa malha define setores ou bairros com ocupação densa, otimizado equipamentos e reduzindo deslocamentos. Para alcançar as altas densidades previstas, o plano previa construção em altura, combinada com espaços livres e rede viária generosa.¹²⁹



Fig. 60. Carta de Rede de Mobilidade.

¹²⁸ DIAS, Miguel Luís Gonçalves. *Fantasia globais e realidades Locais. O Projecto de Reconversão Urbana do Cazenga e do Sambizanga*. FAUP, 2020. Dissertação de Mestrado sob orientação do Professor Doutor Álvaro Domingues. p.119.

¹²⁹ *ibidem*. p.120.

Por último, a *Cidade Inclusiva* propõe integrar diferentes classes sociais em uma comunidade coesa, prevendo, em 20 anos, a construção de 70 mil habitações sociais¹³⁰.

O plano destina 21% da área para comércio, serviços, indústria e logística, 6,6% para equipamentos públicos e 12% para parques lineares. Estes parques articulam-se entre si através de grandes avenidas e, no cruzamento com a Avenida Ngola Kiluange, estava previsto um centro comercial, administrativo e cultural.¹³¹

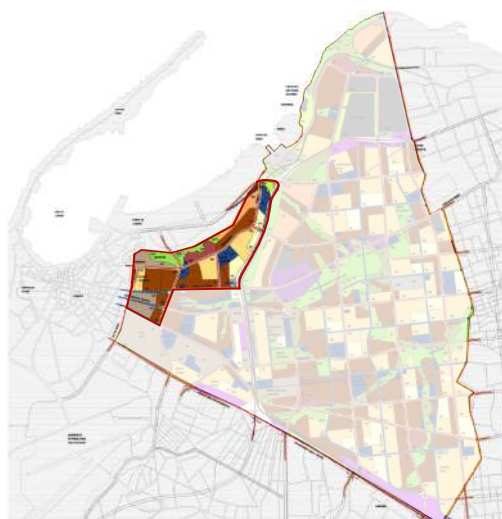


Fig. 61. Planta de Ordenamento do Plano Diretor.

De maneira geral, o plano trouxe inovações, como a proposta de um sistema contínuo de parques lineares para macro drenagem, aproveitando lagoas existentes e reestruturando a rede viária para melhorar a sua conexão. A densidade populacional tinha como previsão reduzir de 3,2 para 2,44 milhões de habitantes, com densidade média de 45 mil hab/km². Apesar de bem estruturado no papel e com visão integrada, a execução enfrentou obstáculos, como a falta de financiamento contínuo, ausência de coordenação institucional e dificuldades na regularização fundiária. Além disso, problemas como a elevada densidade de ocupações informais, resistência de moradores à remoção e instabilidade económica, atrasaram ou inviabilizaram-se várias fases do projeto. Com isto, o plano não avançou como previsto, permanecendo em grande parte como diretriz estratégica, sem concretização plena no terreno.



Fig. 62. Imagem 3D de uma Avenida Principal do projeto.

¹³⁰ O correspondente a 15-20% da população, segundo os censos de 2014

¹³¹ *ibidem*. p.122.

Reflexões

Ao longo das últimas décadas, as tentativas de transformação urbana em Luanda revelam um padrão recorrente: a dificuldade de levar um projeto do papel à realidade. Independentemente da escala ou ambição, todos os projetos anteriormente expostos mostraram constrangimentos idênticos, como a complexidade fundiária, limitações financeiras, instabilidade política, falta de coordenação institucional e, acima de tudo, o distanciamento entre o planeamento formal e as dinâmicas sociais dos musseques. Estes projetos, grande parte de grande escala, apresentam propostas tecnicamente sólidas e com benefícios claros, como a melhoria de infraestruturas, ordenamento do território, criação de espaços verdes e novas centralidades, resultando numa melhor qualidade de vida. Porém, na sua execução, tendem a tratar o território informal com um vazio a preencher, ignorando totalmente a existência de um tecido social denso, com redes de apoio, economias locais e uma história coletiva. Neste tipo de assentamentos, a modernização tende a surgir à custa da desarticulação da vida comunitária, da deslocação forçada e da desvalorização de valores culturais. Numa cidade como Luanda, projetos construídos com a comunidade tendem a ser mais sustentáveis a longo prazo, mesmo que a transformação seja mais lenta. O exemplo do *Projeto Piloto do Sambizanga*, por exemplo, mostrou que melhorias incrementais, combinadas com fortalecimento institucional local, criam mudanças duradouras sem romper os vínculos que dão vida ao musseque. A exposição destas três intervenções, enquanto estado da arte para este caso de estudo, demonstram como, neste contexto, a boa intenção dos planos de requalificação urbana se revela insuficiente quando desconsidera a real dimensão dos desafios. A cidade enfrenta uma população em rápido crescimento e fortemente concentrada, um quadro económico vulnerável e uma estrutura político-administrativa com capacidades limitadas para assegurar a execução e fiscalização eficazes. Nessas circunstâncias, projetos de grande escala acabam por se tornar de difícil controlo e raramente alcançam plenamente os seus objetivos.

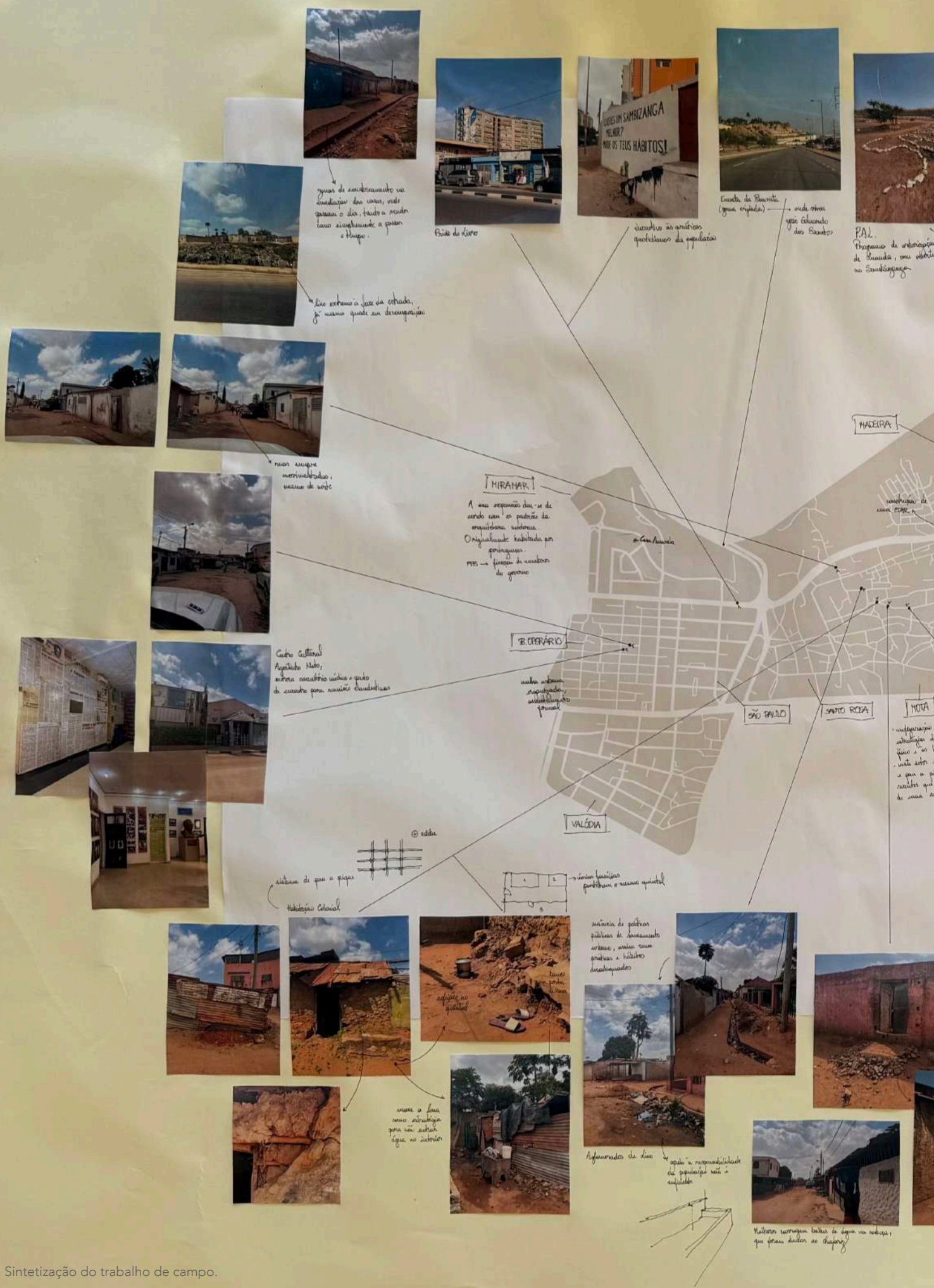
No âmbito do realojamento das famílias para zonas periféricas como o Zango e Sequele, rompem-se vínculos territoriais e redes de apoio, destruindo-se o quotidiano de uma vida inteira. Os comportamentos que daí se desencadeiam, como a resistência à adaptação, venda ou abandono das habitações atribuídas, retorno ao bairro original e práticas informais de sobrevivência, evidenciam respostas diretas a um planeamento que ignora modos de vida, estratégias económicas e valores comunitários acumulados por gerações. Ao tratar o musseque como um espaço a limpar ou reconstruir, o projeto desvaloriza o património imaterial, a memória urbana e a cultura de uma comunidade, substituindo-os por uma arquitetura padronizada e desconectada do contexto. Assim, determina-se que a preservação das redes sociais e das identidades locais é uma condição essencial para qualquer transformação construtiva que se queira *sustentável*.

3.3. Trabalho de Campo

O presente trabalho de campo insere-se no âmbito da análise urbana e social do município do Sambizanga, com enfoque em alguns dos seus setores. Para tal, recorreu-se a uma visita intensa ao terreno, complementada por conversas informais, entrevistas semi-estruturadas e observação direta. Através de um questionário, aplicado de forma flexível ao longo da visita, foi possível recolher uma série de dados qualitativos que permitissem traçar uma leitura integrada do território. Esta metodologia pré estabelecida não foi utilizada apenas como suporte para a recolha de informação, mas também como ponto de partida para diálogos espontâneos, reveladores das narrativas pessoais e coletivas que atravessam a vida no musseque.

O trabalho procurou ainda mapear sistemas construtivos existentes atualmente, identificar os modos de ocupação do solo e perceber em que medida a população se sente pertencente e integrada socialmente.

Ao privilegiar o contacto direto com a população, pretendeu-se captar as múltiplas camadas que definem o espaço urbano informal não apenas como um problema de planeamento, mas como expressão de uma urbanidade própria, moldada pela história, resistência de um passado. Esta abordagem permitiu também refletir criticamente sobre os processos de transformação que atualmente ameaçam a permanência destes espaços, sublinhando a importância de sistemas inclusivos que reconheçam o valor social e cultural dos musseques.





→ Retiraram a população,
desapareceu o
fórum e o mercado - no



→ a maior parte das pessoas
para o dia das eleições
das suas casas



Reconstrução no Sagrado
(40 Km de distância)

→ Casa que deu
lugar em 2013!



Reconstrução em Pinarzinho?

→ área nova de habitação no
redondo a maioria da população
de que era antes, depois
da construção da ponte e da
da infraestrutura

→ áreas novas de habitação
que agora o setor de habitação,
nada mais de
5000 habitações por dia, fase
urgente.



→ Rua 12 de julho

→ Antigo Campo dos Rendeiros
(superfície de uma topografia)



Campo Santo Santiago



2



→ Rua 12 de julho

→ mercado informal
ao longo da rua

LIXEIRA

→ Causada principalmente por uma mudança,
Contrato direto com a administração do Caguará,
uma a linha férrea, perto da zona de terra
onde se encontra também a linha, impedindo
muitas vezes o comércio de circular.

→ Rua 12 de julho
(Antes Antea, Naveas)
que depois o Mar e
a divisa.

→ urbanização ordenada
adaptada ao meio
ambiente natural
→ urbanização ordenada
adaptada ao meio
ambiente natural
→ urbanização ordenada
adaptada ao meio
ambiente natural



Casa de Maribon



→ pequena rede?



→ uma rede para ajudar
que a água não se alie
nessa para rede da estrutura



→ Mercado Comunitário

→ grupo de empreendedores locais,
unidade é atualmente usado
em apenas 10% de que era
anteriormente.

→ resultado do aumento
do mercado informal
(após fecho do Parque Santiago)



→ sistema criado para obter que
a água da chuva não para o interior

| Reconhecimento Territorial

O Sambizanga, além de marcado por uma identidade coletiva enraizada na luta pela autodeterminação e na força da vida comunitária, é também um espaço heterogéneo, onde convivem realidades espaciais e sociais bastante distintas.

O trabalho de campo realizado para a recolha de dados contou com a visita a cinco setores do Município, cada um com características próprias e trajetórias históricas diferentes, refletindo tanto a precariedade dos musseques como a consolidação de áreas urbanas formais - dualidade que tanto caracteriza a urbanização de Luanda. Assim, o reconhecimento dos setores internos ao Sambizanga é fundamental para uma leitura crítica do bairro como espaço de memória, de resistência e de pertença, para posteriormente serem propostas soluções que integrem estas mesmas características.

MIRAMAR

O setor do Miramar foi criado a partir dos anos 30, numa altura em que a zona era ainda dominada por capim e pequenas vegetações. A sua denominação remete à sua localização privilegiada, já que a sua geografia faz dele um miradouro natural sobre o mar. Atualmente dividido em dois quarteirões, este bairro consolidou-se como um dos melhores bairros de Luanda, pelas suas moradias de alto padrão, pela sua urbanização, pela presença de espaços de lazer qualificados, e também pelo simbolismo de um lugar carregado de história.

A sua expansão deu-se de acordo com os padrões da arquitetura modernista e foi habitada inicialmente por residentes de origem portuguesa. A sua notoriedade surgiu principalmente a partir de 1975, aquando da fixação de membros do governo e grandes políticos de Angola e figuras proeminentes da elite política. Um exemplo marcante é a antiga residência de José Eduardo dos Santos, antigo presidente da República, que residiu durante alguns anos na “Casa Amarela”, um palacete com uma vista privilegiada sobre o mar.

A encosta circundante foi moldada em taludes, realçando a apropriação do espaço urbano como expressão de poder político sobre o território. Além disso, toda esta zona é fortemente vigiada, encontrando-se rodeada por forças policiais e seguranças privados, que reforçam a sua condição de área reservada e de elevado controlo institucional. A própria malha urbana dá-nos a entender que o seu espaço foi habitado pelos colonos e que o consolidaram como um assentamento formal.



Fig. 64. Vista aérea do bairro do Miramar.

BAIRRO OPERÁRIO ("Bê Ó")

O Bairro Operário, conhecido localmente como "Bê Ó", começou a ser povoado também nos anos 30 e ocupa uma posição estratégica no coração de Luanda. Uma das suas particularidades urbanas reside no facto de no seu espaço territorial não existirem becos, o que contribui para uma organização espacial distinta em relação aos musseques.

O bairro acolheu desde cedo uma população heterogénea, composta por pessoas oriundas de várias províncias de Angola, o que conferiu ao espaço um carácter plural e multicultural. Um dos episódios mais significativos da história do Bairro Operário está associado à figura de Agostinho Neto (1922-1979), primeiro presidente da República de Angola. Era neste setor que se situava a casa da sua família, construída em adobe pelo seu pai. Após a sua formação em Medicina, em 1947, Agostinho Neto utilizou a sua residência como consultório médico, prestando cuidados de saúde à população local e, simultaneamente, apoiando os combatentes na luta anticolonial. Era também o espaço onde ele e muitos daqueles que eram contra o regime salazarista se reuniam clandestinamente para discutir assuntos relacionados com a luta pela independência nacional. Hoje, a antiga casa é o Centro Cultural Agostinho Neto.



Fig. 65. Vista aérea do Bairro Operário.

Com o desenvolvimento urbano e a construção de edifícios de habitação coletiva, o setor da construção civil expandiu-se significativamente entre o final da década de 60 e início da década de 70. Esta transformação atraiu um número crescente de operários, o que acabou por legitimar a designação “Bairro Operário”. Um exemplo paradigmático desta época é o antigo Campo do Machado, hoje Largo Deolinda Rodrigues, onde foram erguidos três edifícios de seis andares cada, representando o esforço de modernização habitacional.

Para além dos operários e pequenos funcionários públicos, o bairro foi também casa de intelectuais (muitos deles entre os chamados “assimilados”), estudantes e famílias que criaram entre si laços de proximidade e solidariedade. Esta convivência entre classes e perfis diversos moldou um espírito comunitário forte, que ainda hoje se sente nas dinâmicas sociais do bairro.



Fig. 66. Rua do Bairro Operário.



Fig. 67. Centro Cultural Agostinho Neto.



LIXEIRA

O setor da Lixeira tem origem nas antigas propriedades da família africana Mangueira, natural de Luanda, sendo posteriormente transformado em depósito de resíduos pela Câmara Municipal, o que lhe conferiu o nome atual. Esta designação espelha uma lógica colonial e pós-colonial de marginalização espacial, atribuindo quase um valor secundário a este território e à população. Atualmente, são vistos ainda grandes aglomerados de lixo, muitos já em fase avançada de decomposição, transmitindo a ideia de ausência de políticas públicas de saneamento urbano adequadas.

Historicamente, o bairro acolheu uma comunidade significativa de cidadãos cabo-verdianos que, na altura em pleno mato, ergueram as primeiras habitações em madeira, trazendo consigo práticas culturais e sociais próprias. Com o tempo, a população nacional foi substituindo gradualmente os primeiros residentes, mas os traços de diversidade cultural permanecem no tecido social deste espaço. Em termos de saúde e cuidados médicos, a carência de serviços públicos é evidente. Os setores da Lixeira e do setor vizinho, Mota, partilham o único centro de saúde local, onde uma equipa reduzida, composta por aproximadamente 40 profissionais, atende turnos intensivos de cerca de 300 pacientes por dia, fora os casos de urgência.¹³² A precariedade que se vive nestes setores refletiu-se na improvisação de alguns espaços no centro de saúde, como por exemplo a transformação da copa em sala administrativa. Não existem sistemas de ventilação ou ar condicionado, e a escassez de medicamentos é recorrente, dependendo muitas vezes de solicitações pontuais à direção da saúde do município. Por último, a localização geográfica da Lixeira, em contacto direto com o município do Cazenga através da linha férrea, agrava ainda mais a sua situação ambiental. As águas pluviais descem pelos declives e arrastam consigo os resíduos acumulados, provocando enchentes e contaminação. Embora a administração municipal reconheça a gravidade do problema, o apelo à responsabilidade da população não é suficiente.



Fig. 68. Rua com lixo em decomposição e sem rede de esgotos e saneamento.

¹³² Informação fornecida por técnicos do Centro de Saúde.



Fig. 69. Rua do setor da Lixeira.



Fig. 70. Vista para a Rua 12 de julho.



Fig. 71. Campo Mário Santiago (Campo da Revolução).

MOTA

O setor do Mota adquiriu esta denominação com o apelido de um antigo comerciante europeu que foi o primitivo proprietário dos terrenos onde se situava.

A configuração urbana deste musseque evidencia estratégias de adaptação ao meio físico e às limitações económicas, traduzidas, por exemplo, nas casas parcialmente enterradas. Estas habitações, muitas delas surgidas no período colonial, encontram-se ainda hoje cerca de um metro abaixo do nível do solo, o que pode ser interpretado como uma resposta ao clima quente, aproveitando o solo como isolante térmico, mas também como uma solução construtiva mais acessível, que economizava materiais. Este tipo de implantação revela ainda uma capacidade de adaptação ao relevo acidentado da zona, e simboliza a resiliência de uma população

excluída das políticas habitacionais formais, que procurou soluções funcionais no meio da adversidade. Contudo, esta adaptação trouxe também vulnerabilidade. O Mota é hoje um dos setores mais afetados por inundações durante a época das chuvas. As ruas tornam-se intransitáveis e as casas, especialmente as de construção mais frágil, são frequentemente invadidas por água e lama. A ausência de sistemas de drenagem e escoamento agrava o cenário, deixando os moradores a tratar autonomamente os efeitos dos desastres naturais.

Ainda que algumas das habitações mais recentes tenham sido construídas com o apoio de uma empresa pública de construção, persistem muitas casas feitas de madeira, chapa metálica, adobe e pau a pique. Esta justaposição entre construções consolidadas e estruturas precárias demonstra a persistência da desigualdade urbana dentro do mesmo território, e levanta questões sobre a eficácia e abrangência das intervenções estatais, mas também revela o investimento das famílias na melhoria das suas habitações e o recorrente processo incremental para a concretizar.



Fig. 72. Rua do bairro do Mota.



Fig. 73. Casa de madeira parcialmente enterrada no solo.



Fig. 74. Relação entre os pisos no interior e exterior.



Fig. 75. Habitação tradicional do período colonial, de pau a pique.

MADEIRA

O setor da Madeira localiza-se na zona norte do município do Sambizanga e é marcado por uma topografia acidentada, que lhe confere uma posição privilegiada sobre a cidade e o mar. Contudo, essa mesma inclinação expõe muitas habitações a um elevado risco de colapso, sobretudo durante a estação das chuvas.

A água escoia pelas encostas com alguma força, infiltrando-se no solo e provocando deslizamento de terras que comprometem a estabilidade das construções, colocando em perigo a vida dos moradores.

Paralelamente, a morfologia do terreno favorece a acumulação de resíduos sólidos nas zonas mais baixas, onde o lixo se deposita arrastado pelas enxurradas, criando focos de insalubridade e agravando ainda mais as condições de habitabilidade. O nome do setor advém do material inicialmente mais utilizado na construção das habitações, a madeira, o que remete para práticas vernáculas adaptadas à escassez de recursos e à informalidade dos processos de ocupação urbana. Apesar das condições socioeconómicas adversas, observa-se hoje neste setor um cenário relativamente mais consolidado em termos materiais: as casas são geralmente construídas com blocos de cimento, há maior presença de vegetação e um uso espontâneo e coletivo do espaço exterior, que reforça o sentido de comunidade. É comum ver moradores sentados à porta, reunidos à sombra de árvores, em atividades quotidianas partilhadas, testemunhando o valor social do espaço público e das redes de vizinhança. Para além destes valores culturais e comunitários, o setor da Madeira possui um elevado potencial imobiliário devido à sua localização e vistas privilegiadas, despertando o interesse de agentes públicos e privados. O posicionamento do bairro no centro das atenções de projetos de modernização urbana, implicam intervenções profundas no tecido existente. Contudo, tal como abordado anteriormente, o que para o mercado é um território valioso, para a população local representa o risco de deslocação e a perda de um modo de vida enraizado, que dificilmente poderá ser replicado nas novas centralidades propostas.



Fig. 76. Reutilização de bidões de água para colocar plantas e criar um espaço mais privativo.



Fig. 77. Vista aérea para parte da encosta.



Fig. 78. Jovem a passar a tarde na sombra.



Fig. 79. Muro que separa a obra do bairro. Comércio informal na rua, com sombra criada com paus de madeira e panos.

| Análise e Interpretação dos dados recolhidos

A informação recolhida através do trabalho de campo realizado permitiu retirar algumas ilações e reflexões acerca das questões mais preocupantes que sustentam a vivência no bairro do Sambizanga. A observação direta e os testemunhos dos moradores revelaram um conjunto de práticas sociais, formas de organização comunitária e estratégias de sobrevivência que reduzem estes territórios a espaços desvalorizados. Contrariamente a este facto, os dados recolhidos mostram que o Sambizanga é um espaço vivo, dotado de memória, de relações fortes de vizinhança e de um tecido social resiliente.

A realidade quotidiana dos moradores do Sambizanga evidencia a centralidade do espaço comunitário nas suas rotinas. Embora muitas das casas não tenham acesso direto à rua, várias famílias partilham o mesmo quintal, que funciona como prolongamento da habitação.

É neste espaço comum que os moradores passam grande parte do dia, realizando nele também refeições, muitas vezes confeccionadas sobre brasas acesas no chão, recorrendo a painéis improvisados.

Este modo de vida realça não só as dificuldades de uma simples atividade quotidiana, como também reforça o caráter coletivo do bairro e a importância da convivência diária fora dos limites físicos da casa.



Fig. 80. Preparação de refeição no chão, em quintal comum a três casas.



Fig. 81. No próprio quintal são improvisadas casas de banho e espaços de estar, maioritariamente com chapas metálicas, lonas e paus de madeira. Os moradores recorrem também à pedra para delimitar espaços, apoiar as estruturas ou até mesmo impedir que as águas da chuva possam descer para o interior.

A organização comunitária também se destaca através da Comissão de Moradores que, neste contexto, assume um papel ativo na articulação entre a população e a administração municipal. Verifica-se uma relação de proximidade entre os representantes da administração local e o coordenador da Comissão, sendo este responsável por comunicar diretrizes, como prazos de desocupação de casas e transmitir as necessidades e preocupações dos moradores. A sua sede está localizada na área de intervenção para a requalificação da encosta da Boavista, no setor da Madeira, reforçando o seu papel institucional e operativo.

A vida em comunidade manifesta-se ainda no relacionamento entre vizinhos. Apesar de a convivência não ocorrer tanto no interior das casas, há uma cultura de socialização em espaços da rua, frequentemente marcados pela presença de música e venda informal de produtos e alimentos locais. Esta forma de interação reforça os laços sociais e o sentimento de pertença local, num bairro onde a maioria da população vive há muitos anos e se conhece mutuamente. Nos últimos anos, o Sambizanga passou por mudanças significativas, sobretudo em relação ao comércio e à segurança. O encerramento do emblemático Mercado Roque Santeiro, em 2011, teve um impacto profundo na economia local. Conhecido por ser o maior mercado a céu aberto de África (equivalia a cinco campos de futebol), o Roque Santeiro não era apenas um espaço comercial, mas também um reflexo da economia informal gerada em tempos de crise. A deslocação dos vendedores para o Mercado do Panguila revelou-se ineficaz, dada a distância e as dificuldades de acesso. Em consequência, o comércio informal ressurgiu à porta das casas, transformando-se numa nova realidade socioeconómica do bairro. Esta mudança levou a disputas entre vendedoras, motivadas por horários e clientela concorrentes. O Mercado Camponês, outro espaço de importância histórica, sofreu igualmente com esta transição, sendo hoje subutilizado, com apenas 10% da sua área em funcionamento.



Fig. 82. Mercado Camponês atualmente.

Quanto à segurança, o bairro, anteriormente estigmatizado como uma das zonas mais perigosas de Luanda, registou melhorias. A criação da chamada “turma do apito” em 2020, grupo de vigilantes informais que se mascaravam e patrulhavam o bairro, trouxe uma sensação inicial de segurança, mas o seu comportamento autoritário levou à substituição por conselhos de vigilância legalmente reconhecidos, integrando a população na segurança, de forma mais estruturada e legítima.



Fig. 83. Mercado Camponês atualmente.



Fig. 84. Criança a voltar da escola, aparentemente com medo.

Observou-se também uma crescente necessidade, por parte de alguma população, de se aproximar dos seus locais de trabalho, de aquisição da própria casa, condicionada naturalmente pelas possibilidades financeiras de cada agregado familiar, mas com a clara preferência por habitações que correspondessem ao seu estilo de vida e às exigências do quotidiano. Assim, as prioridades atuais dos moradores centram-se, de forma clara, na melhoria das condições de vida no local onde já vivem. Em vez de desejar o realojamento, a população reivindica intervenções concretas como o aumento do número de chafarizes e a garantia do seu normal funcionamento. Assim sendo, nos testemunhos recolhidos evidencia-se um desejo profundo de permanência com dignidade, num território carregado de memória, relações sociais e valor patrimonial. A análise da componente infraestrutural e construtiva do Sambizanga, com base nos testemunhos recolhidos, revela um panorama marcado por carências materiais, mas também por uma profunda criatividade vernácula, uma organização social solidária e um saber técnico tradicional que sobrevive através da prática coletiva. Nas habitações visitadas, os agregados familiares apresentam-se, em média, compostos por 4 a 6 pessoas, embora em muitos casos o número ultrapasse as 10, refletindo uma densificação significativa da ocupação residencial. Esta densidade tem impacto direto na habitabilidade e contribui para a sobrecarga das frágeis infra-estruturas existentes.

Historicamente, o processo construtivo das habitações reflete as limitações económicas que resultaram das guerrilhas do período colonial e as soluções locais encontradas pela população face a essa realidade. Sem acesso a blocos de cimento ou materiais convencionais, os moradores recorreram ao uso de madeira local, capim e adobe, produzindo casas de pau a pique, que ainda hoje se encontram, especialmente no setor do Mota, zona mais propícia a inundações. Estas casas eram construídas de forma colaborativa, com os vizinhos e familiares a juntarem-se, geralmente ao sábado, para erguerem a estrutura, num processo que também incluía momentos da comunidade. A distância entre as casas de capim era cuidadosamente respeitada para evitar a propagação de incêndios, o que demonstra a consciência sobre questões de segurança e que pode justificar também, em parte, o planeamento informal urbano.

Com o tempo, e à medida que surgiram novas necessidades e pequenas melhorias económicas, as casas foram sofrendo adaptações. Em algumas áreas, como o setor do Mota e da Madeira, observam-se construções coloniais que foram parcialmente revestidas com blocos, numa tentativa de proteger os interiores das infiltrações de água. No interior, a divisão dos espaços é feita muitas vezes com chapas metálicas, permitindo que várias famílias coabitem dentro do mesmo lote. Esta transformação informal revela tanto a escassez de alternativas habitacionais quanto a resiliência e adaptação dos residentes, por piores que sejam as condições.



Fig. 85. Casas de madeira, do período colonial, revestidas posteriormente com blocos de pedra.

As infraestruturas básicas, contudo, mantêm-se precárias. O saneamento é praticamente inexistente na maioria dos setores e, embora a eletricidade funcione de forma intermitente, há soluções populares como a chamada “energia do puxa-puxa”, em que os residentes criam ligações improvisadas que derivam da rede pública ou de moradores com contratos formais com a rede. Quando estas falham, são feitas novas ligações, numa lógica de autogestão e improvisação técnica.

O acesso à água é um dos principais fatores prejudiciais nas condições de higiene das habitações e representa um dos principais desafios. A maioria das famílias depende de chafarizes¹³³ públicos instalados estrategicamente em função da rede da EPAL, mas nem todos funcionam e a distância até aos pontos ativos é por vezes significativa. Este esforço recai principalmente sobre as mulheres, que transportam baldes de água na cabeça, ao longo da distância que for preciso alcançar, perdendo ainda parte do volume pelo caminho, e sobre os homens, através de bidões maiores. A própria qualidade da água também se degrada com a distância ao centro de tratamento, o que levanta preocupações de saúde pública. Em situações de maior dificuldade, os moradores apoiam-se mutuamente ao permitir o acesso à água a partir das suas casas, demonstrando espírito de solidariedade comunitária, ou através da compra em redes informais de distribuição, muitas vezes a preços muito mais elevados e sem controlo de qualidade.



Fig. 86. Mulher transportando água até casa.

¹³³ Os chafarizes são geralmente construções que podem ser do tipo ornamental ou não, provida de uma ou mais bicas, de onde sai água potável. Localizam-se em locais abertos ao público, como praças ou jardins. No caso dos musseques, os chafarizes fizeram parte das políticas públicas de integração urbana dos territórios mais vulneráveis, implementados pela primeira vez a partir da década de 60.



Fig. 87. Mulher carregando água num balde.



Fig. 88. Crianças a brincar num chafariz desestruturado.

No que toca à questão da *Terra* em Angola, depois da independência em 1975, toda a terra foi nacionalizada e passou a ser propriedade do Estado. Desde então, em bairros como os do Sambizanga, não existe propriedade privada da terra, apenas direitos de uso e aproveitamento, geralmente concedidos por prazos longos e renováveis. Porém, na prática, a maioria da população não possui títulos formais, o que faz com que as transações ocorram de forma informal, através da compra e venda apenas das construções, muitas vezes sem reconhecimento legal. Esta situação gera uma insegurança fundiária constante, em que a falta de documentação gera contestações, conflitos e realojamentos, sobretudo quando o Estado declara áreas de utilidade pública. No Sambizanga, essa vulnerabilidade atua paralelamente ao desejo de permanência, enfatizando a resiliência da população que, mesmo sem garantias legais, continuam a afirmar o valor social e patrimonial do território.

As chuvas intensas representam um fator de risco adicional, afetando gravemente o bairro. Setores como o Mota, onde a topografia é plana e o sistema de drenagem quase inexistente, tornam-se intransitáveis durante os períodos de chuva. As casas ficam submersas, o lamaçal impede totalmente a circulação de veículos e os moradores são forçados a criar muros e barreiras com pedras à entrada de casa e limpezas manuais com baldes e outros materiais improvisados. No setor da Madeira, a inclinação do terreno permite algum escoamento natural, e os materiais de construção são ligeiramente mais resistentes, o que contribui para uma menor vulnerabilidade. Por fim, o conforto térmico das habitações é extremamente reduzido, sendo que as casas construídas em chapa metálica ou blocos de cimento, sem qualquer tipo de revestimento, atingem muitas vezes os 40°C. A resposta a este problema é, mais uma vez, marcada por respostas possíveis, onde as pessoas socializam debaixo das árvores, abrem portas e janelas para promover ventilação cruzada e sugerem medidas simples, como o uso de panos, lonas e vegetação.



Fig. 89. Rua após situação de chuva intensa.



Fig. 90. Encosta no setor da Madeira, com amontoado de lixo arrastado pela chuva.



Fig. 91. Proteção da entrada através de um muro e pedras, impedindo que a chuva e o lixo entrem.



Fig. 92. Proteção da entrada de casa com muro.



Fig. 93. Elevação da cota da entrada e muro à volta.



Fig. 94. Ruas com águas sujas e estagnadas, que dificultam por vezes a mobilidade da população e, em casos extremos, a passagem de viaturas, criando simultaneamente situações de insalubridade e riscos de saúde.



3.4. Proposta

Expostas as fragilidades atuais, é urgente contribuir para desenvolver estratégias urbanas inclusivas, sustentáveis e faseadas, que respeitem os tempos e as prioridades da população, construindo soluções a partir de dentro, em diálogo com os saberes e práticas locais, também já referidas.

À semelhança da metodologia que se seguiu aquando da abordagem dos *Indicadores e Subindicadores da Qualidade de Vida no Sambizanga*, propõe-se agora um conjunto de possíveis estratégias que contornam as fragilidades anteriormente expostas. Estas estratégias estruturam-se a partir de um conjunto de temas centrais, identificados como os mais determinantes para a melhoria das condições de vida nos musseques, sem que isso implique a sua substituição ou eliminação. Estes temas, representados graficamente num primeiro momento, organizam-se em diferentes áreas de intervenção, de maneira a responder à problemática em questão:

- Acesso a Água Potável*
- Saneamento e Tratamento de Resíduos*
- Segurança da Posse de Terra*
- Qualidade da Habitação*
- Núcleos Comunitários*

Importa referir que o propósito central desta proposta não é a definição de um plano rígido de intervenção, mas a construção de um quadro de referência flexível, capaz de orientar políticas públicas, iniciativas comunitárias e projetos técnicos, transformando os assentamentos informais de forma gradual e sustentável. As estratégias aqui apresentadas devem, portanto, ser entendidas como possibilidades de ação, ilustrativas de caminhos que devem ser explorados mediante os problemas identificados no território e a participação ativa das comunidades envolvidas.



Fig. 95. Atividades quotidianas e dinâmicas comunitárias em assentamentos urbanos informais.

A abordagem metodológica adotada cinge-se a uma lógica analítica estruturada, que será aplicada de forma uniforme a todas as estratégias. Como tal, para cada uma destas serão considerados três eixos fundamentais:

1. **Estratégia:** descrição e fundamentação da ação proposta, explicitando o seu objetivo e enquadramento.
2. **Fragilidades:** identificação dos limites, riscos ou obstáculos que podem comprometer a sua implementação.
3. **Soluções:** proposta de medidas de superação, mitigação ou adaptação, garantindo maior viabilidade e sustentabilidade à estratégia.

Ao colocar em evidência tanto as fragilidades quanto as soluções, pretende-se demonstrar que a transformação dos musseques deve ser encarada como um processo incremental e inclusivo, fundado no aproveitamento dos recursos locais, na valorização das práticas comunitárias e na promoção de metodologias sustentáveis.

Este modelo de análise permite compreender cada estratégia não apenas como uma solução técnica, mas como um processo dinâmico, sujeito a desafios e ajustes. Desta forma, a proposta reafirma o seu caráter exploratório e propositivo, colocando-se ao serviço de um debate mais amplo sobre como requalificar sem eliminar, e como construir alternativas urbanas que conciliem a melhoria das condições de vida com o respeito pela identidade social e cultural das comunidades.

| Campos de Atuação e Estratégias



Fig. 96 Esquema dos Campos de atuação e respetivas estratégias.

| Objetivos e Ações



Fig. 97. Infograma de objetivos e ações das estratégias anteriormente apresentadas.



ACESSO A ÁGUA POTÁVEL

RECOLHA DE ÁGUAS PLUVIAIS, ABASTECIMENTO E POTABILIZAÇÃO

ESTRATÉGIAS

A implementação de sistemas de recolha de água da chuva e de gestão comunitária de abastecimento apresenta-se como uma resposta complementar à escassez de serviços públicos, ao mesmo tempo que promove o envolvimento ativo da população.

A recolha de água pluvial pode ser realizada através da instalação de calhas de zinco ou telhas sobre coberturas ligeiramente inclinadas, direcionando a água para reservatórios como bidões, depósitos de plástico ou tanques de cimento. Dada a limitação temporal da estação chuvosa, torna-se pertinente a criação de cisternas comunitárias de grande capacidade, associadas a infraestruturas com coberturas amplas, como escolas, centros comunitários ou mercados. Contudo, a recolha de águas pluviais não garante, por si só, o acesso contínuo nem seguro à água potável. A irregularidade da precipitação, limitada à estação chuvosa, e os riscos de contaminação durante a captação e armazenamento tornam necessária a articulação destes sistemas com soluções de abastecimento mais estáveis e seguros. Um sistema de abastecimento coletivo apresenta, a longo prazo, custos mais baixos e benefícios sociais claros, ao proporcionar melhores condições de saúde, maior possibilidade de poupança para as famílias e um meio ambiente mais saudável. Além disso, a potabilização adequada da água, através de processos como *filtração*, *cloração* ou *fervura*, é indispensável para que a água consumida seja segura. Assim, os sistemas de recolha de águas pluviais devem ser entendidos como complementares, reforçando o esforço comunitário, mas integrando, sempre que possível, uma estratégia mais ampla de abastecimento de água potável.

FRAGILIDADES

- Culturais: a adoção de novos hábitos de gestão de água pode gerar resistência numa fase inicial, sobretudo em contextos de práticas consolidadas informais.
- Técnicas: o correto dimensionamento dos sistemas de captação e armazenamento é essencial para evitar perdas, infiltrações ou até contaminação da água.
- Operacionais: a manutenção regular dos sistemas, a definição de regras de uso partilhado e a coordenação de responsabilidade podem constituir desafios em comunidades com estruturas organizáveis frágeis.

- **Capacitação Comunitária:** campanhas de sensibilização e programas educativos podem reforçar a compreensão dos benefícios ambientais e sanitários, promovendo mudanças de comportamento de forma gradual.
- **Apoio Técnico:** a colaboração com técnicos locais, comissões de moradores ou ONG's pode assegurar o dimensionamento adequado das infraestruturas e o acompanhamento da sua manutenção.
- **Gestão Participativa:** a criação de comissões comunitárias de água permite estabelecer regras de uso partilhado, garantir a transparência na distribuição dos recursos e fomentar economias circulares de pequena escala. Paralelamente, a utilização das águas pluviais pode ser redirecionada para a ampliação e manutenção de espaços verdes urbanos, bem como a irrigação de hortas familiares e comunitárias, promovendo a segurança alimentar local, a melhoria do microclima e a valorização ambiental dos territórios.



Fig. 98. Esta imagem representa possíveis pontos de recolha de águas pluviais para cisternas comunitárias, no setor de referência, Mota. A lógica seguida teve em conta locais amplos, e ao mesmo tempo centrais,, em relação ao quarteirão em que está circunscrito. Evitou-se a sua posição em espaços de interseção de ruas e em praças, de maneira a que os espaços destinados ao acesso a água potável não reduzissem os espaços de encontro e convívio social.



SANEAMENTO E DRENAGEM DE RESÍDUOS

ESTRATÉGIAS

1. PAVIMENTAÇÃO E DRENAGEM SUSTENTÁVEIS

A implementação de soluções sustentáveis de pavimentação, drenagem e saneamento é fundamental para a melhoria das condições físicas, ambientais e sanitárias dos espaços urbanos. Enquanto o sistema de drenagem pluvial tem por objetivo captar e conduzir as águas das chuvas, o sistema de saneamento é responsável pelo transporte e tratamento das águas residuais domésticas e industriais em Estações de Tratamento de Águas Residuais (ETAR), assegurando a proteção da saúde pública e dos recursos hídricos.

No âmbito da drenagem, estratégias como pavimentos permeáveis, valas de infiltração e canais dimensionados de acordo com o relevo local, possibilitam não apenas o escoamento eficiente das águas pluviais, mas também a recarga dos aquíferos. No saneamento, a separação adequada entre as redes de águas residuais e as águas pluviais é essencial para evitar a sobrecarga dos sistemas de tratamento e garantir a eficiência do processo. Estas soluções, quando desenvolvidas com técnicas construtivas simples e materiais de baixo custo, além de promoverem a sustentabilidade ambiental, favorecem a replicabilidade em diferentes contextos territoriais.

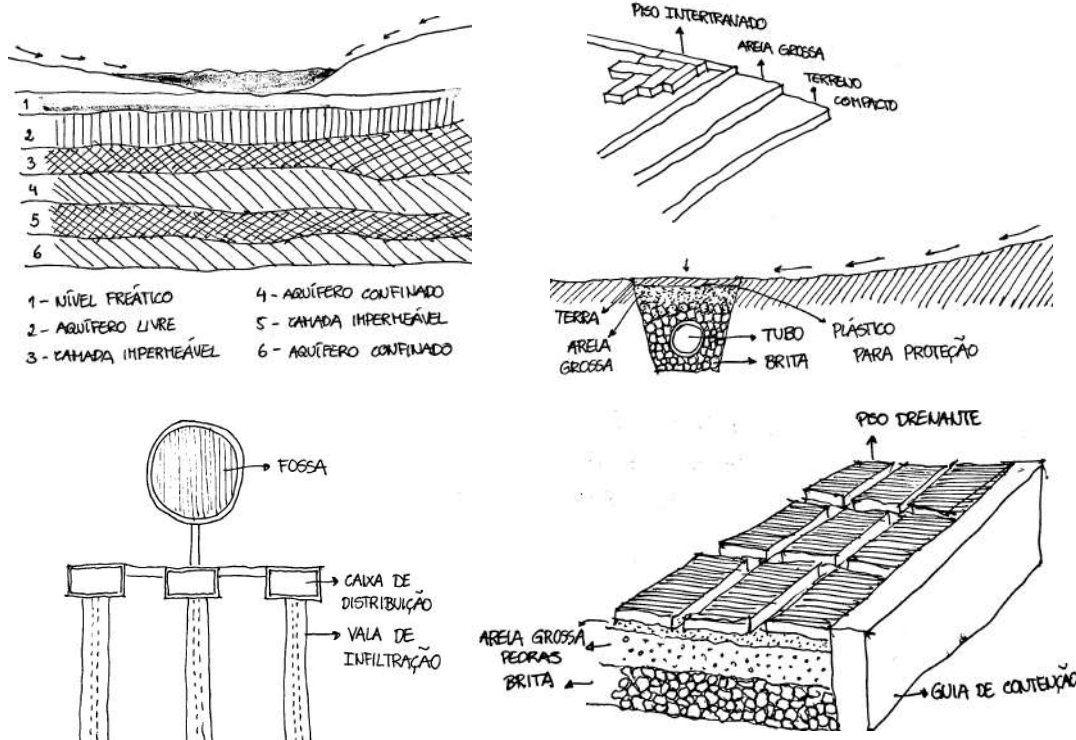


Fig. 99. Representações esquemáticas de possíveis pavimentações e sistemas de drenagem sustentáveis.

- Limitações Económicas: a pavimentação, ainda que em soluções alternativas, requer um investimento inicial significativo, muitas vezes incompatível com os recursos locais.
 - Questões Técnicas: a construção de sistemas de drenagem adequados exige conhecimento específico, sob risco de má execução e consequentes falhas.
 - Manutenção Contínua: a acumulação de sedimentos ou resíduos sólidos pode comprometer o funcionamento das valas e canais, exigindo ações regulares de limpeza e conservação.
 - Integração entre Saneamento e Drenagem: a inexistência ou má separação entre as redes de águas residuais (saneamento) e de águas pluviais (drenagem), gera sobrecargas no sistema, levando ao transbordo de esgotos, poluição hídrica e riscos acrescidos para a saúde pública. A falta de uma infraestrutura integrada compromete tanto a eficiência do tratamento das águas residuais como a gestão sustentável das águas pluviais.
- **Uso de Técnicas Modulares:** optar por soluções progressivas, como pavimentos de blocos intertravados ou materiais locais reutilizados, reduz custos e facilita reparações.
 - **Apoio Técnico-Comunitário:** capacitar moradores e associações locais para a execução e manutenção dos sistemas garante maior durabilidade e reduz dependências externas.
 - **Gestão Partilhada:** envolver a população em iniciativas coletivas ou sistemas de limpeza periódicas fortalece o sentido de responsabilidade coletiva e prolonga a eficácia das infraestruturas.



Fig. 100. Bambu para o efeito de tubagens.



Fig. 101. Pedras que se encontram na própria rua para entulho.



Fig. 102. Blocos feitos com terra, comprimidos com tábuas de madeira e secos pelo sol, improvisando estruturas.

2. INSTALAÇÃO DE PONTOS FIXOS DE RECOLHA DE LIXO

ESTRATÉGIA

A criação de pontos fixos de recolha de lixo em locais estratégicos do bairro constitui uma resposta prática ao problema da insalubridade e da deposição irregular de resíduos. Estes pontos, devidamente sinalizados e acessíveis, funcionam como locais de concentração temporária dos resíduos, facilitando a sua recolha posterior por serviços públicos ou cooperativas comunitárias. Esta estratégia contribui para a diminuição de aglomerados de lixo que se encontram atualmente espalhados pelas ruas e estimula uma participação social ativa na gestão do espaço comum.

FRAGILIDADES

- Infraestruturas Inadequadas: pontos de recolha mal dimensionados ou sem proteção podem transformar-se em focos de contaminação ou de pragas.
- Falta de Recolha Regular: sem a articulação com serviços públicos ou iniciativas comunitárias, os pontos fixos podem acumular resíduos excessivos.
- Resistência Cultural: em comunidades habituadas ao descarte informal, a adoção de novos pontos de recolha pode enfrentar dificuldades de aceitação.

SOLUÇÕES

- **Estrutura Adequada:** instalar contentores resistentes, com tampa e drenagem apropriada, assegura maior higiene e reduz riscos ambientais.
- **Articulação Institucional:** estabelecer parcerias entre associações locais e entidades municipais garante a recolha regular e o encaminhamento para aterros ou reciclagem.
- **Educação Comunitária:** campanhas de sensibilização e envolvimento de líderes locais podem incentivar o uso correto dos pontos de recolha e promover práticas de redução e separação de resíduos.

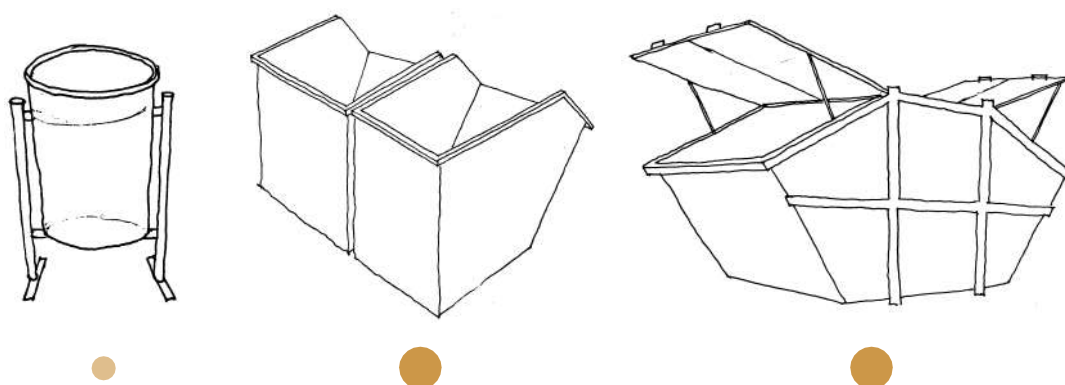


Fig. 103. Esta imagem representa possíveis pontos fixos de recolha de lixo, mais uma vez, no setor de referência, Mota. A lógica seguida teve em conta uma distribuição equilibrada e de fácil acesso, permitindo que camiões consigam aceder ao local sem terem de transportar manualmente o lixo. No caso de ruas estreitas, podem-se instalar pontos em perímetros acessíveis e criar micro pontos de recolha internos, de onde o lixo é posteriormente levado até aos fixos.



SEGURANÇA DA POSSE DE TERRA

REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA PARTICIPATIVA

ESTRATÉGIA

A regularização fundiária participativa consiste em reconhecer formalmente o direito de posse e o uso da terra por parte dos moradores, através de processos coletivos, inclusivos e adaptados à realidade local. Esta abordagem procura garantir que cada família ou grupo tenha segurança jurídica para ocupar e controlar uma porção de terra, reduzindo a vulnerabilidade e assegurando maior estabilidade habitacional.

Ao contrário de processos centralizados e burocráticos, a regularização participativa envolve diretamente a comunidade na definição de limites, no mapeamento do território e na mediação de conflitos, promovendo maior transparência e legitimidade. Ademais, ao reconhecer oficialmente os direitos de posse, cria-se um ambiente propício ao investimento incremental das famílias em melhorias habitacionais e infraestruturais.

FRAGILIDADES

- Complexidade Institucional: os processos de regularização podem enfrentar entraves burocráticos, sobreposição de competências institucionais e falta de clareza das leis atuais.
- Conflitos de Interesse: disputas sobre limites de terrenos, diferentes formas de ocupação e reivindicações concorrentes podem gerar tensões dentro da comunidade.
- Risco de Gentrificação: a valorização fundiária resultante da regularização pode atrair investimentos externos, pressionando economicamente os moradores originais.

SOLUÇÕES

- **Simplificação Legal e Administrativa:** desenvolver procedimentos flexíveis e adaptados à realidade local, apoiados por instrumentos legais específicos que reconheçam a posse comunitária.
- **Mediação Comunitária:** colocar as comissões de moradores a apoiar o mapeamento, resolver conflitos e garantir que as decisões refletem efetivamente o interesse coletivo.
- **Apoio Institucional e Financeiro:** subsidiar custos de registo e documentação, assegurando que famílias de baixa renda não sejam excluídas do processo.
- **Garantias de Permanência:** introduzir mecanismos legais que impeçam a venda especulativa imediata e assegurem que a regularização beneficie prioritariamente os moradores originais.

CASOS PRÁTICOS

Em Moçambique, o acesso ao *Direito de Uso e Aproveitamento da Terra (DUAT)* consistiu na legislação e num processo continuado de regularização fundiária participativa, que articulou o município, organizações locais e moradores dos bairros informais para garantir segurança da posse de terra. O método seguiu seis passos, desde o levantamento social ao parcelamento urbano participativo e entrega dos títulos de DUAT às famílias. A grande inovação foi envolver ativamente a comunidade na definição dos limites das parcelas e na reorganização do espaço urbano, o que não só reduziu conflitos e custos, como também fortaleceu o tecido social. Entre 2011 e 2017 foram atribuídos cerca de 40.000 DUAT's, garantindo às famílias proteção contra um crescimento mais justo e sustentável, transformando bairros informais em espaços reconhecidos e integrados na cidade formal.



Fig. 104. Esquema ilustrativo "O Caminho ao DUAT".

Esta imagem representa de forma simplificada as etapas para obtenção do *Direito de Uso e Aproveitamento da Terra* em Moçambique. O processo começa com a identificação da comunidade, seguida pela definição dos limites e organização do espaço. Depois, há a construção coletiva de infraestruturas básicas e a participação comunitária na concepção urbana. Em seguida, os moradores solicitam oficialmente o documento e, por fim, recebem o DUAT formalizado. O esquema destaca a importância da participação comunitária e da formalização do território como caminho para integrar bairros informais na cidade formal.

No Perú, o *Programa Nacional de Formalização da Propriedade (COFOPRI)* tornou-se um dos maiores esforços de regularização fundiária da América Latina. Milhões de famílias em bairros informais receberam títulos de propriedade, resultado de um processo massivo de levantamento e validação comunitária das ocupações. Para os moradores, estas medidas significaram a transição da insegurança para a segurança jurídica, condição essencial para investir em melhorias na casa, ter acesso a crédito e construir trajetórias mais estáveis de vida. Do ponto de vista urbano, a formalização ampliou a capacidade de arrecadação fiscal e criou condições para que o Estado expandisse infraestruturas e serviços, reduzindo desigualdades e incorporando áreas antes marginalizadas à dinâmica formal da cidade.¹³⁴



Fig. 105. Processo de formalização.

¹³⁴ PERU. Gobierno del Perú- COFOPRI. *Cofopri formalizó más de 2 millones 830 mil propiedades urbanas en todo el país*. Lima, 2023. Disponível em: <https://www.gob.pe/institucion/cofopri/noticias/729738-cofopri-formaliza-mas-de-2-millones-830-mil-propiedades-urbanas-en-todo-el-pais>. Acesso a 30 de agosto de 2025.



QUALIDADE DA HABITAÇÃO

1. ASSESSORIA TÉCNICA À CONSTRUÇÃO INCREMENTAL PARTICIPATIVA

A assessoria técnica à construção incremental participativa consiste em oferecer apoio especializado às famílias que pretendem construir ou ampliar as suas casas de forma gradual, garantindo maior qualidade e segurança estrutural. Trata-se de um modelo que reconhece a realidade da autoconstrução e procura qualificá-la, através da presença de arquitetos, engenheiros e técnicos que possam orientar soluções de baixo custo, adaptadas às condições locais.

ESTRATÉGIA

- Déficit de Recursos Técnicos: a ausência de profissionais disponíveis ou acessíveis pode dificultar a implementação.
- Custos Associados: mesmo serviços simplificados podem representar encargos adicionais para famílias em situação de vulnerabilidade.
- Aceitação Social: em contextos onde a autoconstrução é uma prática mais consolidada, pode haver resistência à intervenção de técnicos externos.

FRAGILIDADES

- **Programas Públicos de apoio:** desenvolver procedimentos flexíveis e adaptados à realidade local, apoiados por instrumentos legais específicos que reconheçam a posse comunitária.
- **Capacitação Local:** formação de jovens moradores como auxiliares técnicos, fortalecendo o conhecimento interno da comunidade.
- **Integração Cultural:** promover uma atuação colaborativa, em que o técnico apoia sem substituir a lógica da construção comunitária.

SOLUÇÕES

CASO PRÁTICO

O Projeto *Casas Melhoradas*, desenvolvido entre 2013 e 2023, em Maputo, Moçambique, é uma iniciativa que visa melhorar as condições habitacionais de grupos de baixo rendimento em assentamentos informais.

Este projeto foi conduzido em três eixos principais: desenvolver métodos de construção alternativos que melhorem a qualidade e reduzam o custo das habitações; criar tipologias habitacionais que utilizem o espaço e a infraestrutura de forma mais económica; e promover a construção de habitação acessível através de parcerias público-privadas para ampliar os efeitos positivos. A abordagem adotada teve como base a *incrementalidade*, permitindo que as famílias ampliem as suas casas ao longo do tempo, conforme os seus recursos financeiros e sem comprometer a segurança e a organização do bairro. O projeto foi desenvolvido em *quatro fases*, cada uma delas construída com a participação de empreiteiros locais, utilizando tecnologias e técnicas construção conhecidas localmente, permitindo a sua realização com custos baixos e materiais sustentáveis. Além disso, o projeto contribuiu para a melhoria da infraestrutura urbana e para a promoção de uma maior coesão social nas comunidades envolvidas.



Fig. 106. FASE 1: Construção de habitação pré-fabricada com madeira local e zinco.



Fig. 107. FASE 2: Construção de habitação de dois andares, em madeira leve, assentada sobre uma base de betão.



Fig. 108. FASE 3: Construção de habitação pré-fabricada com madeira local e zinco.



Fig. 109. FASE 4: Construção de duas casas geminadas de dois andares, com a possibilidade de adicionar um terceiro andar.

2. EDUCAÇÃO COMUNITÁRIA E CAPACITAÇÃO

A educação comunitária e a capacitação dos moradores constituem estratégias fundamentais para promover a sustentabilidade social, ambiental e económica a longo prazo. Estas ações procuram sensibilizar e envolver a população em torno de práticas de higiene, gestão de resíduos, conservação da água, construção segura e manutenção das infraestruturas. Além disso, a capacitação fomenta o desenvolvimento de competências locais, permitindo que os próprios moradores participem ativamente na implementação e gestão das soluções propostas. Ao reforçar laços sociais e a consciência ambiental, este processo amplia a participação ativa e fortalece a autonomia comunitária.

- Baixo Nível de Escolarização: limita a assimilação de conteúdos técnicos e pode dificultar a compreensão de práticas sustentáveis.
- Descontinuidade: iniciativas pontuais, sem continuidade ou até mesmo acompanhamento, tendem a perder impacto ao longo do tempo.
- **Metodologias Adaptadas:** utilizar abordagens pedagógicas acessíveis, com recurso a materiais visuais, oficinas práticas e linguagem próxima da realidade local.
- **Programas Contínuos:** criar processos educativos permanentes, associados a escolas, núcleos comunitários e organizações locais, garantindo a consolidação de aprendizagens.
- **Lideranças Locais:** reunir moradores da própria comunidade que são formados para transmitir conhecimentos e práticas aos restantes vizinhos, aumentando a adesão a boas práticas.



Fig. 110. Educação comunitária para capacitação da população no envolvimento do projeto.

ESTRATÉGIA

FRAGILIDADES

SOLUÇÕES

3. CONSTRUÇÃO BIOCLIMÁTICA PASSIVA E USO DE MATERIAIS LOCAIS

ESTRATÉGIA

A adoção de princípios de construção bioclimática passiva e o aproveitamento de materiais locais (como blocos de terra comprimida, adobe, taipa, bambu, madeira, palha, capim, folhas de palmeira, pedras ou blocos artesanais de cimento) procuram melhorar o conforto térmico das habitações e reduzir a dependência de recursos externos. O desenho arquitetônico orientado para uma boa ventilação, o sombreamento natural, a pintura do telhado de branco podem reduzir a necessidade de soluções artificiais enquanto o uso da terra, madeira e outros recursos disponíveis contribuem para uma construção mais sustentável e economicamente viável.

FRAGILIDADES

- Limitações Técnicas: falta de conhecimento sobre técnicas bioclimáticas pode resultar em construções mal adaptadas.
- Percepção Social: materiais locais, como a própria terra, podem ser associados a precariedade e falta de modernidade.
- Durabilidade: alguns materiais exigem manutenção mais frequente, o que pode ser visto como desvantagem.

SOLUÇÕES

- **Capacitação e Difusão de Conhecimento:** oficinas e programas educativos podem transmitir técnicas simples e eficazes.
- **Revalorização Cultural:** campanhas que associem os materiais locais a práticas sustentáveis e identitárias ajudam a mudar percepções.
- **Soluções Híbridas:** combinar materiais locais com técnicas modernas de reforço aumenta a durabilidade sem perder o caráter sustentável, como por exemplo a estabilização de terras com cimento.

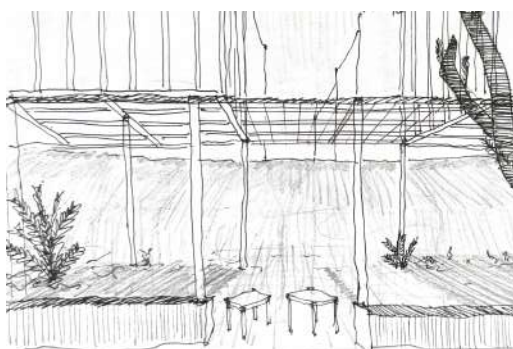


Fig. 111. Sistemas de sombreamento com estruturas de ferro e vegetação.

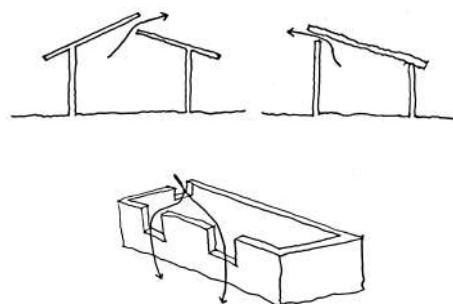


Fig. 112. Aberturas entre paredes e a cobertura para ventilação e abertura de janelas para criar correntes de ar no interior.



Fig. 113. Tabique, um sistema de construção com grelha de madeira e terra misturada com palha e fibras.



Fig. 114. Taipa, tem ganho novas versões ao longo das últimas décadas, permitindo uma construção mais racional e sólida.

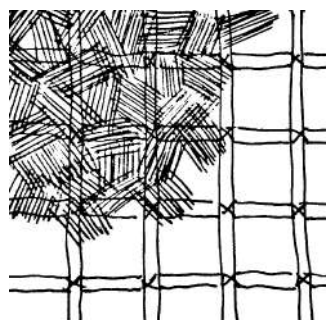


Fig. 115. Pau a pique, outro sistema leve, executado por quadros de madeira onde são presos por arames, cordas ou pregos.

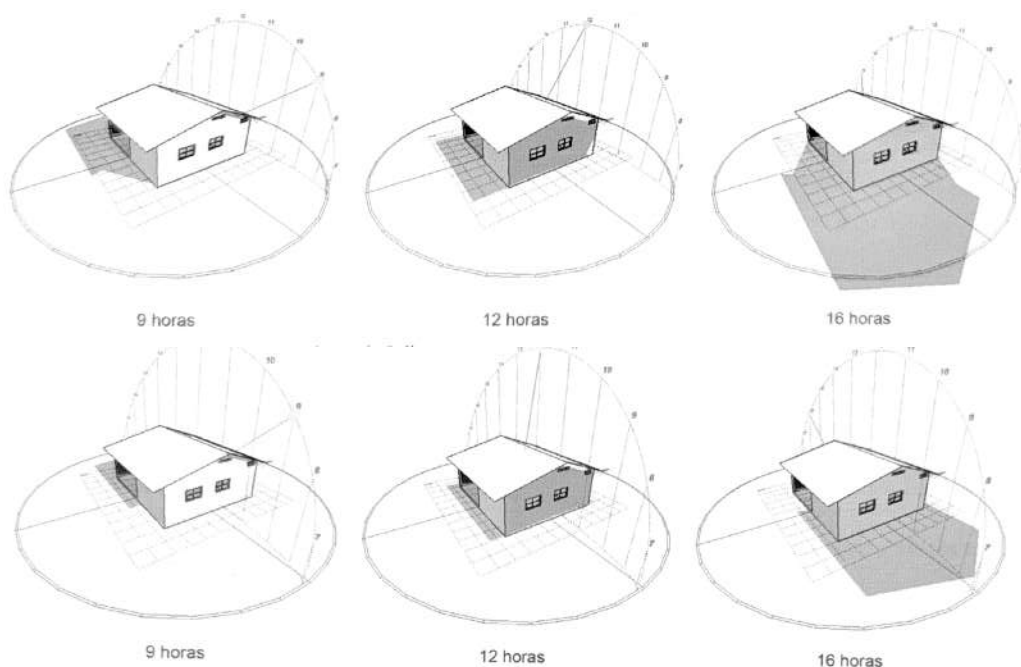


Fig. 116. Percurso solar de inverno e de verão em Angola, respetivamente.

Compreender o percurso solar e aplicar esse conhecimento, mesmo em construções simples e de baixo custo, é um fator crucial para melhorar a qualidade de vida das famílias nos assentamentos informais de Luanda. Uma má orientação pode resultar em casas muito quentes, tornando os ambientes internos desconfortáveis e até insalubres. Se a fachada principal ou as aberturas maiores estiverem voltadas para poente (oeste), por exemplo, a radiação solar do período da tarde aquece muito as paredes e o interior.

4. MÉTODOS CONSTRUTIVOS ECONÓMICOS E MODULARES

ESTRATÉGIA

Os métodos construtivos económicos e modulares consistem em soluções que permitem a construção faseada e adaptável, de acordo com os recursos financeiros disponíveis das famílias. A modulação possibilita ampliações futuras de forma organizada, garantindo que cada etapa respeite critérios mínimos de qualidade e segurança.

FRAGILIDADES

- Planeamento Inicial Insuficiente: sem um projeto orientador, as ampliações podem resultar em configurações confusas ou inseguras.
- Restrições Financeiras Persistentes: mesmo soluções económicas podem não ser acessíveis a famílias em extrema vulnerabilidade.
- Carências de Materiais Normalizados: a ausência de peças modulares padronizadas pode dificultar a réplica consistente das soluções.

SOLUÇÕES

- **Guias de Construção Incremental:** elaboração de manuais ilustrados que orientem as famílias na expansão segura das habitações.
- **Apoio Financeiro:** programas de crédito comunitário ou cooperativo podem viabilizar investimentos em etapas.
- **Produção Local de Módulos:** incentivar a fabricação comunitária de elementos construtivos padronizados, criando emprego e reduzindo custos.

CASOS PRÁTICOS

O *PREVI, Proyecto Experimental de Vivienda*, implementado em Lima a partir de 1967, foi um programa que surgiu como resposta ao crescimento acelerado da cidade e à sobrelotação nos bairros informais, procurando oferecer alternativas dignas para famílias de baixos rendimentos.

A sua proposta assentou em unidades habitacionais pequenas mas sólidas, que garantiam condições mínimas de qualidade e segurança, e que estavam pensadas desde o início para serem ampliadas de forma progressiva e organizada. Este modelo de construção incremental permitia que cada família adaptasse a sua casa de acordo com os recursos financeiros disponíveis, sem perder a coerência urbana nem gerar situações caóticas de crescimento informal.

O planeamento dos conjuntos incluía ainda ruas, praças e equipamentos coletivos, reforçando a dimensão comunitária e dando resposta às necessidades sociais para além do espaço doméstico. O projeto contou com a colaboração de arquitetos locais e internacionais de grande prestígio, que desenvolveram diferentes tipologias habitacionais com base nos mesmos princípios de baixo custo, modulação e incrementalidade. No total, foram construídas cerca de 500 casas piloto, que ao longo dos anos foram sendo ampliadas e transformadas pelos próprios moradores, confirmando a eficácia do modelo. Embora este projeto não tenha sido aplicado em grande escala no Perú, o PREVI tornou-se uma referência internacional e é, até hoje, estudado como exemplo de habitação social que pode ser pensada como um processo evolutivo. A sua lógica de crescimento faseado e adaptável, aliada a um planeamento urbano organizado, mostrou-se particularmente relevante para contextos de forte pressão demográfica e sobrelotação, semelhantes aos que se vivem nos musseques e em outros bairros informais.¹³⁵

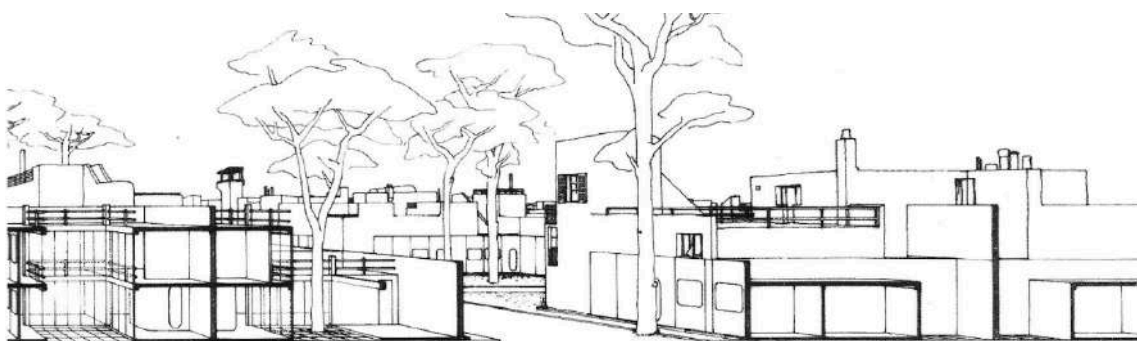


Fig. 117. Corte perspectivo e representativo do projeto implementado.

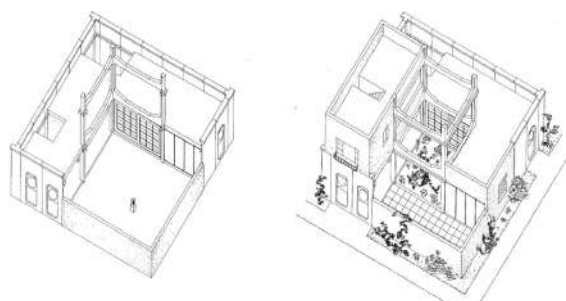


Fig. 118. Ampliação de habitação ao longo do tempo por parte dos moradores.

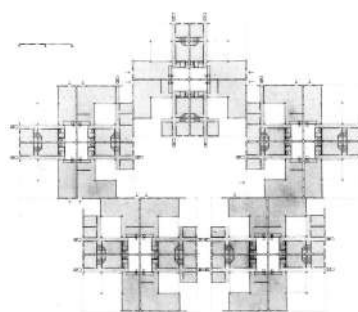


Fig. 119. Planta representativa de uma parcela do projeto, com cheios e vazios que poderão ser completados com o tempo.

¹³⁵ SPÍNDULA, Mateus G. *Proyecto Experimental de Vivienda- PREVI*. Acad. Mateus G. Spindula, CAU-UNILA, 2017. Disponível em: <https://arqcontemporaneas.wordpress.com/wp-content/uploads/2017/02/seminc3a1rio-previ-mateus-g-spindula.pdf>. Acedido a 1 de setembro de 2025.



NÚCLEOS COMUNITÁRIOS

ESTRATÉGIA

1. QUALIFICAÇÃO DE ESPAÇOS PÚBLICOS

A qualificação de espaços públicos consiste em intervenções de maior escala e maior investimento, com o objetivo de transformar áreas densamente ocupadas ou degradadas em locais seguros, acessíveis e propícios à convivência comunitária. Estas ações podem incluir a criação ou requalificação de praças, passeios e zonas de lazer, implementação de mobiliário urbano, pavimentação adequada e espaços verdes permanentes. Quando planeadas em articulação com a comunidade local, estas intervenções promovem a coesão social, melhoram a mobilidade pedonal e oferecem oportunidades de encontro, elevando a qualidade de vida urbana de forma sustentável.



Fig. 120. Alargamento de passeios já existentes e criação de faixas pedonais, mais elevadas em relação à cota da rua, nas imediações das casas.



Fig. 121. Prolongamento de passeios já existentes, fazendo comunicar várias ruas.

- **Custo Elevado:** obras de maior escala exigem investimentos significativos, podendo limitar a sua execução ou manutenção.
- **Complexidade Técnica e Burocrática:** planejamento, licenciamento e coordenação de múltiplos intervenientes tornam o processo mais lento e sujeito a atrasos.
- **Risco de Subutilização:** sem envolvimento efetivo da comunidade, o espaço pode não corresponder às necessidades locais, perdendo funcionalidade e legitimidade

- **Planeamento e Orçamento Rigorosos:** definir custos realistas e utilizar materiais duráveis e de baixo custo de manutenção para garantir a viabilidade financeira e longevidade da intervenção.
- **Participação Comunitária:** envolver moradores no desenho, programação e gestão do espaço, assegurando que as intervenções respondam às necessidades locais e promovam apropriação social.
- **Gestão e Monitorização Contínuas:** implementar planos de manutenção e acompanhamento regular para prevenir degradação, mantendo a funcionalidade e a segurança do espaço público.

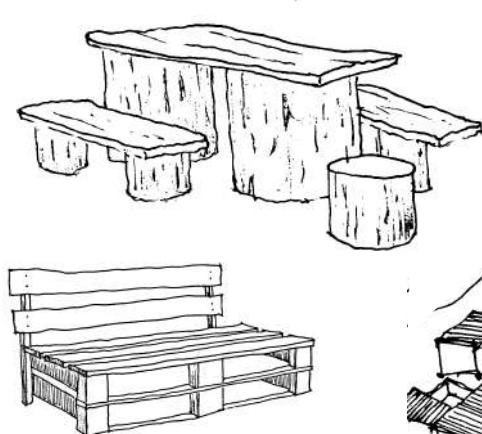


Fig. 122. Criação de mobiliário urbano através do reaproveitamento de paletes, troncos de árvores e tábuas de madeira.

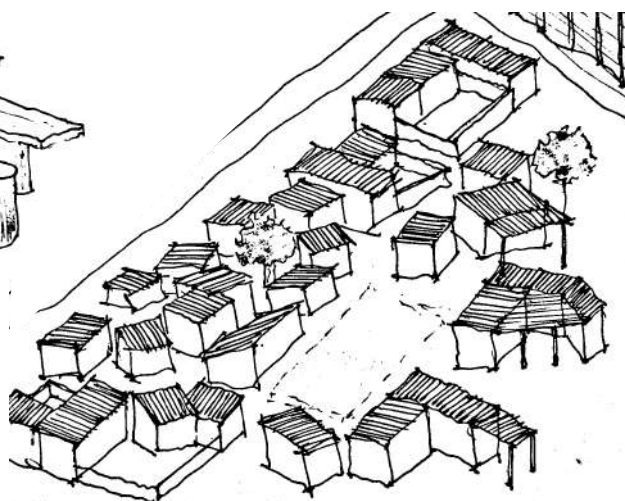


Fig. 123. Criação de praças em locais amplos e desimpedidos, aplicando as estratégias de mobiliário urbano reciclado, plantação de árvores e outros tipos de vegetação, estruturas de madeira com vegetação

O projeto *Outros Bairros*, realizado em Cabo Verde, integra o *Programa de Reabilitação, Requalificação e Acessibilidades (PRRA)* e teve como objetivo qualificar o espaço público de um assentamento informal.

A iniciativa surgiu como um teste metodológico para regenerar o bairro *Alto de Bomba*, em *Monte Sossego*, a partir de uma leitura detalhada do modo de vida local. O processo envolveu o mapeamento do território, inquéritos realizados casa a casa e a elaboração de um plano de intervenção capaz de reconfigurar urbanisticamente o bairro. Mais do que construir novas habitações, o projeto concentrou-se na reabilitação das infraestruturas, ruas e espaços públicos, promovendo acessibilidade, segurança e convivência social. A atuação foi pautada por uma estratégia participativa, que procurou valorizar as práticas e necessidades da população residente, transformando o espaço público num elemento central para a melhoria das condições de vida e para o fortalecimento dos laços sociais.¹³⁶

Este exemplo é particularmente pertinente para demonstrar como a intervenção qualificada no espaço público, assente em princípios de desenho urbano sustentável e inclusivo, pode constituir uma solução eficaz para reverter processos de precariedade urbana, reforçar a coesão social e, em última instância, melhorar de forma significativa a qualidade de vida da população.



Fig. 124. Interação da população com entidades responsáveis do projeto.

¹³⁶ FLORES, Nuno. *Outros Bairros: iniciativa reabilita um assentamento precário em Cabo Verde*. ArchDaily Brasil, 22 ago. 2019. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/923403/outros-bairros-iniciativa-reabilita-um-assentamento-precario-em-cabo-verde>. Acedido a 26 de setembro de 2025.

2. NÚCLEOS COMUNITÁRIOS MULTIFUNCIONAIS

Os núcleos comunitários funcionais consistem na criação de equipamentos de uso coletivo, concebidos para responder a múltiplas necessidades da população em contextos de sobrelotação. Estes espaços podem acolher atividades educativas, culturais, de saúde ou lazer, funcionando como pontos de referência e encontro para a população. Além de aliviar a pressão sobre as habitações, fortalecem os laços sociais e promovem a inclusão de grupos vulneráveis.

ESTRATÉGIA

- Recursos Limitados: a construção e manutenção de equipamentos multifuncionais exige investimento financeiro e apoio institucional.
- Gestão Complexa: conciliar diferentes usos de interesse pode gerar conflitos entre grupos da comunidade.
- Risco de Abandono: se não forem incorporados no quotidiano da população, os núcleos podem perder relevância e tornar-se subutilizados.

FRAGILIDADES

- **Projetos Moduladores e Económicos:** adotar soluções construtivas simples e flexíveis que possam ser expandidas gradualmente conforme os recursos disponíveis.
- **Gestão Participativa:** estabelecer comissões de moradores para gerir o espaço, definindo regras de uso partilhado e responsabilidades coletivas.
- **Integração Programática:** articular os núcleos com serviços públicos, escolas e associações locais, assegurando que funcionem como plataformas vivas de apoio comunitário.

SOLUÇÕES

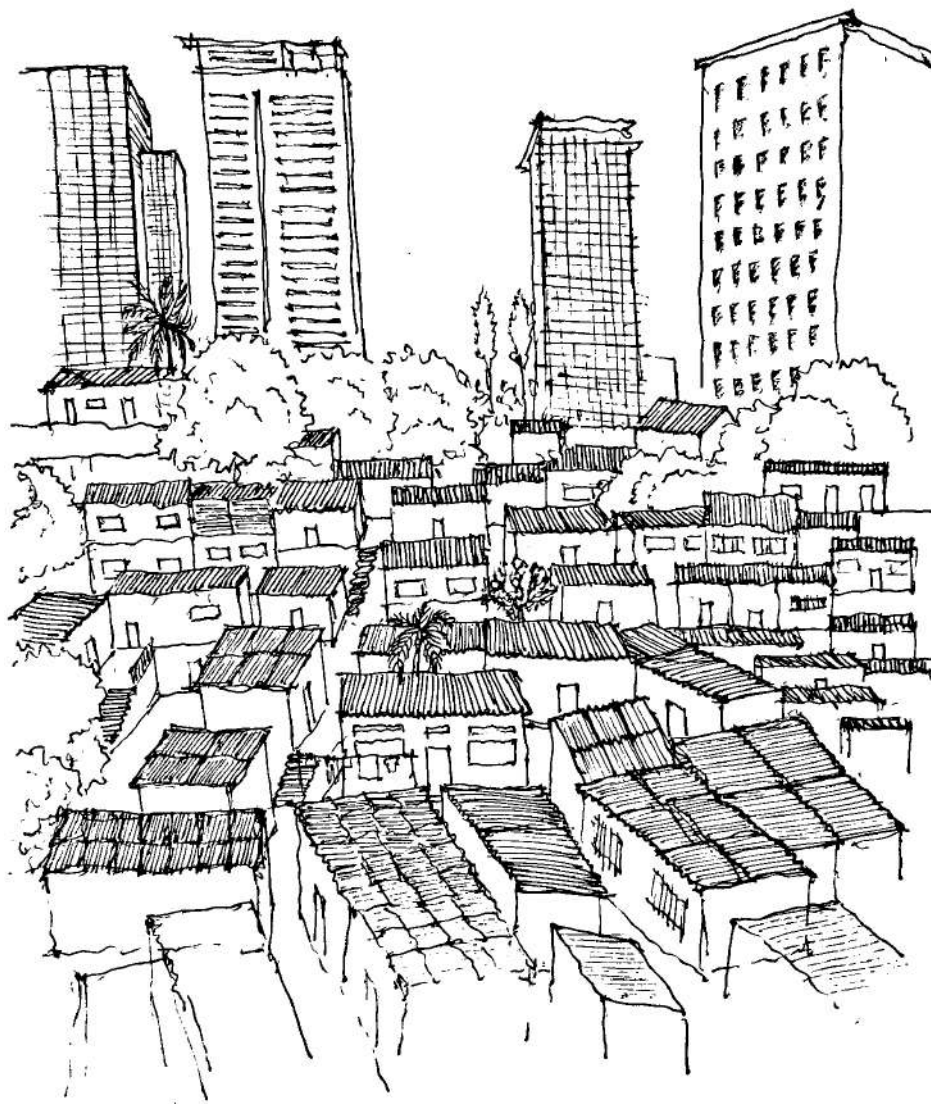
Reflexões

Do ponto de vista espacial, torna-se imprescindível a criação de soluções que respondam às maiores carências da população que habita não só o setor do Mota, como os setores mais fragilizados do Sambizanga. Para promover melhorias infraestruturais sustentáveis nos musseques, é fundamental adotar estratégias adaptadas ao contexto local, que respeitem tanto as características físicas do território como as dinâmicas sociais que o estruturam. O uso de materiais locais e bioclimáticos podem permitir desenvolver soluções construtivas mais acessíveis, eficientes e adaptadas ao clima, reduzindo custos e reforçando o conhecimento de técnicas locais. Apesar de medidas simples e de baixo custo, só têm resultado quando acompanhadas de práticas consistentes de sensibilização e apropriação por parte da comunidade. Ainda assim, neste contexto urbano de precariedade, defende-se que estas soluções têm maior potencial de dissipação e apropriação coletiva, já que não dependem de grandes investimentos ou infraestruturas formais.

Numa abordagem construtiva atual, económica e modeladora, os edifícios devem ser pensados em módulos que podem ser aplicados ao longo do tempo, com a aplicação de métodos como alvenaria em blocos de terra comprimida (BTC), painéis pré-fabricados leves ou estruturas mistas de madeira e alvenaria leve. Estas técnicas exigem menos máquinas de grande porte, podem ser ensinadas facilmente e empregam mão de obra local. Paralelamente, a educação comunitária e capacitação atuam como ferramentas de autonomia, ao promover o acesso ao conhecimento técnico, que por sua vez estimula o pensamento crítico e abre caminhos para a participação ativa na transformação do território.

Do ponto de vista social, acredita-se ser extremamente importante impulsionar o desenvolvimento dos assentamentos informais através da valorização das suas formas próprias de organização e ao promover novas abordagens nestes contextos. Como tal, a construção incremental participativa permite que os próprios moradores conduzam, por etapas, a melhoria das suas condições de vida, ao mesmo tempo que reforçam redes de apoio mútuo e práticas de entreajuda. Apesar das dificuldades no controlo da qualidade das construções a longo prazo, assim como atrasos no processo de autoconstrução e possível ausência de apoio técnico regular, esta abordagem representa, no caso do Sambizanga, uma alternativa realista, justa e adaptável à vida das pessoas.

Assim, a integração entre soluções técnicas acessíveis, processos participativos e valorização das práticas locais revelam-se estratégias viáveis para melhorar as condições de vida da população e a construção de cidades socialmente mais justas.



Considerações Finais

O musseque não é um vazio urbano, é um espaço de *valor material, simbólico e histórico*. A realidade que se vive no Sambizanga, embora seja marcada por carências evidentes, deve ser analisada com uma lente crítica e sensível às soluções que já existem dentro da comunidade. O que está em causa não é apenas a ausência de infraestruturas, mas sobretudo a falta de políticas públicas adaptadas ao contexto social e físico do musseque. A abordagem convencional que procura erradicar ou substituir estes assentamentos, através de modelos habitacionais padronizados e deslocações forçadas, não responde às dinâmicas reais das famílias, nem reconhece o tecido social e os valores patrimoniais já existentes.

A requalificação do Sambizanga, atualmente em curso, é um caso claro de como a sustentabilidade urbana não pode ser reduzida à substituição física do território. Contrariamente ao que tem sido praticado, o processo deveria assentar em princípios de incrementalidade urbana, reconhecendo o esforço coletivo da população em melhorar, ampliar e adaptar as suas casas, ainda que com meios limitados. De facto, uma transformação justa exige um compromisso com as pessoas que habitam esses espaços, nomeadamente com os seus modos de vida, com as suas redes de suporte e com o seu *direito à cidade e permanência digna*. Assim, esta situação mostra-nos como o Sambizanga necessita muito mais do que soluções pontuais e meramente técnicas, exigindo uma mudança na forma como o Estado olha para o musseque, ou seja, não entendê-lo como um espaço a normalizar, mas sim a *valorizar e a fortalecer*.

As estratégias propostas, nos diversos campos de atuação, só se tornam eficazes quando interligadas entre si. A integração de todas as dimensões deve ser entendida como um processo contínuo, em que umas se sustentam às outras, uma vez que a eficácia técnica das intervenções só se torna verdadeiramente relevante quando alinhada com as dinâmicas, necessidades e capacidades da comunidade local. Da mesma forma, o fortalecimento social e comunitário só produz realmente efeitos quando é acompanhado de melhorias físicas que criem condições concretas de vida digna e segura. Este equilíbrio entre o técnico e o coletivo é o que garante que a transformação do musseque seja progressiva, legítima e sustentável, respeitando o território como um *espaço de vida e de memória*.

Torna-se também evidente que qualquer transformação sustentável dependerá fortemente da *educação* e da *reestruturação da mentalidade coletiva da população*. Acredita-se que a participação cívica em debates, espetáculos, concertos, momentos de convívio e outras atividades têm o potencial de alargar os horizontes individuais e fomentar uma reflexão crítica sobre os problemas estruturais que carecem de uma intervenção urgente.

Cada musseque, com a sua história, os seus conflitos e a sua força coletiva, revela o potencial que existe neste tipo de assentamentos informais para se tornarem espaços urbanos legítimos, vivos e socialmente justos, integrando-se no resto da urbanização. É, por isso, urgente abandonar a visão de erradicação dos musseques e substituí-la por estratégias construtivas sustentáveis, incrementais e contextualizadas, que respeitem os tempos e as prioridades da população.

Embora estas estratégias apresentem limitações, os seus riscos são consideravelmente menores do que a expulsão das comunidades para zonas periféricas, desconectadas das suas vidas. Num espaço como o Sambizanga, defende-se que as soluções mais eficazes não são as que demoram mais tempo ou as que recorrem a tecnologias mais avançadas e modernas, são as que combinam uma *sensibilidade cultural, inteligência coletiva e sustentabilidade incremental*.

Em suma, num contexto marcado pela desigualdade social, precariedade e exclusão, estas estratégias não procuram impor modelos externos, mas, sim, fortalecer dinâmicas já existentes e apoiar a transformação progressiva da habitação e do território, com base em princípios de sustentabilidade social e construtiva. Assim, acredita-se que o musseque é um espaço onde a *memória e o futuro se combinam para a (re)construção de uma cidade mais justa*.

Referências

Livros, artigos, periódicos, provas académicas e documentos institucionais:

A. COLETIVO. *Dicionário de Língua Portuguesa*. Coleção Universal. Texto Editora, LDA. 10ª edição. Lisboa, 2002.

AMARAL, Ilídio. *Luanda. Estudo de Geografia Urbana*. Coleção Memórias da Junta de Investigações do Ultramar, nº 53. Lisboa, 1968.

ALEIXO, Joana Rosa Santos; GUEDES, Manuel Correia. *Low cost sustainable building solutions: A study in Angola*. Lisboa: Instituto Superior Técnico, Universidade Técnica de Lisboa, 2008. Disponível em: <https://www.irbnet.de/daten/iconda/CIB17333.pdf>. Acesso em: 18 set. 2025.

ARAVENA, Alejandro; LACOBELLI, Andrés. *Elemental: Incremental Housing and Participatory Design Manual*. 2. ed. Ostfildern: Hatje Cantz Verlag, 2016.

ARCHDAILY. *Angola informal: um olhar sobre os musseques de Luanda*. ArchDaily Brasil, 2020. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/936949/angola-informal-um-olhar-sobre-os-musseques-de-luanda>. Acedido a: fevereiro de 2025.

BAWEJA, Vandana. *Sustainability and the Architecture History Survey*. Enquiry, an open access journal for architectural research. The ARCC Journal. Volume 11. Issue 1. 2014.

BRANQUINHO, Marco. *Arquitetura Sustentável em Climas Tropicais – Escola de Ensino Básico Para Luanda*. Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias – ECATI - Departamento de Arquitetura.

BRAZ, Osvaldo; RAPOSO, Isabel. *Urbanização de Luanda, expansão dos musseques e realojamento dos seus habitantes no novo milénio*. Estudo Prévio. Lisboa: CEACTION/UAL, 2021.

CAIN, Allan. *Development Workshop Angola. Monitoria participativa da Pobreza Urbana e as ODM*. Comunicação apresentada no Workshop da Rede de Pobreza em Luanda, maio 2011. Disponível em <https://dw.angonet.org/content/allan-cain->. Acedido a: janeiro de 2025.

COSTA, Vasco Vieira da. *Plano para a Cidade Satélite nº 3*. Luanda, 1948.

CROESE, Sylvia. *Dentro do Governo mas Fora da Lei: Comissões de Moradores, Autoridade Pública e Governação do Crespúsculo em Angola no Pós-Guerra*. Jornal de Estudos da África Austral, Vol. 41, n.º 2. Angola, 2015.

DEVELOPMENT WORKSHOP ANGOLA (DW Angola). *Terra: Urban Land Reform in Post-War Angola*. Luanda: Development Workshop Angola, 2005. Disponível em: https://dw.angonet.org/wp-content/uploads/Terra_English.pdf. Acedido a: 3 de março de 2025.

DEVELOPMENT WORKSHOP ANGOLA (DW Angola). *Poverty and Environmental Vulnerability in Angola's Growing Slums: City Report for Luanda*. Prepared for the International Development Research Centre: Urban Poverty & Environment Programme. Luanda, 2011. p. 31. Disponível em: <https://dw.angonet.org/forum/luanda-final-report-0/>. Acedido a: 10 de janeiro de 2025.

DEVELOPMENT WORKSHOP ANGOLA (DW Angola). *Sambizanga Bairro Pilot Upgrading Project: first interim project report*. Luanda: Human Settlements Planning & Building, 1988. Disponível em: <https://www.dwarchive.angonet.org/sites/default/files/resources/DWC5071.pdf>. Acedido a: 10 de agosto de 2025.

DIAS, Miguel Luís Gonçalves. *Fantasia globais e realidades locais: o projecto de reconversão urbana do Cazenga e do Sambizanga*. Dissertação de Mestrado. FAUP. Porto, 2020.

DOMINGUES, Álvaro; FERNANDES, Ana Silva. *A urbanização da pobreza – formação académica e consciência social*. Estudo Prévio, Lisboa: CEAUT/UAL – Centro de Estudos de Arquitetura, Cidade e Território da Universidade Autónoma de Lisboa, 2015. Disponível em: <https://www.estudoprevio.net/alvaro-domingues-a-urbanizacao-da-pobreza-formacao-academica-e-consciencia-social/>. Acedido a 19 de março de 2025.

FERNANDES, Manuel José. *Geração Africana. Arquitectura e Cidades em Angola e Moçambique, 1925-1975*. Livros Horizonte, outubro 2002.

FERRAZ, Susana. *Espaço Público de Luanda: Património arquitectónico colonial angolano e português*. Dissertação de Mestrado. Porto: FAUP, 2005.

FONTE, Maria Manuela da. *Urbanismo e Arquitectura em Angola. De Norton de Matos à Revolução*. Casal de Cambra: Caleidoscópio, 2012.

FRY, Maxwell; DREW, Jane. *Tropical Architecture in the Humid Zone*. London, Batsford. 1956.

GUEDES, Manuel Correia. *Arquitetura Sustentável em Angola. Manual de Boas Práticas*. CPLP: Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.

HAMDI, Nabeel. *Small Change. About the Art of Practice and the Limits of Planning in Cities*. Prefácio. UK: Earthscan, 2004.

HAMDI, N. *Housing without houses: participation, flexibility, enablement*. New York: Van Nostrand Reinhold. 1991.

HARVEY, David. *The Condition of Postmodernity. An Enquiry into the Origins of Cultural Change*. Oxford: Blackwell, 1989.

HEALY, Meg. *Slums: a história de uma injustiça global* [resenha]. Tradução de Lucas Costa. 2018. Disponível em: <https://rioonwatch.org.br/?p=36072>. Acesso em: jan. 2025.

JÚNIOR, Manuel Vaz de Borja. *Contributos para a História do Bairro Operário. Tributos às Suas Gentes e Famílias*. Luanda: Mayamba Editora, 2020.

KIM, Jong-Jin. *Módulo de Arquitetura Sustentável*. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Michigan. Publicado pelo Centro Nacional de Prevenção da Poluição para o Ensino Superior. Dezembro, 1998.

LEFEBVRE, Henri. *La production de l'espace*. Paris: Anthropos, 1974.

LOURO, Margarida; **OLIVEIRA**, Francisca. *Casas para um planeta pequeno: Projecto Angola Habitar XXI: Modelos Habitacionais em territórios de Macro Povoamento Informal*. Prefácio. Lisboa, 2009.

MALRAUX, André. *O Museu Imaginário*. Cap. IV. Coleção Arte & Comunicação. Lisboa: Edições 70, 1965.

MARTINS, Isabel Maria Nunes da Silva. *Luanda: a cidade e a arquitectura*. Tese de doutoramento. FAUP, 2000.

MARTINS, Isabel Maria Nunes da Silva. *Arquitecturas de Luanda*. Luanda: Sinfic, Universidade Agostinho Neto, 2010.

MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS, URBANISMO E HABITAÇÃO. *106º Relatório de Projeto: Empreitada de Construção da Requalificação do Sambizanga*. Infraestruturas da Zona 2A (Pacotes A+B). Luanda, abril de 2025.

MINGAS, Ângela. *Os Signos Espaciais dos Musseques. Interpretação do Tecido Urbano Não Acreditado do Catambor*. Tese de Doutoramento. Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa. Lisboa, junho 2024.

MOREIRA, Paulo. *This Neighbourhood is an Endangered Species. Investigating urban conflict and reciprocity between Chicala and Luanda, Angola*. London: The Sir John Cass Faculty of Art, Architecture & Design. London Metropolitan University, 2018.

NETO, Agostinho. *Obra Poética Completa. Sagrada Esperança. A Renúncia Impossível. Amanhecer*. Fundação Dr. António Agostinho Neto. Luanda, 2016.

OPPENHEIMER Jochen. **RAPOSO**, Isabel. *Subúrbios de Luanda e Maputo. Tempos e Espaços Africanos*. Edições Colibri. Lisboa, 1997.

PRADO, Roberto Goycoolea; **MARTÍ**, Paz Núñez. *La Modernidad Ignorada*. Universidad de Alcalá. Alcalá de Henares, outubro 2011.

ROBSON, Colin. *Real World Research. A Resource for Social Scientists and Practitioner-Researchers*. Oxford: Blackwell. Citado por: **QUEIROZ**, Jonas. *Maputo: A Produção da Cidade e o papel da Arquitetura*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro, 2016.

QUINTÃ, Margarida. *Arquitectura e Clima, Geografia de um Lugar: Luanda e a Obra de Vasco Vieira da Costa*. FAUP, Porto Iperforma, 2009.

RAPOSO, Isabel. *Cidades Africanas*. UR Cadernos FAUTL, nº 5. Lisboa: Artes Gráficas, 2005.

REAL, José Troufa. *The Musseques of Luanda – Housing in Angola. A New Neighbourhood “Golfe I”*. Lisboa: edições UKUMA, 2010.

REDINHA, José. *A Habitação Tradicional em Angola. Aspetos da sua evolução*. Edição do Centro de Informação e Turismo de Angola. Luanda, 1964.

REPÚBLICA DE ANGOLA. Administração Municipal de Sambizanga; **FUNDAÇÃO GATES**. *Perfil do Município do Sambizanga*. Luanda, 2011.

ROY, Ananya. *Urban Informality: Toward an Epistemology of Planning*. Journal of the American Planning Association, v.71, n.2. Spring, 2005.

SPÍNDULA, Mateus G. *Proyecto Experimental de Vivienda – PREVI*. Acad. Mateus G. Spíndula, CAU-UNILA, 2017.

TURNER, John F. C. *Housing by People. Towards Autonomy in Building Environments*. London: Pantheon Books, 1ª ed., 1977.

UN-HABITAT. *Documento Temático sobre Assentamentos Informais*. Nova York, 31 maio 2015. Disponível em: https://habitat3.org/wp-content/uploads/22-Assentamentos-Informais_final.pdf. Acedido a: 11 de janeiro de 2025.

UN-HABITAT. *The Challenges of Slums: Global Report on Human Settlements*. Earthscan Publications. London, 2003.

VENÂNCIO, Joana. *O Bairro Prenda em Luanda. Entre o Formal e o Informal*. Dissertação de Mestrado. FAUP. Porto, 2013.

WORLD COMMISSION ON ENVIRONMENT AND DEVELOPMENT. *Our common future*. Oxford: Oxford University Press, 1987. Disponível em: <https://sustainabledevelopment.un.org/content/documents/5987our-common-future.pdf>. Acedido a: 5 de dezembro de 2025.

Imagens

(A generalidade das imagens foi editada digitalmente pela autora.)

Fig. 1. Vista da Baía para a cidade.

Autora. Luanda, novembro de 2022.

Fig. 2. Vista do musseque para a cidade.

Autora. Luanda, maio de 2025.

Fig. 3. Diferentes nomes para o mesmo fenómeno similar.

Autora, sobre imagem disponível em: https://br.freepik.com/vetores-gratis/design-colorido-mapa-do-mundo_950217.htm. Acedido a 3 de agosto de 2025.

Fig. 4. Jhungi na Índia.

RAHA, Trisha. Slums. What's the Story Behind Indian Slum Development's Silence? Asia Scotland Institute, 19 jun. 2024. Imagem. Disponível em: <https://asiascot.com/articles/whats-the-story-behind-indian-slum-developments-silence>. Acedido a 18 de setembro de 2025.

Fig. 5. Bairro de caniço em Moçambique.

MAPUTO EXPLORERS. *Views of Mafalala neighborhood: the birthplace of some relevant people not only I*. Facebook, [s. l.], Disponível em: <https://www.facebook.com/maputoexplorers/posts/views-of-mafalala-neighborhood-the-birthplace-of-some-relevant-people-not-only-i/1064855334007570/>. Acedido a 18 de setembro de 2025.

Fig. 6. Favela no Brasil.

PT NO SENADO. *Central de Favelas mostra na ONU que Brasil é exemplo no combate à miséria*. Imagem. Disponível em: <https://ptnosenado.org.br/central-de-favelas-mostra-na-onu-que-brasil-e-exemplo-no-combate-a-miseria/>. Acedido a 18 de setembro de 2025.

Fig.7. Contraste da urbanização formal e informal no centro de Luanda.

IMBONDEIRO DE ANGOLA. *O contraste urbano da capital de Angola: a população de Luanda, capital de Angola*. Facebook. Disponível em: <https://www.facebook.com/imbondeirodeangola/posts/o-contraste-urbano-da-capital-de-angola-a-popula%C3%A7%C3%A3o-de-luanda-capital-de-angola-c/3662224750573146/>. Acedido a 18 de setembro de 2025.

Fig. 8. Habitações da Quinta Monroy em 2004 e em 2013, respetivamente.

ARCHDAILY. *Quinta Monroy. Elemental* ArchDaily Brasil, 2009. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/01-28605/quinta-monroy-elemental>. Acedido a 20 de setembro de 2025.

Fig. 9. Situação habitacional pós terramoto no Haiti.

HÁBITAT PARA LA HUMANIDAD REPÚBLICA DOMINICANA. *Hábitat para la Humanidad evalúa la situación de vivienda tras el mortal terremoto en Haití*. Santo Domingo, RD: Hábitat para la Humanidad. República Dominicana, 2021. Disponível em: <https://habitatdominicana.org/habitat-para-la-humanidad-evalua-la-situacion-de-vivienda-tras-el-mortal-terremoto-en-haiti/>. Acedido a 20 de setembro de 2025.

Fig. 10. Participação na fase de reconstrução.

HABITAT FOR HUMANITY. *4.10 Haiti*, 2013. Disponível em: https://www.habitat.org/sites/default/files/4.10_haiti.pdf. Acedido a 20 de setembro de 2025.

Fig. 11. Teatro Elinga atualmente.
Autora. Luanda, maio de 2025.

Fig. 12. Teatro Elinga atualmente.
Autora. Luanda, maio de 2025.

Fig. 13. Antigo Mercado Roque Santeiro.
NKANDA NDOMBE, Afrika. *Curiosidade: Ex-Mercado Roque Santeiro já foi o mercado popular maior de África.* Facebook, 2024. Disponível em: <https://www.facebook.com/100064178828357/posts/curiosidadeex-mercado-roque-santeiroj%C3%A1-foi-o-mercado-popular-mais-grande-da-%C3%A1frica/905547898261163/>. Acedido a 20 de dezembro de 2025.

Fig. 14. Mapa de Luanda, Angola e África.
QUINTAS, Angelina Edna et al. *Seroprevalência de infecções virais transmissíveis por transfusão e coinfeção entre doadores de sangue voluntários saudáveis durante 5 anos em Luanda, Angola.* The Brazilian Journal of Infectious Diseases, v. 27, n. 1, p. 103704, nov. 2023. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/375979413>. Acedido a 20 de setembro de 2025.

Fig. 15. Planta da cidade de Luanda em 1862, com a primeira representação oficial das sanzalas.
AMARAL, Ilídio do. Luanda, Estudo de Geografia Urbana, p.65.

Fig. 16. Musseques da década de 1950 sobre planta de 1964.
VENÂNCIO, Joana. *O Bairro Prenda em Luanda. Entre o Formal e o Informal.* Dissertação de Mestrado sob orientação do Prof. Doutor Rui Braz Afonso. Porto, FAUP, 2013. p.54.

Fig. 17. Planta de Luanda e seus satélites, 1942, Etienne de Gröer e David Moreira da Silva.

MENDES, Joana. *A Cidade em Mutação: Uma nova centralidade para a cidade de Luanda.* 2017. Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitetura, Faculdade de Arquitetura, Universidade de Lisboa, Lisboa. p.23.

Fig. 18. Banco Nacional de Angola.
JENS. *Banco Nacional de Angola.* LocationScout, Angola. Disponível em: <https://www.locationscout.net/angola/53194-banco-nacional-de-angola>. Acedido a 18 de setembro de 2025.

Fig. 19. Alçado do edifício do Banco Nacional de Angola.
MARTINS, Isabel Maria Nunes da Silva. *Arquitecturas de Luanda.* Luanda: Sinfic, Universidade Agostinho Neto, 2010. p. 128.

Fig. 20. Ministério das Obras Públicas, Urbanismo e Habitação em 1970.
Arquitetura Moderna Luanda. Texto-60. Cargo Collective. Disponível em: <https://cargocollective.com/arquiteturamodernaluanda/filter/textos/Texto-60>. Acedido a 2 de junho de 2025.

Fig. 21. Planta do edifício do Ministério das Obras Públicas, Urbanismo, Habitação.
MARTINS, Isabel Maria Nunes da Silva. *Arquitecturas de Luanda.* Luanda: Sinfic, Universidade Agostinho Neto, 2010. p. 139.

Fig. 22. Ministério das Obras Públicas, Urbanismo e Habitação atualmente.
Autora, maio de 2025.

Fig. 23. Antigo Mercado do Kinaxixe nos anos 60.

Autor Desconhecido. *História de Angola*. Facebook. Disponível em: <https://www.facebook.com/HistoriaDeAngola>. Acedido a 20 de setembro de 2025.

Fig. 24. Mercado do Kinaxixe.

Pinterest. *Vasco Vieira Da Costa | Mercado de Kinaxixe | 1951 - 1952*. Disponível em: <https://mx.pinterest.com/pin/431923420489481623/>. Acedido a 18 de setembro de 2025.

Fig. 25. Planta 2º piso do Mercado do Kinaxixe.

MARTINS, Isabel Maria Nunes da Silva. *Arquitecturas de Luanda*. Luanda: Sinfic Universidade Agostinho Neto, 2010. p.180.

Fig. 26. Projeto do Complexo Comercial do Kinaxixe.

Opsstructures. *Kinaxixi*. Disponível em: <https://www.opsstructures.co.uk/projects/kinaxixi>. Acedido a 18 de setembro de 2025.

Fig. 27. Luanda em 1816.

AMARAL, Ilídio. *Luanda. Estudo de Geografia Urbana*. Coleção Memórias da Junta de Investigações do Ultramar, nº 53. Lisboa, 1968. p. 24.

Fig. 28. Luanda, em 1968.
ibidem. p. 99.

Fig. 29. Travelgest Angola. Luanda Half Day City Tour. Imagem do site Travelgest Angola. Disponível em: <https://travelgest.co.ao/pt/project/luanda-half-day-city-tour/>. Acedido a 30 de setembro de 2025.

Fig. 30. Projeto em fase de construção.
Autora. Luanda, 2022.

Fig. 31. Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis.

ANON. *Nosso Futuro Comum - Relatório Brundtland*. Brasil, setembro de 2016. Disponível em: http://www.ecobrasil.eco.br/site_content/30-categoria-conceitos/1003-nosso-futuro-comum-relatorio-brundtland. Acedido a 10 de maio de 2025.

Fig. 32. Conceção sustentável e prevenção da poluição no design.

KIM, Jong-Jin. RIGDON, Brenda. *Introduction to Sustainable Design*. Ann Arbor: National Pollution Prevention Center for Higher Education, University of Michigan, 1998. Disponível em: <https://dl.icdst.org/pdfs/files/363d87971a9bbd9b89d2b9e2d3ac77ff.pdf>. Acedido a 10 de maio de 2025.

Fig. 33. Tipos de clima e classificações de características.

ALVES, Mayk. *Tipos de Clima possuem variadas classificações e características*. Agro20, outubro de 2020. Disponível em: <https://www.agro20.com.br/tipos-clima/>. Acesso a 11 de maio de 2025.

Fig. 34. Mapas de distribuição de temperaturas (à esquerda) e pluviosidade (à direita).

FAO. *Mapas de distribuições das temperaturas e pluviosidade*. In: MINUA. *Relatório de síntese: reabilitação do Porto de Sacomar- Estudo de Impacte Ambiental*. 2006. In: *Reabilitação do Porto de Sacomar- Estudo do Impacte Ambiental: Relatório Síntese*. Disponível em: https://www.nexi.go.jp/environment/info/pdf/18-042_EIA_2.pdf. Acedido a 21 de maio de 2025.

Fig. 35. Implantação correta para um melhor aproveitamento das ações da chuva, sol e vento.

GUEDES, Manuel Correia. coord. *Arquitectura Sustentável em Angola. Manual de Boas Práticas. CPLP: Comunidade dos Países de Língua Portuguesa*. p. 30-31.

Fig. 36. Movimentação do ar consoante o posicionamento da cobertura.
ibidem. p. 57.

Fig. 37. Hospital D. Maria Pia em 1949.
FACEBOOK. Disponível em: <https://www.facebook.com/100066471130010/posts/hospital-d-maria-pia/893638896195140/>.
Acedido a 2 de junho de 2025.

Fig. 38. Ministério das Finanças, na Mutamba, em 1963.
MUTAMBA: Edifício Fazenda, 1963. Facebook. Disponível em: <https://www.facebook.com/100066471130010/posts/mutamba-edificio-da-fazenda-1963/942071424685220/>. Acedido a: 2 de junho de 2025.

Fig. 39. Rádio Nacional de Angola, na Avenida Comandante Gika, em Alvalade, em 1967.
MILHEIRO, Ana Vaz. *Rádio Nacional de Angola*. In: *Hidden Architecture*, 1963. Disponível em: <https://hiddenarchitecture.net/radio-nacional-de-angola/>. Acedido a 20 de setembro de 2025.

Fig. 40. Centro Nacional de Investigação Científica, na Avenida Ho Chi Min, de 1969.
MARTINS, Isabel Maria Nunes da Silva. *Arquitecturas de Luanda*. Luanda: Sinfic Universidade Agostinho Neto, 2010. p.181.

Fig. 41. Edifícios Institucionais de Chandigar, projeto de Le Corbusier (década de 1950).

ANTONIO, Fernanda. *Uma viagem pelos edifícios de Chandigarh pelas lentes de Fernanda Antonio*. ArchDaily Brasil, 2015. Disponível em: https://www.archdaily.com.br/br/772109/uma-viagem-pelos-edificios-de-chandigarh-pelas-lentes-de-fernanda-antonio/55d39bcce58ecea1ec000043-uma-viagem-pelos-edificios-de-chandigarh-pelas-lentes-de-fernanda-antonio-foto?next_project=no. Acedido a 3 de junho de 2025.

Fig. 42. Evolução da forma e respetiva divisão interna das habitações tradicionais de Angola.
REDINHA, José. *A Habitação Tradicional em Angola. Aspetos da sua evolução*. Edição do Centro de Informação e Turismo de Angola. Luanda, 1964. p.44.

Fig. 43. Diversidade de cubatas e habitações tradicionais em Angola, associadas a diferentes povos e regiões do país.
ibidem. p.9.

Fig. 44. Vista para o bairro da Lixeira, no Sambizanga.
Autora. Luanda, 2025.

Fig. 45. Vista aérea da cidade de Luanda, com destaque no Município do Sambizanga.
Autora, sobre Google Earth, 2025.

Fig. 46. Divisão administrativa do Município do Sambizanga em 2011 e atualmente, com respetiva setorização.
Autora, sobre mapa cedido pelo Gabinete Técnico da Administração Municipal do Sambizanga. Luanda, 2025.

Fig. 47. Acesso a água potável.

Autora, com base em mapa disponível em: REPÚBLICA DE ANGOLA. Administração Municipal de Sambizanga; FUNDAÇÃO GATES. *Perfil do Município do Sambizanga*. Luanda, 2011. p. 91.

Fig. 48. Acesso ao saneamento básico.

Autora, com base em mapa disponível em: *ibidem*. p. 92.

Fig. 49. Segurança da posse de terra.

Autora, com base em mapa disponível em: *ibidem*. p. 90.

Fig. 50. Qualidade da Habitação.

Autora, com base em mapa disponível em: *ibidem*. p. 89.

Fig. 51. Sobrelotação.

Autora, com base em mapa disponível em: *ibidem*. p. 90.

Fig. 52. Principais problemas urbanos e sociais, através de indicadores e subindicadores, numa escala de 1 a 3.

Autora, com base em gráfico disponível em: *ibidem*. p. 88-89.

Fig. 53. Vistas aéreas de tecidos urbanos típicos na periferia da cidade de Luanda.

Autora. Google Earth. 2025.

Fig. 54. Envolvimento da população em projeto de melhoria do bairro.

Development Workshop. *Sambizanga Bairro Pilot Upgrading Project: first interim project report*. Human Settlements Planning & Building. Luanda, 1988. p. 1. Disponível em: <https://www.dwarchive.com/sites/default/files/resources/DWC5086.pdf>. Acedido a: 20 de agosto de 2025.

Fig. 55. Vista aérea do Plano de Urbanização e Requalificação das Encostas da Boavista e Sambizanga.

SUPER USER. *Requalificação do Sambizanga já é um facto*. Rádio Ecclesia, 22 fev. 2011. Disponível em: <https://www.radioecclesia.org/angola/sociedade/7141-requalificacao-do-sambizanga-ja-e-um-facto-quem-o-diz-e-o-administrador-municipal-jose-tavares-ferreira>. Acedido em 27 de setembro de 2025.

Fig. 56. Situação da obra a maio de 2025, com algumas estradas já alcatroadas, infraestruturas e sub estação elétrica em fase de construção.

Autora. Luanda, maio de 2025.

Fig. 57. Vista aérea da evolução do Plano de Urbanização e Requalificação das Encostas da Boavista e Sambizanga, desde 2010 à atualidade.

Autora. Google Earth. Luanda, 2010-2025.

Fig. 58. Cronologia dos acontecimentos mais marcantes ao longo do projeto.

Autora. 2025.

Fig. 59. Sistema de parques lineares.

DIAS, Miguel Luís Gonçalves. *Fantasia globais e realidades Locais. O Projecto de Reconversão Urbana do Cazenga e do Sambizanga*. FAUP, 2020. Dissertação de Mestrado sob orientação do Professor Doutor Álvaro Domingues. p.119.

Fig. 60. Carta de Rede de Mobilidade.

Ibidem. p. 120.

Fig. 61. Planta de Ordenamento do Plano Diretor.

Ibidem. p. 121.

Fig. 62. Imagem 3D de uma Avenida Principal do projeto.

IN.AO. *Requalificação do Cazenga e Sambizanga em destaque no Fórum Urbano Mundial*. Por Jornal de Angola, 30 ago. 2012. Facebook, 2012. Disponível em: <https://www.facebook.com/photo/?fbid=951692547075567&set=a.594362682808557>. Acedido a 27 de setembro de 2025.

Fig. 63. Sintetização do trabalho de campo.

Autora, junho de 2025.

Fig. 64. Vista aérea do bairro do Miramar. IMPARCIAL PRESS. *Miramar: um dos bairros mais selectos de Luanda*. Imparcial Press, 13 abr. 2025. Disponível em: <https://imparcialpress.net/miramar-um-dos-bairros-mais-selectos-de-luanda/>. Acedido a 27 de setembro de 2025.

Fig. 65. Vista aérea do Bairro Operário.

Autora. Maio de 2025.

Fig. 66. Rua do Bairro Operário.

Autora. Fotografia analógica. Maio de 2025.

Fig. 67. Centro Cultural Agostinho Neto.

Autora. Luanda, maio de 2025.

Fig. 68. Rua com lixo em decomposição e sem rede de esgotos e saneamento.

Fig. 69. Rua do setor da Lixeira.

Autora. Fotografia analógica. Luanda, maio de 2025.

Fig. 70. Vista para a Rua 12 de julho.

Autora. Luanda, maio de 2025.

Fig. 71. Campo Mário Santiago (Campo da Revolução).

Autora. Luanda, maio de 2025.

Fig. 72. Rua do bairro do Mota.

Autora. Luanda, maio de 2025.

Fig. 73. Casa de madeira parcialmente enterrada no solo.

Autora. Fotografia analógica. Luanda, maio de 2025.

Fig. 74. Relação entre os pisos no interior e exterior.

Autora. Luanda, maio de 2025.

Fig. 75. Habitação tradicional do período colonial, de pau a pique.

Autora. Luanda, maio de 2025.

Fig. 76. Reutilização de bidões de água para colocar plantas e criar um espaço mais privativo.

Autora. Luanda, maio de 2025.

Fig. 77. Vista aérea para parte da encosta.

Autora. Luanda, maio de 2025.

Fig. 78. Jovem a passar a tarde na sombra.

Autora. Luanda, maio de 2025.

Fig. 79. Muro que separa a obra do bairro. Comércio informal na rua, com sombra criada com paus de madeira e panos.

Autora. Luanda, maio de 2025.

Fig. 80. Preparação de refeição no chão, em quintal comum a três casas.

Autora. Luanda, maio de 2025.

Fig. 81. No quintal são improvisadas casas de banho e espaços de estar, maioritariamente com chapas metálicas, lonas e paus de madeira. Os moradores recorrem também à pedra para delimitar espaços, apoiar as estruturas ou até mesmo impedir que as águas da chuva possam descer para o interior.

Autora. Luanda, maio de 2025.

Fig. 82. Mercado Camponês atualmente.
Autora. Luanda, maio de 2025.

Fig. 83. Mercado Camponês atualmente.
Autora. Fotografia analógica. Luanda, maio de 2025.

Fig. 84. Criança a voltar da escola, aparentemente com medo.
Autora. Fotografia analógica. Luanda, maio de 2025.

Fig. 85. Casas de madeira, do período colonial, revestidas posteriormente com blocos de pedra.
Autora. Luanda, maio de 2025.

Fig. 86. Mulher transportando água até casa.
Autora. Fotografia analógica. Luanda, maio de 2025.

Fig. 87. Mulher carregando água num balde.
Autora. Luanda, maio de 2025.

Fig. 88. Crianças a brincar num chafariz desestruturado.
Autora. Luanda, maio de 2025.

Fig. 89. Rua após situação de chuva intensa.
Imagem disponibilizada pelo Gabinete Técnico da Administração do Sambizanga. Luanda, maio de 2025.

Fig. 90. Encosta no setor da Madeira, com amontoado de lixo arrastado pela chuva.
Imagem disponibilizada pelo Gabinete Técnico da Administração do Sambizanga. Luanda, maio de 2025.

Fig. 91. Proteção da entrada através de um muro e pedras, impedindo que a chuva e o lixo entrem.
Autora. Luanda, maio de 2025.

Fig. 92. Proteção da entrada de casa com muro.
Autora. Luanda, maio de 2025.

Fig. 93. Elevação da cota da entrada e muro à volta.
Autora. Luanda, maio de 2025.

Fig. 94. Ruas com águas sujas e estagnadas, que dificultam por vezes a mobilidade da população e, em casos extremos, a passagem de viaturas, criando simultaneamente situações de insalubridade e riscos de saúde.
Autora. Luanda, maio de 2025.

Fig. 95. Atividades quotidianas e dinâmicas comunitárias em assentamentos urbanos informais.
DW Angola. Disponível em: <https://dw.angonet.org>. Acedido a 25 de setembro de 2025.

Fig. 96. Esquema dos Campos de atuação e respetivas estratégias.
Autora. Julho de 2025.

Fig. 97. Infograma de objetivos e ações das estratégias anteriormente apresentadas.
Autora. Julho de 2025.

Fig. 98. Possíveis pontos de recolha de águas pluviais.
Autora, com base em mapa disponível em: MINGAS, Ângela. *Os Signos Espaciais dos Musseques. Interpretação do Tecido Urbano Não Acreditado do Catambor*. Tese de Doutoramento. Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa. Lisboa, junho 2024. p. 486-487.

Fig. 99. Representações esquemáticas de possíveis pavimentações e sistemas de drenagem sustentáveis.
Autora, agosto de 2025.

Fig. 100. Bambu para o efeito de tubagens.

BAMBUSA. *Canas de Bambu Tonkin* [imagem]. Bambusa, 2025. Disponível em: <https://bambusa.es/pt-pt/produto/canas-bambu-tonkin/>. Acedido a 20 de setembro de 2025.

Fig. 101. Pedras que se encontram na própria rua para entulho.

Autora. Luanda, maio de 2025.

Fig. 102. Blocos feitos com terra, comprimidos com tábuas de madeira e secos pelo sol, improvisando estruturas.

PNGWING. *Fly ash brick Sand Building Materials Cement* [imagem]. PNGWing, s.d. Disponível em: <https://www.pngwing.com/pt/free-png-bdmir>. Acedido a 20 de setembro de 2025.

Fig. 103. Possíveis pontos fixos de recolha de lixo e trajeto do camião do lixo.

Autora, com base em mapa disponível em: MINGAS, Ângela. *Os Signos Espaciais dos Musseques. Interpretação do Tecido Urbano Não Acreditado do Catambor*. Tese de Doutoramento. Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa. Lisboa, junho 2024. p. 486 e 487.

Fig. 104. Esquema ilustrativo “O Caminho ao DUAT”.

A. Coletivo. *Verano 2019 | 13_Planur-e | ARTÍCULOS*. Planur-e, Verano 2019, p. 12. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/335490594>. Acedido a 18 de setembro de 2025.

Fig. 105. Processo de formalização.

Cofopri. 11 mil casas consideradas para registro em massa para acessar o título de propriedade. Campanhas de registro em todo o país, buscam concluir o processo de formalização em favor de seus titulares. Perú, 17 de novembro de 2024.

Disponível em: <https://elperuano.pe/noticia/213460-cofopri-11-mil-viviendas-consideradas-para-empadronamiento-masivo-a-fin-de-acceder-el-titulo-de-propiedad>. Acedido a 30 de agosto de 2025.

Fig. 106. FASE 1: Construção de habitação pré-fabricada com madeira local e zinco.

Mottelson, Johan & Eskemose Andersen, Jørgen. *Casas Melhoradas: Affordable housing in Maputo, Mozambique*. 2018. Disponível em: <http://casasmelhoradas.com/>. Acedido a 26 de setembro de 2025.

Fig. 107. FASE 2: Construção de habitação de dois andares, em madeira leve, assentada sobre uma base de betão.

Ibidem.

Fig. 108. FASE 3: Construção de habitação pré-fabricada com madeira local e zinco.

Ibidem.

Fig. 109. FASE 4: Construção de duas casas geminadas de dois andares, com a possibilidade de adicionar um terceiro andar.

Ibidem.

Fig. 110. Educação comunitária para capacitação da população no envolvimento do projeto.

Fig. 111. Sistemas de sombreamento com estruturas de ferro e vegetação.

Autora, julho de 2025.

Fig. 112. Aberturas entre paredes e a cobertura para ventilação e abertura de janelas para criar correntes de ar no interior. Autora, julho de 2025.

Fig. 113. Tabique, um sistema de construção com grelha de madeira e terra misturada com palha e fibras.

COSTA, Aníbal. *Paredes de tabique em habitação: Edifício em Bairro da Sé* [fotografia]. Porto: FEUP — Instituto da Construção (IC), 15 mar. 2006. Disponível em: <https://fe.up.pt/icfeup/pic/paredes-de-tabique-em-habitacao/>. Acedido a 20 de setembro de 2025.

Fig. 114. Taipa, tem ganho novas versões ao longo das últimas décadas, permitindo uma construção mais racional e sólida.

MARQUES, Evandro. *Taipa: da antiguidade até os dias atuais entrelaçando construções*. 2021. Disponível em: <https://www.coisasdaroca.com/coisas-antigas-da-roca/taipa.html>. Acedido a 20 de setembro de 2025.

Fig. 115. Pau a pique, outro sistema leve, executado por quadros de madeira onde são presos por arames, cordas ou pregos. Autora, agosto de 2025.

Fig. 116. Percurso solar de inverno e de verão em Angola, respetivamente.

GUEDES, Manuel Correia. *Arquitetura Sustentável em Angola. Manual de Boas Práticas*. CPLP: Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. p. 26.

Fig. 117. Corte perspectivado e representativo do projeto implementado.

REISER, Juan. *Proyecto Experimental de Vivienda PREVI* Archivo de Arquitectura, 1973. Disponível em: <https://galeria-arquitectura.pucp.edu.pe/exposicion/juan-reiser/proyecto-experimental-de-vivienda-previ-p-16/>. Acedido a 20 de setembro de 2025.

Fig. 118. Ampliação de habitação ao longo do tempo por parte dos moradores.

HIDDEN ARCHITECTURE. *PREVI Low Cost Housing* 2018.

Disponível em: <https://hiddenarchitecture.net/previ-low-cost-housing-i/>. Acedido a 20 de setembro de 2025.

Fig. 119. Planta representativa de uma parcela do projeto, com cheios e vazios que poderão ser completados com o tempo. *Ibidem*.

Fig. 120. Alargamento de passeios já existentes e criação de faixas pedonais, mais elevadas em relação à cota da rua, nas imediações das casas. Autora, agosto, 2025.

Fig. 121. Prolongamento de passeios já existentes, fazendo comunicar várias ruas. Autora, agosto, 2025.

Fig. 122. Criação de mobiliário urbano através do reaproveitamento de paletes, troncos de árvores e tábuas de madeira. Autora, agosto, 2025.

Fig. 123. Criação de praças em locais amplos e desimpedidos, aplicando as estratégias de mobiliário urbano reciclado, plantação de árvores e outros tipos de vegetação, estruturas de madeira com vegetação. Autora, agosto, 2025.

Fig. 124. Interação da população com entidades responsáveis do projeto.

FERNANDES, Queila. *Galeria de OUTROS BAIROS*. ArchDaily Brasil, 2019. Disponível em: https://www.archdaily.com.br/br/923403/outros-bairros-iniciativa-reabilita-um-assentamento-precario-em-cabo-verde/5d5d6efd284dd1cd83000343-outros-bairros-iniciativa-reabilita-um-assentamento-precario-em-cabo-verde-imagem?next_project=no. Acedido a 20 de setembro de 2025.

Apêndice

| Guião das entrevistas - Perguntas e Respostas

1. Qual é o espaço da casa onde passam mais tempo, ao longo do dia?

Muitas das portas que têm acesso direto para a rua não são de casas individuais, mas sim de um quintal que contém várias casas, com várias famílias. Portanto as pessoas passam grande parte do seu tempo nesse “quintal comum”, onde fazem também as suas refeições. Estas são realizadas no próprio chão, com panelas que aquecem sobre pás com carvão aceso.

2. Têm comissão de moradores? Como funciona?

No Sambizanga a Comissão de Moradores parece funcionar bem com a população e com a administração. Sentiu-se uma forte ligação entre o diretor técnico da administração com o coordenador da Comissão de Moradores. Inclusive têm uma sede no local onde está a ser feita agora a requalificação da encosta da Boavista, no setor da madeira. São os responsáveis por fazer a comunicação direta entre os moradores e a administração municipal, como por exemplo avisar a população que têm determinado tempo para abandonar as suas casas, que comunicam as dificuldades e necessidades do povo.

3. Convivem com os vizinhos? Costumam receber pessoas em casa?

Praticamente toda a gente se conhece no bairro, a maior parte das pessoas vive lá há muitos anos. Convivem muito, não em casa uns dos outros, mas em determinados pontos da rua onde há música e se possível onde se venda cerveja.

4. O que é que mudou no Sambizanga nos últimos anos? O mercado formal e a segurança.

O Roque Santeiro foi um mercado público no Sambizanga, aberto em 1991, com o nome oficial “Mercado Popular da Boavista”. Ficou conhecido como sendo o maior mercado a céu aberto de África, estendendo-se por 1km de comprimento por 500m de largura (o equivalente a 5 campos de futebol). Os comerciantes vendiam diversos tipos de mercadoria, desde alimentos a computadores, em barracas de zinco. Este mercado nasceu com os conflitos civis em Angola e, com a escassez de comida e outros artigos, o mercado era o único sítio onde era possível encontrar tudo o que fazia falta. Era também conhecido como um local de contrabando de armas e drogas. Foi fechado em 2011 pelo governo e os comerciantes foram transferidos para um novo mercado, no Panguila. Contudo, era um mercado muito longe e a população não tinha condições para chegar até lá, então o mercado formal caiu e as mulheres passaram a vender à porta de casa,

dando predominância ao mercado informal. Esta situação deu origem a alguns conflitos, uma vez que havia senhoras que mantinham as vendas até horários mais tardios e acabavam por roubar clientes às que trabalhavam as horas mais comuns. Um outro mercado bastante simbólico do Sambizanga é o Mercado Camponês, que recebia muito peixe de qualidade e muitos produtos do campo. Entretanto quando acabou o Roque Santeiro as pessoas também abandonaram este mercado e atualmente apenas 10% deste espaço é utilizado. Quanto mais pessoas vendessem naquele espaço, mais variedade o mercado tinha, mais pessoas atraía e mais vendas tinham. Quanto à segurança, o Sambizanga era conhecido por ser um dos locais mais perigosos de Luanda, por haver imensos assaltos, delinquência, venda de drogas, prostituição, entre outros. Em meados de 2020, surge a chamada “turma do apito”, que eram cidadãos que ateavam como vigilantes, muitas vezes mascarados, que patrulhavam as ruas de dia e de noite, com o objetivo de combater a criminalidade, principalmente nos setores Mota, Madeira, Lixeira e Santo Rosa. Embora fossem apoiados pela população residente, por contribuírem para a sua segurança, acabavam por assumir comportamentos autoritários e violentos. Após a intervenção da polícia nesta situação, a turma do apito foi substituída por conselhos de vigilância legais, de forma a disciplinar e legitimar o apoio à segurança pública.

5. Quais são as prioridades e preocupações atuais?

Melhorar as suas condições de vida, no sítio onde estão atualmente. Aumentar o número de chafarizes, garantir que todos estão em funcionamento.

6. Quantas pessoas são, em média, por seio familiar?

Em média, concluiu-se que o agregado familiar é composto por 4 a 6 pessoas, podendo atingir as 12.

7. Como e com que materiais construíram a casa? Quem o fez?

No período colonial, as possibilidades económicas não eram suficientes para construir uma casa de bloco. Como uma grande área de Luanda era lavras e mata, cortavam paus para fazer a estrutura da casa e usavam capim para os unir e cobrir o teto. Como também não tinham possibilidade de usar cimento, juntavam terra vermelha e areia para fazer o adobe e com as próprias mãos iam revestindo os paus de madeira. São as chamadas casas de pau a pique, que se vêem mais no setor do Mota (região mais pobre e propícia a inundações). Numa comunidade, chamavam primos, vizinhos e juntavam-se normalmente ao sábado (domingo eram obrigados a ir para a igreja) para construírem a casa. Enquanto isso, as mulheres também se juntavam para fazerem uma refeição que celebrasse o final da construção da habitação.

Naquela altura, as casas de capim não se podiam juntar, tinham que dar uma certa distância porque era fácil de pegar fogo e assim não se alastrava. “Na altura éramos felizes e não sabíamos”.

8. Como evoluiu a casa ao longo dos anos?

As casas em que mais se denotam alguma evolução são no setor do mota e da madeira, em que se vê as construções coloniais parcialmente revestidas por blocos de pedra, possivelmente para impedir que a água entre pela casa. No que toca ao interior, muitas das casas foram acolhendo mais famílias, dividindo a área de cada um por chapas. Os espaços foram ficando cada vez mais densificados pela necessidade de acolher as famílias.

9. Qual a fonte de rendimento? Fazem poupanças?

A fonte de rendimento varia muito. No caso das mulheres é maioritariamente pelo comércio informal que fazem à porta de casa e, no caso dos homens, muitos trabalham como pescadores, operários e funcionários.

10. Como funcionam as infraestruturas (latrinas, sistema de extração, saneamento, eletricidade)?

Não há saneamento na maior parte dos setores e a eletricidade não é muito estável, mas por norma funciona bem. Alguns casos funcionam pela “energia do puxa-puxa”, em que os moradores vão puxando, com novos cabos de eletricidade, a energia de um morador que tenha contrato com a rede. Quando vai abaixo fazem novas ligações. Não existe, na maioria, sistemas de extração e saneamento.

11. Como arranjam água? As pessoas ajudam-se?

O acesso à água dá-se através de chafarizes que são colocados em determinados pontos, em função da conduta que a EPAL (Empresa Pública de Águas de Luanda) instala. Não há condição de todas as residências terem acesso a água e tem sido uma luta muito grande que o estado está a fazer para no início das ruas principais meter tubagens que sigam para o interior do musseque.

Alguns chafarizes não funcionam e têm de ir buscar água com baldes em locais já muito distantes. Nestas situações, a população ajuda-se muito, e permitem abastecerem água em casa uns dos outros. Viu-se muitas mulheres na rua a transportar baldes de água na cabeça, deixando cair alguma parte pelo caminho. Os homens transportam mais bidões. Para esta água ter alguma qualidade, tinha de ser retirada nas imediações do centro de tratamento da EPAL, quando percorre grandes distâncias já vem contaminada. Nota: nesta conversa participou o Coordenador da Comissão de Moradores e uma moradora que, mais uma vez, o interrogou sobre quando teria ajuda para melhorar as condições da sua casa.

O Sr. Pidimo respondeu que deveria proceder à realização de um documento onde mostre a sua inquietação, para ele mesmo levar até à administração e verem o que podem fazer.

12. Como lidam com as chuvas intensas?

No geral, qualquer setor do Sambizanga tem consequências graves com as chuvas intensas, porém há zonas que, devido à implantação, método construtivo da casa e falta de rede de esgotos, não conseguem suportar este fenómeno natural e acabam por ter imensos prejuízos. Por exemplo no setor Mota, onde o sistema de escoamento de águas é quase inexistente, as ruas ficam totalmente inacessíveis, a água entra pelas casas e fica tudo em lama. São os próprios residentes que têm de colocar o mais alto possível e limpar tudo com baldes, durante vários dias. As ruas demoravam cerca de 1 mês a ficarem novamente. Por outro lado, no setor da Madeira, os terrenos já têm algum declive, o que faz com que as águas escorram pela encosta abaixo. Além disso, o tipo de construção das casas já é mais recente, com materiais um pouco mais desenvolvidos.

15. Como lidam com o calor? O que poderia ser feito para melhorar o conforto térmico? As casas são feitas de chapas metálicas, blocos de cimento sem reboco ou barro, portanto retêm muito calor durante o dia. Os telhados de zinco ou chapa fazem as temperaturas das casas chegarem quase até aos 40º. Vêm-se muitas pessoas a socializar ou a estar simplesmente debaixo das árvores. De maneira a atenuar estas temperaturas, acreditam que poderia ser vantajoso usar lonas ou panos para criar efeitos de sombra, ou até mesmo plantas e árvores à volta da casa; ventoinhas elétricas quando há energia elétrica e abrir as portas e janelas, quando possível, para criar ventilação cruzada.

| Entrevistas

Virgílio Neto ("Tio Cristo"): "Quem fez Sambizanga, quem habitou Sambizanga são homens não nascidos no Sambizanga, mas vindos de outras províncias. Vindos de Caxito, vindos do Meriguete, vindos do Kisau, vindos da Ilha do Cabo, da Samba, são esses os primeiros moradores. Antigamente existia muito espaço onde as pessoas lavravam, cultivavam, então uns vinham da Samba, outros da Zanga, e fizeram o Sambizanga. Era um bairro não muito mau, foi um bairro muito muito bom. O Sambizanga era um bairro em que muitos ou quase todos se respeitavam e nisto, fazia com quem mais tivesse também tinha onde fugir ou de aguentar. Tenho a certeza que ninguém viu aquilo que muita gente viu, queriam independência já, já, já. Tenho a certeza que nenhum Bairro Delu, de Luanda, andava mais ansioso em ser livre do que o Sambizanga. O banco brincava num bairro qualquer, menos no Sambizanga. Era uma luta que quem visse tinha que se esconder."

António Rui Nunes ("General Mona"): "É bem verdade que não se compara o Sambizanga do nosso tempo com o Sambizanga de hoje. O do nosso tempo tinha normalmente um grupo de jovens dedicados ao estudo ao desporto e à música e esses eram geralmente o orgulho do bairro. (...) havia ruas, havia estradas, havia uma organização tal que possibilitava uma vida digna e merecedora; só pelo facto de naquele tempo haver no Sambizanga um grupo de jovens que se dedicavam aos estudos já preocupava a PIDE. Era preocupação naquela altura dos nossos pais, que os filhos se aplicassem nos estudos e procurassem ocupar ao máximo o tempo nos estudos."

David de Sousa Costa ("David"): "Segundo testemunhos do meu pai, na altura comerciante, trabalhava no Royal, onde está o terceiro bairro fiscal. Ele quando subiu para a Lixeira trouxe dois burros, então fixou-se aqui, mesmo sem nenhuma residência. Segundo ele, só existia himbondeiros e pitelas, e posteriormente é que apareceram algumas lavras, onde está por exemplo o Campo Mário Santiago, antigo Campo da Académica. A palavra Sambizanga proveio porque anteriormente existiam os povos da Samba e da Ilha. Então em kimbundo, quando se diz akuasamba, akuazanga, que passou para samba zanga, até que ficou a palavra Sambizanga. Se vocês verificarem bem hoje, aquele perímetro todo se vê bem como aquilo era, vão dar conta logo como aquilo era uma lixeira. Então como foi a primeira lixeira da cidade de Luanda, deram o nome Bairro da Lixeira. Porque a lixeira assim que saiu da Igreja de S. José ela desceu até ao antigo mercado Roque Santeiro, onde é agora o Parque Progresso, depois foi para o Miramar e de lá para o Golfe. O bairro do Sambizanga foi sempre um bairro de revolucionários. E não era só na revolução, mesmo em grupos carnavalesco, no futebol.. (...) O Sambizanga é um bairro de grandes virtudes, tem de tudo, não só agora, foi sempre bairro de indivíduos intelectuais; O Sambizanga teve grande participação nesta revolução. Como sabem, até na lixeira tínhamos ali o Bairro Cuba. Este bairro Cuba era uma área onde tinha as células dos mais velhos que fugiam para o Congo;"

Luzia Manuel: "O Sambizanga era mesmo cheio de Cajueiro, lavras.. os papás da ilha. Então quando nós partimos viemos para o Sambizanga, ajudamos os pais a fazer as casas de pau-a-pique com as matebas¹³⁷ em cima da casa. Os primeiros moradores foram os que partiram mesmo lá de baixo, não os de Luanda, não os de Malanje, de Ambrizete. Nós.. cada um arranja o seu rumo."

José João Louro ("Dr. Cambuela"): "Os povos que viviam na baía e na baixa de Luanda foram subindo e foram criando bairros. Obviamente que aquilo que eram os trabalhadores e os operários deram o nome àquilo que hoje é o Bairro Operário (B.O.). Portanto o resto foi saindo do Santo Rosa, que é a região onde está agora o prédio do

¹³⁷ Fibra que se extrai da madeira, espécie de palmeira africana.

livro e os outros prédios em seguida. Aquela área era uma área aberta, não havia o mercado do São Paulo naquela altura, só havia o antigo Mercado do Machado. O Sambizanga está no mesmo pé de igualdade estratégico como o guetto da África do Sul, a arare do Zimbabué e vários bairros históricos como é a ácara onde os grandes políticos congregavam; e o Sambizanga teve este papel porque estrategicamente era o bairro de transição. Era um bairro onde facilmente albergava as pessoas e facilmente movimentavam. Hoje muitos deles são grandes quadros do governo nacional, portanto todos passaram por Sambizanga. O Sambizanga tem qualquer coisa que é especial, eu não sei o que é, é difícil de descrever, mas é um povo que não diz sim por ser sim, ela questiona."

Isabel António Pedro ("HDA"): "(...) quando nós saíamos do Bairro Operário para vir no Campo da Revolução, quando os nossos pais jogavam aí os 11 bravos, vínhamos no meio da mata, eles é que tavam sempre a lavar. Até o campo tinha capim, os velhos no sábado e no domingo vinham fazer campanha de lavar. Quem abriu o campo são os homem do Ambrizete."

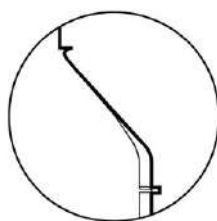
Isabel Ventura: "Tinha ainda himbondeiros, naquele tempo eu a crescer tinha um largo ali onde estava o Roque, era ainda mata naquele tempo mesmo. Aqui que era a cidade, só aquela parte do São Paulo, Bairro Operário. O Sambizanga mesmo aqui completo ainda tinha mata."

Fernando José Domingos ("Tio Barrigano"): "O bairro da lixeira foi atribuído através do próprio lixo. Onde está a capela era o sítio onde ficava a maior lixeira da cidade de Luanda. Todo o lixo que recolhiam da cidade de Luanda era despejado ali."

Julião Mateus Paulo "Dino Matrossi": "Aí não havia gente, havia tudo, até a rádio marcone, petrangol... a petrangol era uma outra pessoa que existia ali, era tudo mandioqueiro. À volta da rádio marcone era tudo lavras do mandioqueiro, de cajueiros que existiam ali. Quando os portugueses saíram daqui em 75 a cidade toda não tinha mais que 500 mil habitantes, não tinha. A cidade era pequena, então Sambizanga destacava-se. Depois tínhamos aqui a parte de Vila Clotilde, alguns portugueses, alguns assimilados. Depois o Bairro Operário... O Sambizanga era mesmo o bairro mais populoso e mais famoso, por isso que fala-se muito de Sambizanga. Era um bairro atraente, pelas suas características, pela sua tradição e pelos seus costumes e também por o nacionalismo, patriotismo das pessoas. Havia todo o tipo de ambiente, como esporte, danças.. foi um bairro onde havia um bocadinho de tudo. Repito sem menosprezo pelos outros bairros, porque os outros também contribuíram, mas o Sambizanga tornou-se notável porque saíram essas pessoas que hoje estão aqui. Houve uma concentração de pessoas ali, de elementos mais sofridos, porque houve mesmo bastante sofrimento na época colonial. Então eu tinha que saber com quem é que eu podia conversar questões da independência, porque alguns eram informadores da

PIDE, então no dia a seguir já estavas preso. Por isso era muito difícil saber aonde estavam as organizações clandestinas, com quem falar para nos organizarmos para abandonar de Angola. Isto era um problema muito sério. Todos os bairros de Luanda eram importantes, tirando a baixa, onde estavam todos os portugueses e o bairro operário, que se chamava bairro dos assimilados, estavam todos lá.. também viviam portugueses, brancos, mestiços, pretos assimilados que eram altos funcionários da alfândega, do porto, etc. Nos outros bairros havia também um ou outro assimilado; Nem todos conseguiam jogar futebol aqui na baixa, só nos últimos anos, depois do 4 de fevereiro, é que algumas equipas, chamadas equipas do musseque começaram a jogar na baixa; A vida que levávamos antes não podíamos continuar com ela. Temos de encontrar uma vida sã, boa saúde, haver educação. No domingo, que é quando as pessoas podem, não temos uma floresta, um banco, um jardim, não podemos fazer nada disso com o Sambizanga que está. Nem se pode implantar uma escola, para levantar uma escola é preciso mandar casas abaixo, senão terão que andar distâncias longas. Esta questão da requalificação só vem beneficiar a população. Mas também não vamos chegar lá e mandar a população embora à força toda, não, temos que preparar a população, explicar o que é que isso vai dar. Que nós lutamos para merecer boa vida."

José António Gorie ("Ti Nene"): "Repara, o primeiro presidente da república, fundador da nação, acabou por vir morar no Sambizanga, no Bairro Operário. O camarada presidente é natural do Santo Rosa, do Sambizanga, onde jogou muito à bola. É o fruto deste bairro e ainda hoje o seu exemplo é de seguir, como homem e na sociedade como presidente da república, porque são pessoas que tem uma imagem e uma cultura que engoliram do Sambizanga."



FACULDADE DE ARQUITECTURA
U. PORTO